

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



1.º

No domingo vamos todos trabalhar para o Vale do Jamor (começa às 9 horas da manhã e é preciso levar farnel para almoçarmos lá!)

2.º

O primeiro sorteio dos brindes da EP é no sábado, às 21.30 no Pavilhão dos Desportos. A Comissão de Espectáculos da Festa do "Avante!" organizou uma grande noite com fado de Lisboa. E é também sobre Lisboa que José Carlos Ary dos Santos vai dizer poemas de Garcia de Resende, Guerra Junqueiro, Rui Natorp, Daniel Filipe, Fiama Hasse, Pais Brandão e Eugénio de Andrade. A entrada é livre, mas para ter direito aos brindes é preciso comprar já a EP!

3.º

De todo o País vêm notícias do trabalho para a Festa. E há uma ideia que é fundamental: organizar, organizar, organizar! Pág. 9



Milhares de trabalhadores rurais participaram no comício de Samora Correia em que discursou o camarada Álvaro Cunhal

ÁLVARO CUNHAL EM SAMORA CORREIA

"O Governo do PS sozinho é uma forma de enganar os trabalhadores e uma grande parte dos eleitores do PS, porque de facto o Governo PS tem governado, está governando e prepara-se para continuar a governar em íntima cooperação com o PPD e através da 'convergência' PPD-CDS com o próprio CDS."

Páginas centrais

Editorial

UMA "CONVERGÊNCIA" DA DIREITA CONTRA AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

A Revolução portuguesa está marcada por acontecimentos que lhe definem com toda a propriedade a fisionomia política e o conteúdo de classe. Sucede isso, naturalmente, em todas as revoluções que se propõem como objectivo transformações sociais profundas. É a profundidade dessas transformações que determina a medida exacta das conquistas da Revolução.

Em Portugal essas conquistas — as fundamentais — chamam-se nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário, obtidas no pleno exercício da liberdade política. As conquistas da Revolução polarizam os interesses das forças antagónicas na sociedade portuguesa actual e sobre elas incidem os ataques raiosos das forças derrotadas em 25 de Abril de 1974 em processo de recuperação.

A importante batalha política travada na semana última na Assembleia da República, e que ainda não terminou, a propósito do celerado projecto de lei Barreto contra a Reforma Agrária é precisamente um dos acontecimentos marcantes do nosso processo revolucionário.

Os debates na Assembleia da República sobre a celerada lei Barreto, pelo facto de terem podido chegar em condições excepcionais ao conhecimento de milhões de portugueses, em especial do povo trabalhador, permitiram ver com toda a clareza quem defende e quem ataca as conquistas fundamentais da Revolução; quem está com os trabalhadores e quem está com os exploradores; quem está interessado no desenvolvimento pacífico e harmónico do processo democrático português rumo ao socialismo — como se inscreve na Constituição da República — e quem o quer estancar e fazer retroceder, recorrendo, se tal julgar necessário, à repressão e à violência.

Os debates evidenciaram além disso como o PS e o seu Governo se atacam cada vez mais no lodçal da direita.

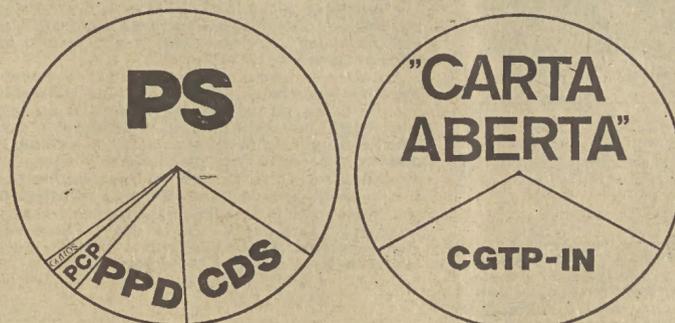
☆☆

Isto é parte visível da batalha legal que se trava na Assembleia da República pela defesa da Reforma Agrária e da Lei do Arrendamento Rural em que se empenharam, como verdadeiros campeões dos interesses populares, dos assalariados rurais e dos pequenos e médios agricultores do Norte, Centro e Sul, os deputados do PCP.

Na parte «invisível» dos debates, nos bastidores da

(Continua na pág. 2)

A "INFORMAÇÃO"



Eis os gráficos da distribuição de tempos na Radiotelevisão Portuguesa governada pelo PS sozinho de forma muito pluralista — como se vê! Pág. 12



O camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC e líder do grupo parlamentar do PCP, intervindo na Assembleia

Os deputados comunistas denunciam:

O GOVERNO TEM "PROJECTOS BARRETO" PARA TODOS OS SECTORES NACIONAIS

Pág. 2



Copam:

O GOVERNO PS
QUER DEVOLVER
UM MONORÓLIO
AOS PATRÕES

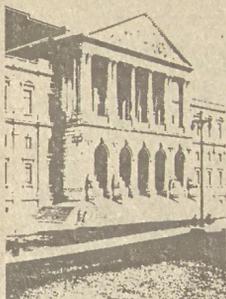
Pág. 8

Terça-feira, às 21.30, no Pavilhão dos Desportos

COMÍCIO

• O PCP e a situação política

COM A PRESENÇA DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL



Os Comunistas na Assembleia da República

O Governo tem projectos "Barreto" para todos os sectores da vida nacional

O Governo PS não afrouxou um segundo, sequer, a sua ofensiva contra as empresas intervencionadas, continuando a restituí-las ao patronato sabotador, num descarado desafio à serenidade dos trabalhadores, que a todo o instante são obrigados a demonstrar a sua consciência de verdadeiros patriotas, exigência que os governantes há muito deveriam exemplarmente continuar a fazer a si próprios — afirmou, a dado passo de uma declaração política do nosso Partido, o deputado Severiano Falcão.

Proseguindo a sua intervenção, Severiano Falcão recordou alguns dos casos mais exemplares do que tem sido a actuação do Governo neste domínio, apontando os casos da Parda Monteiro, da J. Pimenta, do Hotel do Mar, do Avião do Freixial, da Copam e acentuou:

Ninguém ignora que o ministro da Agricultura e Pescas, entre outras declarações famosas, já se notabilizou ao dizer que os objectivos da sua lei sobre a Reforma Agrária é a liquidação da influência do PCP no Alentejo. Mas esta velha terapêutica anticomunista nem é nova nem é exclusiva do MAP nem se tenta aplicar somente no Alentejo. A restituição das empresas ao patronato sabotador prima também pelos mesmos objectivos anticomunistas, pois que, onde o Governo sonha haver influência do PCP, mesmo quando não exista, as desintervenções têm carácter acelerado e as represálias do patronato sobre os trabalhadores honestos conhece a complacência do Governo e das autoridades, a ponto de estas não recurem perante meios repressivos afrontosos das instituições democráticas em que vivemos.

Mas aqui como no Alentejo — prosseguiu o deputado do PCP — ainda que os trabalhadores comunistas não voltem a cara à repressão e às dificuldades, e estejam sempre na

vanguarda da luta de todos os trabalhadores, ao seu lado e com a mesma determinação e vontade, outros trabalhadores têm estado e continuam a estar unidos no mesmo combate a todas as tentativas contra as conquistas da Revolução.

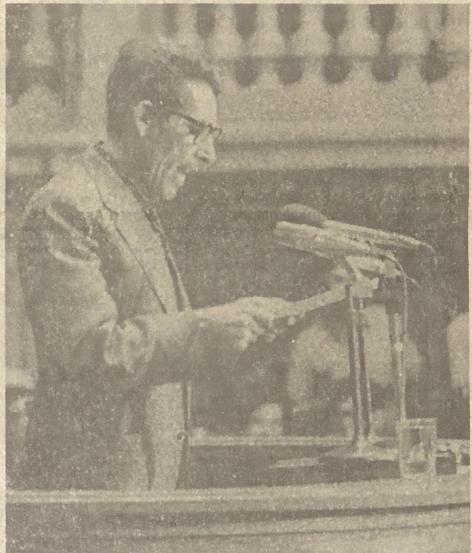
Depois de ter citado a resolução do CC do PCP de 3 e 4 de Abril e alguns passos das conclusões da Conferência Nacional, nomeadamente os que continham apelos à cessação da restituição de empresas ao patronato sabotador, Severiano Falcão finalizou a declaração política do PCP afirmando:

Sabemos que o Governo PS acolheu com ouvidos moucos estes apelos do meu Partido, e também sabemos quanto a situação económica do País se tem vindo a agravar e as tensões sociais a agudizarem-se cada vez mais.

Devolvendo as empresas intervencionadas ao patronato sabotador e reacção, o Governo PS, em vez de facilitar o caminho para uma verdadeira recuperação económica nada mais faz do que provocar situações de impasse e de crise.

Opondo-se vigorosamente a uma tal política de cedências e de recuperação capitalista, o Partido Comunista Português, traduzindo os profundos anseios das massas trabalhadoras exige mais uma vez a imediata suspensão da entrega destas empresas aos antigos patrões, e que, ao contrário do que sempre tem feito, o Governo ouça os trabalhadores e se disponha a adoptar as soluções que, em vez de se traduzirem na recuperação capitalista, se traduzam na urgente recuperação económica do País.

Já está mais do que provado que a recuperação económica do País só será possível com os trabalhadores e não contra eles.



Os deputados comunistas não se têm poupado a esforços na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional.



Aliança PS-PSD aprova lei de finanças das autarquias

O acordo PS/PSD voltou a funcionar na Assembleia da República, desta vez para aprovar a proposta de lei do Governo sobre finanças locais e um projecto dos "socialistas-democratas" sobre o mesmo assunto. O projecto apresentado pelo PCP seria, por seu turno, rejeitado pela Assembleia.

Curiosamente, o CDS, que votou a favor do documento do PSD, optou pudicamente pela abstenção em relação à proposta do Governo, certamente para não perturbar o recente noivado dos novos convergentes.

A questão das finanças locais transitou agora para a respectiva comissão, não devendo, certamente, constituir problema o último acerto de agulhas entre o PS e o PSD, dado que os dois documentos aprovados diferem muito pouco entre si.

Os deputados comunistas, que votaram contra a proposta do Governo e o projecto do PSD, deixaram bem clara a sua posição ao afirmarem, na declaração de voto então apresentada, que o faziam antes de mais, porque neles se prevê a criação do imposto municipal sobre solos rústicos, o que aponta para o agravamento ainda maior das condições de vida dos pequenos e médios agricultores e das cooperativas agrícolas.

E o PCP votou contra também porque a proposta governamental cria um fundo de perequação financeiro sem explicar como é que ele vai ser gerido nem qual o seu montante; porque cria uma comissão de finanças locais em que o Governo fará representar os organismos de administração central que bem entende; porque prevê a abolição das comparticipações para logo dizer que o Estado poderá continuar a distribuir subsídios a seu bel-prazer.

O PCP, que considera necessário pôr fim ao labirinto financeiro deixado pelo regime fascista nas autarquias locais, havia defendido, entretanto, no seu projecto a efectiva autonomia financeira dos órgãos autárquicos; que a sua fiscalização fosse jurisdicional e não administrativa; que aqueles órgãos participassem na distribuição dos recursos que lhes serão atribuídos no Orçamento Geral do Estado; a racionalização dos fluxos financeiros entre o Estado e as autarquias, ligando os recursos aos objectivos definidos no Plano no que toca aos níveis e sectores de intervenção das respectivas autarquias.

Significativamente, durante o período de discussão, os deputados socialistas não responderam a nenhuma das questões que lhes foram postas pelos deputados comunistas. Em relação ao imposto sobre veículos, por exemplo, quando se perguntou se os respectivos proprietários seriam obrigados a proceder ao seu pagamento no local onde residem, foi dito que "o que importa é a definição do princípio", não se esclarecendo mais nada!

O Governo também não conseguiu explicar porque é que, dizendo pretender acabar com as comparticipações, se reserva o direito de continuar a atribuir subsídios como muito bem entender, sem estabelecer qualquer critério. Por outro lado, o Governo não encontrou melhor atenuante para o imposto fundiário, que reconheceu ir afectar os pequenos e médios agricultores, do que a suposta "flexibilidade" da sua lei.

Curioso também assinalar que, defendendo embora a necessidade de um profundo conhecimento de cada região, a proposta governamental recusa a participação dos municípios (que certamente conhecem a sua região melhor do que ninguém) na atribuição de verbas, por a considerar inconveniente, segundo as palavras do deputado socialista Andrade Neves, que classificou este esquema de "transitário" mas indispensável, sem o qual "a autonomia financeira seria estrangulada à nascença". Embora não pareça, o deputado socialista "justificava" a não participação dos municípios!

Entretanto, e independentemente do resultado das votações, o PCP considera que o estudo das soluções contidas no seu projecto demonstrará, mais cedo ou mais tarde, a correcção das soluções apresentadas.

Protesto pela detenção ilegal de dois deputados

O que diz a isto o Governo? O que diz a isto o Ministério da Administração Interna e o Governador Civil do Porto que, para mais também é deputado a esta Assembleia? Que instruções deram às forças militarizadas para cumprir as suas funções? Que medidas tencionam adoptar para punir este atentado às imunidades parlamentares? Esta Assembleia tem o direito de formular tais questões, tem mesmo o dever de as formular. E o Governo, o Ministério da Administração Interna e o Governador Civil do Porto têm o dever de lhes dar uma resposta sem perda de tempo, de lhes dar uma resposta clara, sem ambiguidades. Esta Assembleia por certo que quer saber se o Governo, os poderes dele dependentes e as forças militarizadas que lhe devem obediência estão dispostos ou não a respeitá-la. Os deputados da Assembleia da República por certo que querem saber se o Governo, os poderes dele dependentes e as forças militarizadas que lhe devem obediência estão dispostos ou não a respeitá-los. Eis a questão.

Foi com estas palavras que o deputado comunista Lino Lima terminou a intervenção que proferiu acerca dos graves acontecimentos ocorridos no Porto durante o passado fim-de-semana no decorrer dos quais se registou a detenção de dois deputados do PCP.

Depois de ter narrado a forma como foram detidos — ilegalmente detidos — os deputados comunistas Freitas Monteiro e Manuel Franco — Lino Lima acentuou:

Em resumo: os nossos colegas, deputados desta Assembleia, António Freitas Monteiro e Manuel Franco, foram detidos ilegalmente pela PSP, vexados, um deles ameaçado, e levados para uma esquadra da polícia, sem respeito pelas imunidades parlamentares de que gozam, sem respeito pelo que é e pelo que representa esta Assembleia da República.

Mais adiante, o deputado do PCP salientou: Esta detenção insere-se num quadro efectivo de limitação das liberdades dos cidadãos, neste momento relacionado sobretudo com a chamada lei de bases da Reforma Agrária. Os órgãos de informação estão cheios de notícias de prisões, de

espantamentos, de intimidações, de actos arbitrários das forças de segurança e de Câmaras de maioria PS que, a mando do Governo, pretendem impedir que os cidadãos, no uso dos seus direitos de "liberdade de expressão e de informação pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio", se manifestem acerca da Reforma Agrária.

Depois de ter narrado vários desses atropelos às liberdades e à democracia, já largamente denunciados, o deputado do PCP disse: Se estes factos têm gravidade suficiente para comprovar a nossa tese de que os ataques às conquistas da Revolução vêm a par com a limitação das próprias liberdades — o que nos traz hoje aqui é a detenção de dois deputados, detenção que não pode ser considerada senão como um ultraje à Democracia, à Constituição e à Assembleia da República. Pensamos que cada um dos senhores deputados o sentirá como tal. Mais: pensamos que cada um dos senhores deputados se sentirá pessoalmente ultrajado, pessoalmente ameaçado e justamente indignado com o que se passou no Porto com os nossos colegas Freitas Monteiro e Franco. O que se passou é um precedente. Hoje foi contra deputados comunistas que a PSP actuou, detendo-os. Amanhã será contra outros. Está aberto o caminho, a não ser que esta Assembleia — através do seu Presidente — tome imediatas providências políticas e judiciais adequadas.

Na sequência deste vigoroso protesto feito em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Presidente Vasco da Gama Fernandes anunciou a sua disposição de mandar requerer ao Ministério da Administração Interna um rigoroso inquérito aos graves acontecimentos.

A bancada socialista — obviamente comprometida pela gravidade dos factos — de mãos dadas com a bancada "convergente", tentou minimizá-los, embora sem o conseguir. As limitações à liberdade por parte do Governo do PS são um produto bastardo do seu casamento com a convergência reacçãoária através de um dos nubentes (o partido do dr. Sá Carneiro) para a prossecução da sua política de recuperação capitalista, através da contra-revolução legislativa.

E a isto, a esta importantíssima questão, a bancada do partido do Governo disse nada.

Editorial

UMA "CONVERGÊNCIA" DA DIREITA CONTRA AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

(Continuação da pág. 1)

«alta política» e nas costas do Povo, alguma coisa de importante se passou, susceptível de influir gravemente no curso da Revolução portuguesa. Como se compreende, referimo-nos ao conluio de direita PS-PPD/PSD — a que já chamamos PSD — extensivo ao CDS por força da convergência reacçãoária entre estes dois últimos partidos da direita, e à gama dos problemas afectados por esse conluio, cuja extensão não é ainda suficientemente conhecida.

Este conluio PS-PPD+CDS, que tornou possível a aprovação na generalidade da colorada lei Barreto e das não menos coloradas alterações à Lei do Arrendamento Rural, devidas à Iniciativa do PPD, é extensível a várias medidas legislativas e outras de carácter político, abarcando todas as zonas cruciais da Revolução.

Ao PPD/PSD seriam cedidos vários cargos de governadores civis, lugares na direcção de órgãos de comunicação social e não é de excluir que se tenha assente numa fórmula de coligação para o Governo central e para os governos das regiões autónomas da Madeira e Açores, no sentido já em tempos lançado pelo dirigente direitista do PS, Jaime Gama, cujo papel na direcção política do Partido Socialista assume cada vez maior destaque. No Banco de Portugal seriam colocados mais administradores do PPD e mesmo do CDS, representantes do capital bancário de antes do 25 de Abril, o que seria de extrema importância para a defesa dos interesses monopolistas na remodelação do sistema bancário preconizada na lei PS/PPD de delimitação dos sectores público e privado, anteriormente aprovada pela Assembleia da República contra os votos dos deputados do PCP.

A aprovação da proposta de lei das indemnizações aos antigos acionistas das empresas nacionalizadas seria outro dos bónus oferecidos pelo PS ao PPD em troca da aprovação da lei Barreto.

Ao determo-nos na extensão já conhecida e previsível do conluio PS-PPD+CDS uma conclusão importa tirar então dos acontecimentos da semana última: é a de que alguma coisa de significativo mudou na situação política nacional e mudou no sentido de uma aliança ainda mais pronunciada à direita da direcção direitista do PS. Esta aliança significa que a fórmula do governo PS sozinho está actualmente oca, que o controlo da política governamental passou já de facto para outras mãos e que o PS está já efectivamente a rebouque dos partidos da direita e dos interesses da classe que representam.

☆
☆☆

A lei Barreto já aprovada na generalidade vai agora ser discutida na especialidade. Seria de esperar que perante a inequívoca manifestação de repúdio popular do colorado projecto de lei Barreto, o PS estivesse aberto a alterações favoráveis à Reforma Agrária e à defesa das UCPs do Alentejo e do Ribatejo. Mas é o contrário que está a acontecer.

Na Comissão Parlamentar da Agricultura e Pescas são as propostas reacçãoárias do PPD e do CDS que estão a encontrar a benevolência do PS o que ainda tornará mais odioso o colorado projecto de lei Barreto.

Allás, já depois da proposta do lei ter dado entrada na Comissão, o ministro Barreto veio a introduzir-lhe modificações que agravaram o projecto inicial, nomeadamente na questão da majoração que antes tinha carácter facultativo e se tornou quase uma obrigação no caso de ser pedida e o aumento das concessões de reservas a familiares. O Governo PS, em vez de atender o povo trabalhador e a sua vontade inequivocamente expressa, em vez de ouvir o Partido dos trabalhadores — o PCP — ouviu as exigências dos agrários e dos capitalistas e procurou o entendimento com os partidos que representam a defendem os seus interesses.

É evidente que com o apolo do PPD e do CDS val ser possível fazer aprovar esta criminosa lei da contra-Reforma Agrária da autoria da dupla Barreto-Portas contra a vontade de dezenas de milhares de assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores do Alentejo e do Ribatejo e também de milhares de rendeiros do Norte e Beiras, que têm feito ouvir a sua voz contra as leis agrárias do PS.

Como pensa o Governo aplicar estas monstruosas leis sabendo-se de certeza que muitas das suas disposições são inaplicáveis, de tal maneira contrariam as realidades actuais da zona da Reforma Agrária e os interesses dos trabalhadores?

Tencionará o Governo PS, agora sob o controlo de facto dos partidos da direita, impor as suas monstruosas leis agrárias, se aprovadas, por meio da colonização violenta do Alentejo e do Ribatejo tipo dos «Kiboutz» de Israel, por cujas experiências os dirigentes do PS se mostram tão interessados? Já o Governo do PS recorrer ainda mais aos métodos repressivos e às restrições às liberdades?

A prosseguir nesta senda o PS caminhará de uma maneira ainda mais acentuada para a sua desagregação como partido de trabalhadores que se apregos ser, mas que de facto já não é. Há dirigentes de direita do PS que estão deliberadamente a sacrificar o seu partido à recuperação das perdidas posições dos grandes capitalistas e latifundiários, a ceder as posições da independência nacional aos imperialistas. E aí, eles estão esborçando o seu partido, a desnaturar-lhe a sua feição de esquerda. Até quando?

☆
☆☆

A poderosa movimentação nacional contra o projecto de lei Barreto constitui uma pesada derrota política para o PS e é uma firme garantia de que as conquistas fundamentais da Revolução portuguesa serão defendidas no quadro das instituições e das liberdades e direitos consignados na Constituição. Que não se iludem aqueles que consideram «uma grande vitória do PS» e «uma grande derrota do PCP» o resultado da votação na Assembleia da República. Isso dará força legal a uma medida injusta mas não lhe retirará um milímetro a sua imoralidade e injusteza. Num Estado democrático as leis injustas podem ser suspensas ou revogadas.

A monstruosa lei Barreto conhecerá, se for aprovada, o destino das leis antinatura e de Barreto não falará a História.

Os heróicos trabalhadores das UCPs, os valentes agricultores do Norte, Centro e Sul do Continente e das regiões autónomas da Madeira e Açores, que aos milhares se manifestaram contra o projecto Barreto, não se deixarão espezinhar pelos barões do antigo regime que preparam o seu retorno pela mão dos dirigentes de direita do PS.

Crece a unidade dos trabalhadores socialistas, comunistas e sem partido em defesa das conquistas da Revolução, na defesa e construção de um regime democrático.

É um movimento irreversível que o divisionismo das forças democráticas impulsionado pelos inimigos da Revolução não conseguirá jamais deter.

Os factos mostram, cada dia com mais clareza, que a democracia política em Portugal é inseparável da democracia económica e social. O ataque e as tentativas de destruição da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário, são mais ataques contra as bases do regime democrático. A defesa e consolidação do regime democrático exige, por isso, a defesa e consolidação das conquistas económicas e sociais da Revolução, consignadas na Constituição.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel. 769744-769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 29838

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praça Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
— Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Junho 84 688

edições
Avante!

A SAIDA DA CRISE



Nota da Comissão Política

SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJECTO LEI BARRETO

1

A aprovação do projecto de lei Barreto na Assembleia da República põe definitivamente a nu, perante milhões de portugueses, que o Governo e a direcção do PS, em aliança com a direita, prosseguem deliberadamente um plano de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que, se fosse levado a seu termo, conduziria à restauração do poder económico e político dos grandes capitalistas e agrários.

O Governo do PS e os dirigentes do PS, realizando uma tal política, desrespeitam ostensivamente o programa do seu partido e o seu programa de Governo, faltam conscientemente aos compromissos que assumiram perante os seus eleitores, desprezam os sentimentos e aspirações democráticas por eles manifestados, mancham a dignidade da vida democrática do País com uma política sem princípios, comprometem as conquistas da Revolução e os interesses nacionais em condições sucessivas à direita reacção.

A votação conjunta do PS com o PPD/PSD a favor do projecto de lei Barreto e contra a Reforma Agrária e a Lei do Arrendamento Rural, traduz uma aliança ao serviço dos grandes capitalistas e agrários voltada contra os interesses vitais dos trabalhadores rurais, dos pequenos agricultores, dos rendeiros do Centro e Norte do País. Tal votação exprime a subordinação do PS à realização de uma política contrária aos interesses da economia nacional e da democracia portuguesa, acentua as suas directas responsabilidades na actual ofensiva contra as conquistas do 25 de Abril.

O voto do CDS, descontadas as reais contradições existentes e as manobras políticas de bastidores que transcendem a questão da Reforma Agrária, constitui uma tentativa de dar ao projecto de lei Barreto uma credibilidade à esquerda, para que o povo português, ludido sobre o significado real do voto do CDS, fosse induzido a pensar que o projecto de lei não seria afinal tão negativo como tem sido afirmado.

2

De Norte a Sul do País centenas de milhares de trabalhadores e democratas manifestaram o seu claro repúdio do projecto de lei Barreto e a sua activa

solidariedade para com os trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo e para com os pequenos rendeiros. Um amplo movimento nacional de protesto marcou o debate público em torno do projecto de lei Barreto e exprimiu de forma inequívoca a oposição das massas populares ao plano de liquidação da Reforma Agrária e de revogação da Lei do Arrendamento Rural. A sua aprovação na Assembleia da República realizou-se contra a vontade expressa dos mais directos interessados, contra a vontade popular expressa no debate público, contra a vontade expressa maioritariamente pelo povo português em todos os actos eleitorais.

O Governo e os dirigentes do PS tudo fizeram para ignorar, desvalorizar e por fim hostilizar, combater e reprimir o amplo movimento de protesto popular contra o projecto de lei Barreto.

Mas é uma verdade irrefutável que, com a sua actual política, o Governo e o PS se estão isolando crescentemente das massas trabalhadoras, estão reduzindo drasticamente a sua base de apoio, e abrindo eles próprios caminho para num futuro próximo serem ultrapassados e substituídos pela reacção.

3

O pacto PS-PSD, alargado de facto ao CDS pela "convergência" PSD-CDS, comprova que o PS deu mais um passo para se afastar dos interesses populares e deu mais um passo para se ligar às forças que querem conduzir o País ao desastre e a democracia portuguesa à derrota.

O PS insistiu repetidamente que não faria alianças nem à esquerda nem à direita. Mas torna-se hoje ainda mais claro que, como o PCP sempre afirmou, toda a política do PS é de aliança de facto com a direita, contra os trabalhadores e contra as grandes conquistas da Revolução portuguesa.

O pacto PS-PSD significa para já novas concessões à direita, traduzidas não só em estreita cooperação na elaboração de novas leis antidemocráticas como na partilha de posições no aparelho de Estado, nos vários sectores da vida económica e nos meios de comunicação social.

4

O PCP chama a atenção para o facto de que as medidas de recuperação capitalista, latifundista e imperialista são acompanhadas de forma crescente de medidas restritivas das liberdades e direitos dos cidadãos. Agravando a situação já existente, os procedimentos arbitrários e as violências patrocinadas pelo Governo durante o debate público do projecto de lei Barreto, comprovam que o Governo não hesita em recorrer a medidas repressivas para tentar abafar as críticas e protestos contra a sua política antipopular, violando os direitos constitucionais dos portugueses. Reafirmando solenemente que a melhor forma de defender as liberdades é prosseguir firmemente no seu exercício, o PCP volta a sublinhar que a defesa das liberdades democráticas é inseparável da defesa das outras conquistas da Revolução portuguesa.

5

A lei da contra-Reforma Agrária significa que o Governo irá intensificar a sua ofensiva contra essa realização histórica dos trabalhadores rurais do Sul, na linha já conhecida pela prática arbitrária e antidemocrática do MAP. São de prever "reservas" mais extensas, novas desanexões, requisições de instalações, gados e máquinas, nova legislação, interpretações extensivas e arbitrarias da lei, com o objectivo de criar dificuldades insuperáveis, inviabilizar e liquidar numerosas Cooperativas e UCPs e de restaurar os latifúndios e as grandes explorações capitalistas.

O PCP insiste em que a aplicação desta lei contrariará de tal forma as realidades, ofenderá tão profundamente os interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, será tão contrária aos interesses da economia nacional, terá tão desastrosas consequências na produção agrícola, provocará tais tensões sociais, que não tardará muito que, no interesse nacional, tenha de ser suspensa, revista e revogada.

6

O PCP continuará sempre fiel ao seu objectivo de defender firmemente uma Reforma Agrária que liquide todos os latifúndios e que entregue, de uma vez para

sempre, a terra aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores. O PCP continuará sempre fiel à defesa dos interesses dos rendeiros e lutará infatigavelmente para que a sua vontade e as suas aspirações sejam respeitadas, para que uma lei justa do Arrendamento lhes garanta a estabilidade e a segurança, base da sua libertação de uma vida de sacrifício, humilhações e miséria.

No quadro das instituições democráticas, exercendo as liberdades e direitos que lhe são conferidos pela Constituição, o PCP continuará defendendo firmemente a existência, desenvolvimento, bem-estar e segurança das Cooperativas e UCPs, os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, de todas as classes e camadas que nos campos de Portugal querem construir uma vida melhor e erguer uma agricultura florescente, ao serviço do povo e do País.

O PCP empregará os seus esforços para a aproximação, o entendimento e a acção comum com todos os democratas portugueses, incluindo socialistas, que não reconhecem na política do Governo as suas reais aspirações e objectivos.

O PCP manifesta a sua constante, activa e fraternal solidariedade aos trabalhadores rurais e aos pequenos e médios agricultores ameaçados pela política do Governo aliado com a direita e manifesta a sua mais profunda convicção de que, por grandes que sejam os perigos e as dificuldades, com unidade, organização, serenidade e firmeza, com o activo apoio da classe operária e dos democratas portugueses, a Reforma Agrária — consagrada na Constituição como parte integrante do regime democrático — será defendida e realizada.

7

A fim de examinar circunstanciadamente a situação política e todas as consequências das leis recentemente aprovadas na Assembleia da República, a Comissão Política do CC do PCP resolve convocar, antes do fim do corrente mês, uma reunião plenária do Comité Central, cuja data e ordem de trabalhos será oportunamente anunciada.

Lisboa, 22 de Julho de 1977

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

● A grande fuga ou o optimismo do deputado José Luis Nunes

As primeiras horas do dia 22, na Assembleia da República, quando o vulto do deputado do PS José Luis Nunes subiu à tribuna para pronunciar a declaração de voto do seu partido, sucedeu algo curioso: as bancadas de público até aí repletas esvaziaram-se quase totalmente. Mesmo perante esta fuga, o optimismo do deputado José Luis Nunes manteve-se: o seu discurso é cheio de afirmações relativas ao apoio do povo ao PS. Pela amostra, este "apoio" das galerias foi muito significativo...

● A questão dos números e o mistério da ausência de Portas

Se Barreto, no primeiro dia de debates, quando subiu à tribuna para justificar a proposta governamental, submergiu a Assembleia da República numa filosofia retrógrada e fascinante digna dos melhores teóricos do passado Carlos Portas, Secretário de Estado da Estruturação Agrária, no segundo dia,

intervenção na A.R. que o acordo estabelecido não fora de "merceiro mas de cariz político".

É evidente que ninguém teria dúvidas sobre o cariz do acordo entre o PS e o PSD/PPD pois foi entre estes partidos que o conflito se travou. Ninguém teve dúvidas de que se tratou de uma transacção política e não comercial. E transacção que se não cifrou apenas no facto do PS concordar com as quase quatro dezenas de propostas de alteração e de aditamentos do PSD/PPD à proposta governamental, apoiando em contrapartida o seu projecto de lei sobre Arrendamento Rural. O negócio foi mais longe e é muito mais lucrativo para o PSD/PPD. Assim, para citarmos o texto do comunicado, sabemos que o acordo abrangue questões relativas a "economia e finanças, à Reforma Agrária, a assuntos de carácter regional e local, nomeadamente no que se refere às regiões autónomas, à informação e a questões de política externa." Concretizando parte do mistério da amplitude deste acordo, fontes "geralmente bem informadas" dizem à boca cheia nos Passos Perdidos que entre as concessões do PS se incluía a cedência de quatro lugares de Governadores Cívicos para o PSD, a previsível redistribuição de postos na Comunicação Social, falando-se para já na ANOP, as indemnizações aos acionistas das empresas nacionalizadas.

Mas o preço desta transacção política de vendilhões da Revolução sairá bem mais caro ao PS. Para já valeu-lhe a demissão de um deputado, o mal-estar manifesto de alguns, mal encoberto no respeito partidário à disciplina de voto, e sobretudo a perplexidade dos seus militantes trabalhadores,

defender a equipa administrativa. E a actual equipa governamental já foi suficientemente esclarecedora...

● ... e os seus múltiplos "buracos"

Além da dupla leitura, muitos são os buracos que todos os membros do Governo reconheceram implícita e explicitamente na lei, quer não esclarecendo as interpelações a que foram sujeitos, quer reconhecendo que muitos aspectos dependiam da justa "aplicação" de "cuidados a ter" e de regulamentação futura.

Demarcando-se dos restantes membros do Governo, o professor Henrique de Barros pelo menos reconheceu que poderá conduzir a um aumento da pontuação (já extraordinariamente aumentada nos termos da nova lei), o facto de a reserva poder ser limitada a uma área correspondente ao rendimento líquido médio igual ao produto do ordenado máximo nacional (50 mil escudos ou seja 600 contos anuais) e deste rendimento ser multiplicado pelo número de agregados domésticos, o que pode dar 1200 contos, 1.800, e por aí fora a cada família dos chamados "pequenos e médios empresários". Note-se que mesmo este limite que podia ir e mesmo ultrapassar 1.800 contos de rendimento líquido médio anual a um reservatório, foi anulado da lei por acção de uma das cerca de 40 alterações propostas pelo PSD/PPD aceites pelo PS.

Prevê-se aumento da natalidade nas famílias dos agrários expropriados!

Consta para aí que val haver um extraordinário aumento de natalidade entre os agrários candidatos a reservas.

Entretanto, como, o tempo de gestação mesmo para as famílias de agrários é de nove meses, os candidatos a reservatórios vão procurar o adiamento da entrega da reserva durante este período. Isto porque, como notou o deputado do PS, Brás Rodrigues, que votou contra a lei, o Projecto Barreto no que diz respeito às majorações "estabelece situações caricatas como o caso de uma família com quatro membros em que a mãe se encontre grávida. Seria benéfico adiar a atribuição da reserva ou antecipar o parto, pois o 5.º membro conquistará para o agregado uma majoração de 80%!!"

● António Campos chama aos jornalistas "escrivas obtusos"

Para António Campos, os jornalistas que, de um modo ou doutro, reflectiram no seu trabalho a imensa movimentação popular de repúdio contra a lei Barreto não são mais do que "um punhado de escrivas obtusos". Quanto aos partidos (entenda-se o PCP) que incentivaram a discussão popular deste projecto de diploma, merecem de António Campos a seguinte reflexão: "partidos houve que começaram a convocar manifestações contra o texto a discutir por esta Assembleia antes dele ser conhecido".

Com estas reflexões, o Secretário de Estado do Fomento Agrário vem comprovar o que já se pensava: o debate em torno do projecto Barreto "autorizado" pelo Conselho de Ministros não passou de um pró-forma. Por isso o MAP, em comunicado oficial, entendeu por bem esclarecer que "os abaixo-assinados, mesmo com meio milhão de assinaturas, em nada virão alterar esta política". Note-se que o desprezo pela opinião pública é simultaneamente um desprezo pela Constituição na medida em que esta estabelece que na definição e execução da Reforma Agrária deve ser assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores através das suas organizações próprias (Art.º 104.º).

Quanto ao facto do senhor António Campos considerar que houve manifestações antes do projecto Barreto ser conhecido, há uma certa razão. Na realidade, o texto do projecto era desconhecido de todos os órgãos da Comunicação Social com excepção do jornal de extrema direita "O Tempo" que o publicou integralmente no mês de Maio. A política do MAP, essa era por demais conhecida, os seus efeitos atingiram por demais os trabalhadores. E estes não têm que pedir aos senhores Barreto, Portas, Campos ou quaisquer outros autorização para se manifestarem contra a sua actuação inconstitucional e contrária aos interesses das massas laborosas.

● O que eles dizem e o que eles fazem

O Partido Socialista tem afirmado, à boca cheia, para quem ainda acredita nas suas afirmações, não ser sua intenção fazer

alianças para governar. Declarações deste tipo começaram durante a campanha eleitoral, seguiram-se após a tomada de posse do Governo e têm sido motivo de comício sempre que um dirigente socialista fala aos seus adeptos ou nos órgãos de Comunicação Social.

No entanto, o que se verifica é que o Governo do Partido Socialista sempre que pretende fazer passar na Assembleia da República uma lei contrária aos interesses dos trabalhadores esquece momentaneamente aquelas declarações e alia-se... à direita.

Vai ao ponto de passar uma esponja sobre os atentados de que os seus militantes foram alvo, vítimas do separatismo madeirense e açoriano para se aliar a um partido que alimenta aquele separatismo — o PSD — como sucedeu na aprovação da lei sobre o sector público e privado.

Recentemente, após a chamada "convergência democrática" que de acordo com a sua "tradição" o Partido Socialista rejeitou por não estar disposto a fazer alianças, surge o acordo com o PSD, a propósito da lei Barreto sobre a Reforma Agrária.

Curiosamente, na véspera de tal acordo, cujas concessões ainda não se conhecem por completo, uma revista semanal publicou uma entrevista com o deputado e dirigente socialista Carlos Lage, na qual este afirmava:

"O CDS e o PSD não são partidos interessados em transitar para uma sociedade de tipo socialista, mas estão evidentemente vocacionados, pela sua natureza social e pela sua índole política, para tentarem restaurar o poder da burguesia."

O que eles dizem e o que eles fazem!

O GOVERNO DO PS SÓZINHO



tentou afogar a Assembleia num mar de números "comprovativos dos malefícios" da Reforma Agrária.

Sobre as fontes de tais números (que haviam sido pedidos há sete meses pelo deputado comunista Vítor Louro através de um requerimento que se encontra publicado no «Diário das Sessões» mas que Barreto e Portas afirmam desconhecer), o Secretário de Estado manteve o secretismo. Tudo o que ficamos a saber é que são resultado de um trabalho insano do MAP... Até ao último dia de debates, os deputados comunistas pediram o acesso a estes números quanto mais não fosse pela divulgação do discurso do senhor Portas. Mesmo aos órgãos de Comunicação Social presentes na A.R., aos quais são distribuídas quase de imediato todas as intervenções, o discurso de Carlos Portas só foi entregue passadas quase vinte e quatro horas. A desculpa para tal facto foi dada pelo ministro Barreto: o senhor Portas tinha notas pessoais no seu discurso...

Quando no decorrer do debate, voltou à baila a questão dos números apresentados pelo Secretário de Estado de Estruturação Agrária, este encontrava-se misteriosamente ausente e o ministro Barreto não estava à altura de responder a afirmações de outrém... mesmo que esse outrém fosse do seu Ministério. Veio-se depois a saber pela boca do senhor ministro Barreto que a ausência de Carlos Portas era devida ao facto de se encontrar a trabalhar na proposta governamental.

Ora como a proposta estava ali, em discussão, naquele momento, ficou a parir a ideia de que o Secretário de Estado da Estruturação Agrária se encontrava, nada mais nada menos, do que a encaixar na proposta governamental as cerca de 40 alterações e aditamentos que o PPD impôs como venda do seu voto ao Projecto Barreto...

● O acordo não foi de merceiro mas de cariz político

Para todos os que poderiam pensar tratar-se de uma troca comercial, o ministro António Barreto esclareceu na sua última

a desilusão de quantos votaram PS pensando estar a votar num partido socialista.

O saldo de contas e os juros desta venda não de "merceiro mas de cariz político" está ainda por vir, e não irá certamente para o PS, eis o que opinavam observadores nos Passos Perdidos.

● A dupla leitura do Projecto Barreto...

Respondendo às interpelações ao seu discurso, (a mais séria tentativa para defesa da lei, nas palavras do deputado comunista Vital Moreira), o ministro de Estado, professor Henrique de Barros afirmou que haveria que ter o máximo cuidado na aplicação da lei pois não se poderia pôr em risco a viabilidade económica das UCPs quando da concessão de reservas. Que cuidados virão a ser estes havia já sido esclarecido pelo ministro Barreto na sua primeira intervenção:

"Não entregar reservas, caso estas venham a pôr em causa a viabilidade económica dum cooperativo, como é desejo de alguns equívale pura e simplesmente a não dar reservas praticamente em nenhum caso."

Ainda na defesa do Projecto Barreto Sêrvulo Correia do PSD/PPD havia afirmado que a principal, a fundamental virtude desta lei era nada ter de comum com os decretos que regulamentavam as expropriações, por ele chamados "decretos de era gonzalvista". Outra é a leitura do professor Henrique de Barros que, interpelado pelo CDS, afirmou, embora discordasse do termo "gonçalvista", que a actual lei vinha na continuidade da anterior a qual era correcta mas havia sido desvirtuada na sua aplicação.

edições Avante!

o livro do

11 CONGRESSO

Preço 100\$00

à venda nas livrarias e centros de trabalho do PCP

CDL a distribuição

DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA CDL
Rua Pedro Nunes — 9 A — Lisboa 1

Desejo receber exemplares do livro para o respectivo pagamento envio esc. \$00 em cheque n.º vale do correio n.º sobre banco/ estação de correio

Nome

Morada

Localidade

QUE "EMPRESÁRIOS EMPREENDEDORES" SÃO OS DE BARRETO E DO PPD?

Quando da discussão na generalidade do Projecto Barreto na Assembleia da República, uma expressão andou frequentemente na boca dos deputados do PS, do PPD/PSD, do CDS e dos membros do Governo: a de empresário empreendedor.

Com argumentos diversos, mas coerentemente relacionados, quer uns quer outros viam na proposta de lei apresentada (o CDS menos do que os outros porque preferia o desenvolvimento do capitalismo nos campos de um modo mais acelerado), uma via justa para «estimular» e premiar esses «empresários empreendedores do mundo rural». Para maior incentivo a esta camada minoritária, o PPD/PSD propôs e o PS aceitou cerca de 40 emendas e aditamentos à proposta governamental, todas elas tendentes a «incentivar» tais «empresários»...

Ora que são estes empresários empreendedores? Tanto para o CDS, como para o PPD/PSD como ainda para o PS e o Governo, eles são os reservatórios aos quais a nova lei chamada de Bases Gerais da Reforma Agrária vai conceder abundantes reservas, copiosas facilidades com o objectivo de «incrementar o investimento», preocupação jamais manifestada em relação às UCPs e Cooperativas Agrícolas. Então outra pergunta se põe mas quem são afinal estes reservatórios estes empreendedores, empresários tão acarinhados por Barreto, Fortes, PS e PPD e ainda mais pelo CDS? Como se sabe os reservatórios são os proprietários e os grandes rendeiros expropriados. São, para melhor concretizarmos, as famílias, Mexia, Torres Vaz Freire, Palma Serra, Valle Féria, Madeira Gama, Ascensão, Mira Coroa, Drago, Dias Coutinho, Falcão

rudimentares para recolha das máquinas; 1,4% tinham silos para forragem; 41,3% tinham instalações, ainda que na maior parte inadequadas, para o gado e 0,8% tinham nitréias. E não se pense que foi por falta de meios de investimentos que os agrários deixaram a terra no mais criminoso abandono. Só nos últimos quatro anos anteriores ao 25 de Abril, o estado fascista financiou os agrários em 46 milhões de contos, os quais foram utilizados na especulação, no esbanjamento mas jamais no sector agrícola.

ELES O DIZEM, ELES O SABEM...

É destes «empresários» que se espera algo à terra e investimento? Mas esperam-se de facto ou estaremos apenas a procurar um argumento que procura justificar perante a opinião pública a entrega escandalosa da terra a quem a não trabalhou, a quem a não vai trabalhar? Que não a trabalhou prová-o o passado, comprava-o presente (é ver as reservas já entregues, a terra ao abandono ou subaproveitada). Falam ainda os próprios latifundiários e fascistas

e outros que não sendo nem uma coisa nem outra estão fora de qualquer suspeita de simpatia pelas UCPs ou Cooperativas Agrícolas.

Elis o que diz Lino Neto, ligado a uma família senhorial da Beira Baixa: «Viver fora do campo é o ideal do nosso lavrador proprietário, declara-se mas não se diz que é daqui que deve vir, em grande parte, o atraso das suas próprias terras e das suas próprias localidades... No Douro, a maioria dos ricos lavradores só aparece na época das vindimas. No Alentejo são em número restrito os que vivem nas herdades». O ministro fascista da Justiça Antunes Varela caracterizava deste modo os grandes senhores da terra numa época em que estes se ligavam intimamente ao capital financeiro: «A renovação dos senhores da terra poderia ter as suas reais compensações se banqueiros, industriais, comerciantes, homens de negócios, em suma, em vez de forcejarem por encontrar na propriedade rusticana um mero lugar de inunicação para as suas reservas de numerário, pusessem ao serviço das empresas agrícolas o espírito de iniciativa, o conhecimento de mercados e a organização comercial que as actividades do sector secundário desenvolvem no mais alto grau e que muito úteis poderiam ser a uma exploração progressiva do solo metropolitano. Dizem-me que tal se não tem verificado e que muito pouco ou quase nada nenhum proveito a vida económica e social pode até agora arrecadar desta translação de capitais». Do mesmo modo, Vaz Pinto, de família do mesmo nome de latifundiários do Alentejo, diz: «O proprietário absentista devia para longe da terra a renda que contratou; este numerário raramente regressa ao prédio rústico transformado em benfiteiros que valorizam a propriedade».

TÉCNICOS APONTAM MEDIDAS PARA DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

É urgente que o Governo e sobretudo o MAP e o MAI cessem de imediato as variadas formas de ataque à Reforma Agrária, que põem em causa as liberdades democráticas, desorganizam e sabotam a produção, contribuindo assim para o agravamento da crise económica, social e política. Esta a conclusão geral a que chegaram técnicos ligados à Reforma Agrária reunidos num importante encontro, no passado dia 17, em Avis. Durante um dia de intenso trabalho, técnicos democratas analisaram as diversas facetas de que se tem revestido o ataque desenfreado, pelo Governo à Reforma Agrária, ataque tanto mais cerrado quanto maiores são as cedências do PS às pressões das forças de direita e do imperialismo. Concretizando algumas das manifestações mais recentes deste ataque governamental à Reforma Agrária, os técnicos debruçaram-se sobre as seguintes questões: Lei da cortiça; Projecto de lei Barreto; Produção (produção vegetal; produção animal), e apoio técnico.

empresas industriais. Quanto ao Projecto Barreto, a comissão centralizou-se na manifesta inconstitucionalidade deste diploma e nas graves consequências que a sua aplicação traria à produção e à economia nacional, ao aumento acelerado de desemprego e da fome nos campos do Sul e aos nefastos efeitos sobre variados sectores económicos a montante e a jusante da produção agrícola, e ainda no perigo que a sua execução traria à situação democrática instaurada com o 25 de Abril. A prática do MAP de boicote sistemático à Reforma Agrária e as desvantajosas condições climáticas que fazem prever quebras de produção nas culturas de sequeiro e que, quer outono-inverniais, quer primavera-estivais, foi outro dos temas debatidos. Relativamente

“É necessário que os técnicos a trabalhar na zona de Reforma Agrária realizem em cada distrito reuniões em que se estude e programe o apoio às UCPs e Cooperativas, e bem assim, promovam o recrutamento de técnicos progressistas, de ambos os sexos, dispostos a colaborar com os trabalhadores nas suas UCPs e Cooperativas Agrícolas.” (Das Conclusões do Encontro de Técnicos Ligados à Reforma Agrária)

à produção vegetal foi salientado o facto de se assistir a uma franca expansão das culturas regadas, nomeadamente do arroz e do tomate, apesar da ausência de medidas governamentais como sejam: o apoio do Governo à implantação de um conveniente ordenamento cultural e à divulgação de correctas rotações culturais; que o Governo altere as medidas tomadas em relação aos produtores de tomate as quais apenas satisfazem os interesses da CAP; que o Governo desenvolva uma política de recuperação dos solos degradados ou em vias de degradação; que se dinamize o campo de experimentação e de introdução de novas culturas cuja introdução proporcione um aproveitamento mais racional das terras e da força de trabalho; que se institucionalize uma política de crédito capaz de satisfazer o desenvolvimento do processo produtivo na agricultura. Em relação à produção animal, os técnicos concluíram pela necessidade de: Explorar os bovinos o mais possível à custa de forragens; multiplicar as campanhas profiláticas; crédito a longo prazo e a juro baixo; abolição definitiva da classe C na classificação do leite; a criação de estruturas de divulgação técnica e de escolas de formação profissional acelerada; a correcção da definição das zonas de produção incluídas no despacho normativo 113/77; a criação de centros de recría junto dos pequenos e médios agricultores; a selecção das raças autóctones de produção de carne e a criação de condições para manutenção e incremento dos núcleos existentes e outras medidas tendentes a melhorar e aumentar a produção animal. Quanto ao apoio técnico à Reforma Agrária, foi considerada a urgência de planificar a produção, de aproveitar melhor o trabalho dos técnicos ligados à Reforma Agrária, de desenvolver prioritariamente este apoio nas zonas mais organizadas, (onde existem Secretariats ou Unidades de Cooperativas) sem que isso implique abandono das outras zonas; de responsabilizar o Governo pela falta de apoio às UCPs e Cooperativas e de denunciar a sua prática de sabotagem económica. Insistiu-se igualmente na necessidade de serem reintegrados no aparelho de Estado os elementos saneados por defenderem os interesses dos trabalhadores e de se formarem novos quadros, sempre que possível oriundos das classes trabalhadoras. Outra das conclusões mais importantes consistiu na necessidade de promover o recrutamento de técnicos progressistas, homens e mulheres, dispostos a colaborar com os trabalhadores nas suas UCPs e Cooperativas Agrícolas.

Na verdade, caso fosse essa a norma seguida pelos membros do Governo e deputados que apolaram o absentismo, muitos sacrifícios e privações seriam poupados a dezenas de milhares de trabalhadores e pequenos e médios agricultores que lutam, lutaram e lutarão com confiança, enfrentando corajosamente os seus inimigos de classe, por uma vida melhor no campo, que será alcançada no dia em que o espírito e a letra da Constituição for respeitada.

edições Avante! CLASSE OPERÁRIA PARTIDO E POLITICA DE ALIANÇAS Dieter Klemm • Kurt Schneider • Gisela Pawula A Unidade não se impõe — cria-se, constrói-se, na base do reconhecimento dos interesses fundamentais que são comuns a todos os trabalhadores e da tendência determinante de desenvolvimento da Sociedade Portuguesa. Esta obra traz-nos a experiência da Classe Operária da RDA e do PSUA na construção da unidade do Movimento Popular de Massas, por meio da sua política de alianças. Uma experiência a utilizar como material de reflexão por todos os democratas portugueses. Preço 70\$00 a distribuição

“Está tudo muito torto — começou por nos dizer Maria da Graça Cerqueira, acrescentando: — Em 75 conquistámos um direito que, agora, nos querem tirar sem darem um mínimo de razão a quem a tem, a quem tanto trabalha e produz, a quem (tantas e tantas vezes) trabalha de dia e de noite e chega ao fim do ano e, quantas vezes, vai pedir dinheiro emprestado para pagar a renda ao senhorio. Será que os senhores deputados pensam que somos um bando de charcosos e os nossos filhos diferentes dos deles?”

JORNADA DE CONVÍVIO EM CANEÇAS

Os militantes comunistas de Caneças levam a efeito no próximo domingo, nas Fontainhas, uma grande festa popular, cujo programa inclui piquenique (em que não faltará a sardinha assada...) uma jornada desportiva, venda de produtos da Reforma Agrária, Canto Livre e uma intervenção política. Além de atletismo e de outras provas, a manhã desportiva terá um atractivo especial: um desafio de futebol entre as seleções das Organizações Concelhias do Partido de Loures e de Vila Franca de Xira, que decorrerá na localidade de Ponte da Bica. A angariação de fundos para a construção de um novo Centro de Trabalho do Partido em Caneças e a promoção da Festa do «Avante!» são os principais objectivos desta jornada de convívio popular.

DAR MAIS FORÇA AOS EXPLORADORES

Durante várias horas, ouvimos da boca de três rendeiros de Rio Tinto, de Folgosa, Concelho da Maia, e de Fânzeres, concelho de Gondomar, palavras que não só exprimiam o seu descontentamento face às recentes decisões da Assembleia da República, como também eram o eco do repúdio manifestado por milhares e milhares de cultivadores directos profundamente lesados pelas alterações decididas ao regime que regulava a Lei do Arrendamento Rural, nos termos da Lei Fundamental da República. Está tudo muito torto — começou por nos dizer Maria da Graça Cerqueira, acrescentando: — Em 75 conquistámos um direito que, agora, nos querem tirar sem darem um mínimo de razão a quem a tem, a quem tanto trabalha e produz, a quem (tantas e tantas vezes) trabalha de dia e de noite e chega ao fim do ano e, quantas vezes, vai pedir dinheiro emprestado para pagar a renda ao senhorio. Será que os senhores deputados pensam que somos um bando de charcosos e os nossos filhos diferentes dos deles? Tal como os nossos outros dois interlocutores, Maria da Graça e a sua família têm sofrido bem durante por lutar pelo cumprimento do regime estipulado no Decreto-Lei 201/75. Tentativas de agressão, pressões de várias ordens e processos judiciais tudo tem servido para a intimidar. Todavia, tal como os outros, apesar de ter contra ela 20 acções judiciais, das quais já foi absolvida em 13, Maria

A VERDADE FOI ABAFADA

Cedendo às pressões da direita da Graça lutou, luta e lutará por uma vida melhor para si e para a sua família. Apesar de ser domingo, fomos encontrar no lugar de Pedrosa, freguesia de Folgosa, Adriano Azevedo Ferreira com a roupa de trabalho (o rendeiro não conhece os dias da semana, como nos disse) a conviver com uns familiares. Sem se fazer rogado, depois de ter sumariado algumas das mais graves alterações à Lei previstas no projecto do PPD, Adriano Azevedo Ferreira declarou: «O esses senhores deputados pretendem é dar ainda mais força aos exploradores. Não se interessaram pela situação de milhares e milhares de rendeiros com menos de dois hectares que ficam sujeitos a toda espécie de vigarices dos senhorios, em virtude de não ser obrigatória a redução a escrito do contrato de arrendamento. Para os que cultivam mais do que dois hectares, como é o meu caso, a lei do PPD deixa muitos furos abertos, onde podemos cair, se não arregalamos os olhos e não nos unirmos cada vez mais. Por seu turno, Agostinho Pinheiro, rendeiro de Fânzeres, frisou que os diplomas aprovados na generalidade em S. Bento afectam os agricultores exploradores. As leis que nos querem impor — acrescentou — só prejudicam quem trabalha e protegem os ricos que vivem à custa do nosso suor.



Maria da Graça Cerqueira e Agostinho Pinheiro dois rendeiros do Norte que, juntamente com outros milhares, se opõem à revogação da Lei do Arrendamento Rural



Rendeiros contra Lei Barreto “A NOSSA LEI VOLTARÁ A VIGORAR”

Se os senhores do Ministério da Agricultura e os deputados que apolaram o Barreto e o PPD algum dia tivessem trabalhado na terra, sentissem as nossas dificuldades, visitassem as nossas casas, vissem a miséria em que vivemos, estou certa que não tinham tentado mexer na nossa Lei e na Reforma Agrária», declarou ao «Avante!» Maria da Graça Cerqueira, rendeira no lugar do Chão Verde, em Rio Tinto, concelho de Gondomar, a propósito das decisões tomadas, no hemisfério de S. Bento, pelos deputados do CDS, do PPD e pela maior parte dos PS contrárias aos interesses e aspirações dos rendeiros e assalariados rurais, que foram apolados por um enorme movimento de opinião expresso de norte a sul do país contra estas duas peças da contra-revolução legislativa.

DAR MAIS FORÇA AOS EXPLORADORES

Durante várias horas, ouvimos da boca de três rendeiros de Rio Tinto, de Folgosa, Concelho da Maia, e de Fânzeres, concelho de Gondomar, palavras que não só exprimiam o seu descontentamento face às recentes decisões da Assembleia da República, como também eram o eco do repúdio manifestado por milhares e milhares de cultivadores directos profundamente lesados pelas alterações decididas ao regime que regulava a Lei do Arrendamento Rural, nos termos da Lei Fundamental da República. Está tudo muito torto — começou por nos dizer Maria da Graça Cerqueira, acrescentando: — Em 75 conquistámos um direito que, agora, nos querem tirar sem darem um mínimo de razão a quem a tem, a quem tanto trabalha e produz, a quem (tantas e tantas vezes) trabalha de dia e de noite e chega ao fim do ano e, quantas vezes, vai pedir dinheiro emprestado para pagar a renda ao senhorio. Será que os senhores deputados pensam que somos um bando de charcosos e os nossos filhos diferentes dos deles? Tal como os nossos outros dois interlocutores, Maria da Graça e a sua família têm sofrido bem durante por lutar pelo cumprimento do regime estipulado no Decreto-Lei 201/75. Tentativas de agressão, pressões de várias ordens e processos judiciais tudo tem servido para a intimidar. Todavia, tal como os outros, apesar de ter contra ela 20 acções judiciais, das quais já foi absolvida em 13, Maria

parlamentar e calcando aos pés os programas do Governo e do seu partido, a maioria dos deputados do PS fez mais um frente aos exploradores ignorando o gigantesco movimento reaccionário aos dois projectos reaccionários que se manifestou, por todo o País, através de milhares de inscrições, documentos, telegramas, moções e propostas aprovadas em centenas e centenas de reuniões. Comentando a posição assumida pelo grupo parlamentar do PS e pelos membros do Executivo que participaram nos debates, Maria da Graça Cerqueira declarou: «Isso não está certo. Dizeram-se na Assembleia da República muitas verdades, mas todas elas foram abafadas. Aos senhores deputados do PS e aos membros do Governo não interessava o que os deputados comunistas e outros disseram em defesa dos rendeiros e dos trabalhadores alentejanos. Parecia que só tinham ouvido para o que os deputados do PPD e do CDS afirmavam a favor dos senhorios. Escutavam-nos, agarravam com ambas as mãos as suas propostas e, muitas vezes, infelizmente, repetiam o que os advogados dos absentistas declaravam. Comentando o facto de também não terem sido atendidos os protestos e reclamações enviados pessoalmente ou por moções, abaixo-assinados pelos rendeiros, a nossa interlocutora referiu ser de lamentar que tal tenha sucedido. Mas — frisou — a verdade há-de vir acima como o azeite e, nessa altura, a nossa lei voltará a vigorar. Na sua face está espelhada a sua vida de trabalho. Auxiliado pelos seus seis filhos (todos, serão amanhã homens que não foram meninos) Agostinho Pinheiro denunciou: «Trabalhamos até não poder mais e, ao cabo e ao resto, o Governo ainda quer mais terras a monte do que as que já há. Veja lá que, por lutar pelo cumprimento do 201/75, o meu senhorio cortou-me a água, moveu-me uma acção de despejo e chegou ao ponto de me exigir seis contos de renda

por mês por aquela casa, onde vivemos sabe Deus como, sujeitos ao frio que entra pelas frinças e buracos do telhado e da porta. Com a lei que está em vigor, 201/75, nós, rendeiros, temos interesse em produzir mais para melhorar a vida e engrandecer o País. Porque carga d'água o Barreto se resolveu a mudá-la? Quer fazer o jeito aos absentistas? É o que me parece. Se isto é o socialismo de que falava o dr. Mário Soares, eu vou ali e já volto, comentava ironicamente Adriano Azevedo Ferreira. Será que o Barreto quer arruinar o País quando deixa os latifundiários terem as terras a monte durante cinco anos? Só uma pessoa que não queira o progresso da Nação pode fazer o que esse senhor está a fazer para lançar no desemprego milhares de trabalhadores alentejanos e de rendeiros. Não há direito, não foi para isso que houve o 25 de Abril. Tenho a certeza, concluiu.

Depois de nos ter manifestado as suas preocupações pelas dificuldades em que se encontraram os rendeiros caso a lei 201/75 seja revogada, Agostinho Pinheiro fez questão de nos revelar um apelo ao sr. Primeiro-Ministro para que se deixe de pôr ao lado dos capitalistas e passe a defender os que trabalham. O senhor doutor — recordou — tem pé para ir ao estrangeiro, para correr o mundo, quando é que se revolve a vir às nossas casas velhas e miseráveis. Ande cá, dr. Mário Soares, venha ver a nossa vida e depois talvez deixe de puxar tanto para a banda dos ricos.

Na verdade, caso fosse essa a norma seguida pelos membros do Governo e deputados que apolaram o absentismo, muitos sacrifícios e privações seriam poupados a dezenas de milhares de trabalhadores e pequenos e médios agricultores que lutam, lutaram e lutarão com confiança, enfrentando corajosamente os seus inimigos de classe, por uma vida melhor no campo, que será alcançada no dia em que o espírito e a letra da Constituição for respeitada.

PS, PPD E CDS DESPREZARAM A EXPRESSÃO DA VONTADE POPULAR

Ao discutir e ao votar na generalidade do Projecto Barreto, três dos partidos que têm assento na Assembleia da República deram provas do mais escandaloso desprezo pela opinião pública, pela vontade popular expressa de Norte a Sul do país, em todos os sectores de actividade desde os trabalhadores rurais, rendeiros e outros pequenos e médios agricultores até ao operariado da indústria, trabalhadores de comércio e dos serviços, intelectuais, estudantes, donas de casa e reformados.

Três partidos, o PS, o PPD/PSD, e o CDS, ignoraram a imensa movimentação popular que o Governo tentou em vão desmobilizar quando não reprimir: quer monopolizando ainda mais os órgãos de informação estalizados, nomeadamente a RTP, que ficaram integralmente como órgãos de emissão do MAP, quer descendo ao ponto de, em diversas cidades, ordenar a trabalhadores camarários e a forças da PSP que apagassem inscrições e arrancassem cartazes, expostos nas ruas, em sedes de sindicatos e noutras associações. E não se pense que o eco deste protesto popular contra o Projecto Barreto não chegou aos deputados destes partidos. Nem a Assembleia da República é uma torre de marfim nem os que constituem

o corpo parlamentar são que se saiba, todos surdos, ainda que a maior parte pareça ter os ouvidos apenas abertos aos sermões da direita e às prédicas do imperialismo. Aliás, os trabalhadores tiveram o cuidado de fazer chegar as suas vozes à Assembleia da República por muito que alguns desejassem governar um país de mudos. Assim, nas cerca de mil posições relativas ao Projecto Barreto que chegaram à Assembleia da República, quase a totalidade (novecentas e muitas) foram de manifesto repúdio ao Projecto do responsável do MAP. Incapaz de obscurecer este facto, e tanto mais que ele foi enunciado quando na madrugada do dia 22, os trabalhos da Assembleia eram transmitidos quer pela RTP, o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, do PS afirmou que «a mesa já sabia como se arranjavam estes apoios e por isso mesmo o tinha na devida consideração.»

A discussão e a votação na Assembleia da República não tiveram em consideração que a população laboriosa do Ribatejo e do Alentejo, por todas as formas legítimas num regime democrático — em todas as eleições gerais, em grandiosas jornadas de luta, em meses de trabalho heróico e sacrificado — já afirmou qual a Reforma Agrária que apoia e que não é de longe nem de perto aquela que o Governo, em conlúcio com o PPD e com a cumplicidade do CDS, está interessado em seguir. Embora não tivessem esse direito, os deputados socialistas «esqueceram» que foram eleitos em Abril de 1976,

com um programa eleitoral onde expressamente se indicavam como «linhas de actuação» a «aplicação da legislação já aprovada sobre normas de expropriação e de nacionalização de latifúndios» e «a mais eficaz aplicação da legislação já aprovada sobre arrendamento rural». Ao votarem, aprovando na generalidade uma proposta de lei cujo objectivo principal é revogar a legislação já aprovada, os deputados do PS atraçoaram o seu eleitorado, os milhares de militantes e eleitores socialistas que não se escusaram a manifestar que consideram o Projecto Barreto incompatível com o programa do seu partido e com os interesses da democracia portuguesa. Que as cúpulas do PS não servem estes interesses ficou demonstrado com uma evidência incontestável. Que os compromissos das cúpulas do PS e do Governo PS vão até ao desprezo mais frontal da vontade popular, viram-no todos quantos se empenharam no vigoroso movimento popular contra o Projecto Barreto. Como sejam, para citar apenas alguns exemplos mais recentes: Os sindicatos dos Operários da Indústria de Madeiras dos distritos do Porto e Aveiro; mulheres da UCP do Caborro, Cooperativa Agrícola de Aguiar, Cooperativa Agrícola Paz e Progresso; Intercomissões do Grupo Siemens, UCP de Claros Montes, Cooperativa Agrícola de Defesa e Pinheiros, trabalhadores de Livros do Brasil, SARL, UCP «O povo é quem mais ordena»; professores e empregados da Escola Comercial Patrício Prazeres, trabalhadores da

A venda militante NESTE NÚMERO: Cresce o protesto de massas contra a política do Governo. Fortaleçamos e ampliamos a organização do Partido • Uma tarefa nacional: Defender a Reforma Agrária • Existe uma saída para as dificuldades económicas e financeiras • Assembleia das Organizações • É necessário aprender com os insucessos • A unidade reforça-se lutando contra o divisionismo — Sobre o «Documento Gonelha» • Autarquias locais: última ligação do Partido com as massas populares • JÁ À VENDA • Preço 5\$00

Declaração de voto do PCP no final do debate sobre a Reforma Agrária

UMA NOVA CAPITULAÇÃO DO PS ÀS EXIGÊNCIAS DA DIREITA

O «projecto Barreto» foi aprovado na Assembleia da República. Mercê da votação conjunta do PSD-PS, aquele diploma «passou» em S. Bento, mas a sua aprovação tem para o PS e para o seu Governo minoritário um sabor amargo de derrota porque, lá onde os trabalhadores regaram a terra com o suor e o seu sangue, lá onde os trabalhadores transformaram por completo a paisagem de miséria e de fome, e lá onde os trabalhadores já demonstraram a sua total solidariedade para com os heróicos construtores da Reforma Agrária, já a lei tinha sido, desde há muito, derrotada.

O PCP votou contra este ataque à Reforma Agrária. O PCP votou contra a destruição das conquistas dos agricultores rendeiros contida na proposta do PPD sobre arrendamento rural. Os extractos da declaração de voto que o presidente do Grupo Parlamentar do PCP proferiu no final da votação demonstram cabalmente que outra não poderia ser a posição do Partido dos trabalhadores. Eis as palavras de Carlos Brito:

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português votou contra a proposta de lei do Governo sobre as bases gerais da Reforma Agrária, porque ela viola frontalmente os interesses de quem trabalha, de democracia, da economia, da independência nacional, e tenta directamente contra as normas constitucionais que consagram indelévelmente na lei Fundamental uma das maiores conquistas da Revolução de Abril, porque visa a reconstituição do capitalismo na agricultura e do modo de exploração latifundista, porque tem como resultado último a liquidação da Reforma Agrária e, afinal, a reconstituição do latifúndio.

Nas intervenções que produzimos ao longo do debate, mostrámos que a proposta de lei Barreto conduz à devolução aos agrários e grandes empresários capitalistas de grande parte da terra já expropriada e nacionalizada e hoje na posse útil dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores, traduzindo-se numa substancial redução da área expropriável, e na aplicação generalizada de um princípio de «benefício do reservatório», a favor de quem jogam inopinadamente a nova pontuação, a exclusão de benéficas e as melhorias.

Mostrámos que ela mantém na posse e propriedade dos agrários grande parte dos cerca de 700.000 hectares de terra que não chegaram a ser expropriados e nacionalizados e hoje na posse útil dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores, traduzindo-se numa substancial redução da área expropriável, e na aplicação generalizada de um princípio de «benefício do reservatório», a favor de quem jogam inopinadamente a nova pontuação, a exclusão de benéficas e as melhorias.

Pusemos em evidência que ela vai lançar no desemprego milhares e milhares de trabalhadores, e deslocá-los para a cidade, vai permitir a espoliação de milhares de rendeiros, vai produzir assim de novo o «desenraizamento» e a «proletarização», visa inviabilizar, descaracterizar e destruir as Unidades Colectivas de Produção, que são — e cito o meu camarada Manuel do Rosário Motta — «a mais importante realização no sentido da transformação de proletários explorados em trabalhadores colectivamente organizados, responsáveis pelo seu próprio trabalho, beneficiários do seu próprio esforço».

Mostrámos finalmente que ela reconstitui os latifúndios e as grandes explorações capitalistas, abre caminho e favorece as práticas de absentismo e de uso da terra para fins não produtivos, traduz-se num rude golpe no investimento e produção agrícolas, que inevitavelmente diminuirão, com graves consequências para a economia nacional e para a salvaguarda da independência nacional.

ONTEM COMO HOJE

Com o nosso voto, com a recusa da proposta de lei Barreto e do projecto de lei do PSD sobre arrendamento rural, defendemos hoje e aqui, em perfeita coerência, as posições sempre assumidas pelo PCP em relação à questão agrária em Portugal e de modo muito particular as posições em defesa e pela realização da Reforma Agrária, no quadro consagrado pela Constituição da República.

Fazemo-lo no cumprimento de um mandato que recebemos de cerca de 800.000 trabalhadores, por vontade dos quais aqui nos encontramos, e particularmente no cumprimento do mandato que nos deram os camponeses alentejanos. Se algum partido de aqui representado tem legitimidade eleitoral e democrática para falar em nome dos camponeses alentejanos, é o Partido Comunista Português, o Partido em que me votaram nas eleições para esta Assembleia e que viu o seu mandato confirmado, reforçado e ampliado nas eleições para as autarquias locais em toda a zona de intervenção da Reforma Agrária (...).

O PCP sempre viveu, antes

do Arrendamento Rural. É a importância do vastíssimo movimento das populações camponesas em defesa das suas conquistas e da activa solidariedade que lhe tem sido prestada pelos trabalhadores das principais zonas urbanas do País. Mas é também a ruína política de um Governo maioritário que anunciando-se de esquerda — a única alternativa de esquerda — rasga os seus fundamentais compromissos, apresenta o espectáculo do autodesmascaramento despedorado e que por isso mesmo confessa a sua irreparável fragilidade.

A chamada lei de delimitação dos sectores público e privado, a proposta de lei que visa espartilhar as comissões de trabalhadores e esvaziar completamente de conteúdo o controlo de gestão, os textos

para os empréstimos externos, sucessivos e crescentes e para uma ilusória integração na CEE. Tal «opção» aperta um garrote económico ao pescoço da Independência nacional, põe o Governo PS cada vez mais à mercê do favor das condições do imperialismo, torna o Governo PS cada vez mais o veículo da importação obrigatória de modelos estrangeiros para a agricultura, a indústria, a vida económica nacional, que nada têm a ver com as realidades do nosso País, as necessidades nacionais, a Constituição da República Portuguesa, a democracia em transição para o socialismo.

A CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA

A chamada proposta de lei sobre as bases da Reforma Agrária simboliza, reflecte e engloba todas as contradições, equívocos e capitulações da política do PS no Governo. Ela culmina os ataques às conquistas da Revolução, agudiza e põe a nu a contradição entre a política governamental e os anseios das massas populares, as necessidades imperiosas da economia portuguesa e os altos interesses da Independência nacional, ela compromete duramente a capacidade de manobra política do Governo minoritário do Partido Socialista (...).

Em vez de uma lei de Bases da Reforma Agrária é uma lei de Bases das Reservas. Em vez de uma lei de transferência da posse útil da terra para

pretenha vitória do Governo é uma vitória à Piro. Fazendo passar esta proposta de lei que viola a Constituição e atenta gravemente contra os interesses do Povo trabalhador, da economia nacional e da própria democracia, o Governo prepara a sua própria sepultura. E o Partido Socialista dá novos passos no seu isolamento e divórcio (...).

É CADA VEZ MAIS EVIDENTE

É cada vez mais evidente que o Governo não governa. O único traço verdadeiramente claro da sua política é a acentuada e reforçada ofensiva de destruição das conquistas da Revolução.

É cada vez mais evidente que o Governo não é capaz de adoptar uma resolutiva política de ataque aos mais graves problemas que afectam a situação económica e financeira do País.

É cada vez mais evidente que as mais graves questões que afligem o Povo português — a subida dos preços, a carência de géneros de primeira necessidade, o desemprego — não estarão no centro das preocupações do Governo.

É cada vez mais evidente que o Governo não recua no

placético apelo à direita para a ela se associar, desenhando uma imagem de «terror», de «falta de liberdade», de «falta de democracia», do Alentejo, quando nesta região, ao contrário do que acontece em outras, as liberdades democráticas são efectivamente garantidas e exercidas, os militantes políticos não são agredidos, a sedes dos partidos não são assaltadas, os automóveis de militantes partidários não são destruídos à bomba, os jornalistas não são espancados, como continua a acontecer em outras regiões do Norte, do Centro e das Ilhas — como aqui tem sido frequentemente demonstrado por deputados do próprio PS — onde os terroristas, os caciques fascistas, os senhores do antiprogresso continuam a operar com inteira liberdade.

É uma injúria a todo o Povo português que se procure, na base da falsificação de factos e em calúnias, lançar a população de outras regiões do País contra os trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária.

É uma monstruosa atitude política a de, na base e a coberto desses ataques, de se cruzada e dessas falsificações, fazer aprovar uma lei que se propõe destruir a Reforma Agrária, eliminar as unidades colectivas dos trabalhadores, liquidar as garantias dos 200 mil agricultores rendeiros do Centro e do Norte.

Não faltou neste inqualificável processo político a sugestão de represálias e ameaças contra a oposição que o PCP anunciou à aplicação desta lei. Importa aqui afirmar, claramente, que não prescindimos do direito de nos opormos por todos os meios constitucionais às leis que temos por iníquas e absolutamente contrárias aos interesses dos trabalhadores e do Povo português. Que não abdicamos do direito de defender a democracia exercendo os direitos que o regime democrático constitucional nos confere.

NÓS AFIRMAMOS!

Não cedemos a chantagens. Não tememos ameaças, como demonstrámos desde há muito.

Que não se iludam os oradores da direita reaccionária e os que claramente lhe fazem o jogo com as máximas dos seus próprios discursos.

O vasto movimento de opinião pública e as grandes acções populares que se têm desenvolvido em torno deste debate, com a enérgica e ampla condenação dos dois diplomas em apreço, constitui mais uma nova afirmação da crescente tomada de consciência do Povo português sobre quais as opções políticas que vão ao encontro dos seus interesses e aspirações, da recuperação económica do País, da defesa e consolidação da democracia, da salvaguarda da independência nacional.

Este movimento confirma as grandes acções dos trabalhadores portugueses no 1.º de Maio, no 22 de Junho, nas grandes batalhas sindicais que se têm saldado por sucessivas e magníficas vitórias de listas unitárias de esquerda, pelo acúmulo de derrotas do PS e da direita reaccionária.

Alguns quiseram decretar aqui a liquidação das grandes conquistas de Abril. Nós afirmamos: as conquistas de Abril serão defendidas.

Alguns quiseram decretar aqui a liquidação da Reforma Agrária. Nós afirmamos: a Reforma Agrária será defendida.

Alguns quiseram decretar aqui o isolamento do PCP. Nós afirmamos: nunca o PCP foi tão forte, nunca desfrutou de tão amplo e vasto apoio popular.

Os que querem «desalojar» o PCP do Alentejo, esses sim, serão isolados no Alentejo. A influência do PCP resultará fortalecida deste debate.

Grande Partido nacional e democrático, deservendo todos os seus estorpos na defesa dos interesses dos trabalhadores, do Povo e da Pátria, o PCP está permanentemente pronto e disponível ao diálogo e para estabelecer laços de cooperação com todas as forças democráticas, com cada democrata, sem excepção, na base do respeito sem reservas pela Constituição da República e do projecto político que ela incorpora, a defesa e a consolidação da democracia, a recuperação económica e a independência nacional.



e depois do 25 de Abril, em profunda comunhão com os assalariados agrícolas e a população camponesa do Alentejo todas as suas horas de luta contra a exploração e opressão dos latifundiários e contra a brutal repressão do aparelho de Estado fascista.

Hoje, votando contra a tentativa de liquidação das conquistas alcançadas com a Revolução de Abril, o PCP dá voz na Assembleia ao vastíssimo movimento que se ergueu vigorosamente nos campos do Sul e do Norte de Portugal para condenar o projecto Barreto e em defesa da Reforma Agrária, para condenar os projectos de liquidação da lei do arrendamento rural e em defesa da lei histórica dos Governos Provisórios, autêntica carta de alforria dos rendeiros deste País.

Aqui mesmo, na Assembleia da República, este vastíssimo movimento se repercutiu nas moções, cartas e outras mensagens escritas e através das delegações que vieram trazer à Comissão de Agricultura a opinião dos que trabalham a terra.

Não constitui segredo que este debate se tem desenrolado em clima de crise governamental. É a importância das questões agrárias na nossa terra. É a importância nacional da obra magnífica dos trabalhadores e dos pequenos agricultores na zona de intervenção — a Reforma Agrária. É a importância da Lei

governamentais sobre as indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários e, sobretudo, a proposta de lei de destruição da Reforma Agrária há pouco votada constituem algumas das grandes peças daquilo a que, sem contestação, temos chamado a contra-revolução legislativa e esta representa uma escalada qualitativamente agravada da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista levada a cabo pelo Governo minoritário do PS sob a pressão do PPD/PSD, do CDS, de toda a reacção e com o seu efectivo apoio e aplauso (...).

Que a direita reaccionária prossegue a política que é a sua desde sempre, é natural; que se regozije com os sucessos que obtém, compreende-se; mas o que é politicamente dramático e torna mais perigosas as ameaças que cercam a democracia, é que o consiga pela acção do Partido Socialista, pela acção daqueles que só por quebra de compromissos solenemente assumidos com os seus eleitores se podem transformar em instrumentos dos objectivos do grande capital, dos latifundiários, da reacção e do imperialismo.

Efectivamente, são cada vez mais claras as consequências da «opção» para o exterior do PS e do seu Governo, incapaz de esperança e confiança nas capacidades e recursos dos trabalhadores e do Povo português, e todo virado por

quem a trabalha é a lei de transferência da terra das mãos dos que a trabalham para as mãos dos que a não trabalham. É efectivamente a lei da restauração dos latifundiários feita na perspectiva dos latifundiários.

A redobrada pressão desencadeada pela direita parlamentar e por toda a reacção sobre o Governo PS, exactamente nestes dias quando a escalada da contra-revolução legislativa avança e se de uma a outra completamente, significa que a reacção sente o Governo minoritário do PS suficientemente fraco e isolado para lhe não consentir que areprie um só palmo na sua caminhada de recuperação capitalista, para lhe exigir que a prosseguir e acentue, como ontem ouvimos, mas significa também que considera que ele vai esgotando o papel para que lhe reconheça utilidade, que chega o momento para lhe exigir a partilha na definição da política governamental como primeiro passo para a partilha do Governo e para substituir o Governo, por fim.

O debate que acaba de ter lugar constitui uma nova capitulação do PS às exigências da direita parlamentar e de toda a reacção (...). Alguns dirigentes do PS tentam apresentá-lo como uma nova vitória do Governo, como um êxito conseguido pelas suas artes e flexibilidade de negociadores. Só iludirão os incautos. Essa

uso da repressão para calar o protesto popular, que revela uma tendência indesejável para o uso de métodos administrativos e autoritários, que monopoliza sem qualquer escrúpulo os grandes meios de comunicação estatizados. A sua conduta a propósito da discussão pública da proposta de lei agora votada, como já o referimos, é suficientemente esclarecedora dos métodos que é capaz de utilizar quando se vê em dificuldades (...).

A vergonhosa campanha anticomunista a que os responsáveis do PS, com uma ou duas honrosas excepções reduziram a intervenção do seu Grupo Parlamentar neste debate é motivo, porém, de mais funda e legítima preocupação.

É um ultraje à Constituição e à democracia portuguesa que o Partido Socialista, o partido do Governo, continue a insistir que uma lei da República sobre a Reforma Agrária tenha como grande objectivo, derrotar, desalojar ou quebrar a influência de um partido político constitucional como o PCP, largamente aprovado pelo povo popular livremente expresso e aqui representado na Assembleia da República por um grupo numeroso de deputados.

É um ultraje ao povo alentejano e ao Povo português a «cruzada de libertação do Alentejo» que o Partido Socialista desencadeou, lançando

Em Espinho

«SEMANA DE AMIZADE COM OS PAÍSES SOCIALISTAS»

Por iniciativa do núcleo de Espinho da Associação de Amizade Portugal-Cuba, está a decorrer nesta cidade uma «Semana de Amizade com os Países Socialistas», jornada de solidariedade e cooperação, em que têm vindo a participar centenas e centenas de pessoas.

Blasco Hugo Fernandes e Macedo Varela. Durante as suas breves intervenções, atentamente seguidas, foi salientada a importância da amizade para com os países socialistas, da perspectiva da solidariedade, da cooperação e do intercâmbio a todos os níveis.

Cada dia da jornada tem sido dedicado a um país socialista. Anteriormente, efectuou-se uma sessão comemorativa do 24.º aniversário do assalto ao Quartel de Moncada, início da Revolução Cubana. No mesmo local, está patente uma exposição fotográfica subordinada ao tema «17 anos de Revolução Cubana».

DELEGAÇÃO DA UJC REGRESSOU DA BULGÁRIA

Regressou na passada segunda-feira a Lisboa a delegação da União da Juventude Comunista (UJC) que, a convite da União Dimitrova da Juventude Comunista (UDJC), visitou, durante oito dias, a República Popular da Bulgária.

Uma visita — que proporcionou a este militante da UJC o contacto directo com a realidade socialista na Bulgária, especialmente no que diz respeito à vida da juventude — inseriu-se no quadro das estreitas relações existentes entre a UJC e a UJC, tendo constituído um significativo contributo para o reforço dos laços de amizade, cooperação e entendimento entre as juventudes de Portugal e da Bulgária.

ESTRANHAS DIFICULDADES NO COMÉRCIO DE PORTUGAL COM A UNIÃO SOVIÉTICA

No decorrer de um colóquio, que se realizou recentemente na Associação Portugal-URSS, os economistas Mendes Correia e Valdemar Quaresma referiram-se pormenorizadamente às relações comerciais entre o nosso País e a União Soviética. Entre outras personalidades, estiveram presentes na sessão a prof.ª Aurora Murteira, o dr. Mário Neves (ex-embaixador de Portugal em Moscovo), o eng.º Blasco Hugo Fernandes e o prof. Mário Murteira.

Detendo-se nas dificuldades levantadas ao comércio luso-soviético, muitas vezes mesmo a nível de Estado, Mendes Correia afirmou que, enquanto para a Grã-Bretanha, por exemplo, a concessão de uma licença de importação demora um mês, para a URSS chega a levar até seis meses... Além disso, as administrações de muitas empresas nacionalizadas (!) recusam-se a vender para os países socialistas, sob os mais diversos pretextos. Mendes Correia apontou um exemplo: Houve uma a qual foi feito um pedido de preço para uma encomenda de mil toneladas. Ela alegou que a quantidade era demasiado pequena. A seguir, outro país socialista fez novo pedido de preço para 20 mil toneladas. A empresa respondeu que a quantidade era demasiado grande...

Mais adiante, aquele economista sublinhou que é prática habitual das empresas nacionalizadas não fazerem tomadas de preços junto aos países socialistas para a compra de equipamentos. E acrescentou: Na verdade, são as empresas privadas que se interessam mais por esses equipamentos. Nas nacionalizadas, nota-se uma manifesta má vontade. Isso coloca um problema muito sério: é o de saber se, sim ou não, as relações comerciais com a URSS são vantajosas para Portugal, se favorecem a independência nacional. A URSS é um dos grandes fornecedores de petróleo ao nosso País (16 por cento do total), ou seja, de um produto que é fácil vender e que é pago com divisas. Mas nós não pagamos com divisas. Pagamo-lo com exportações, muitas delas de produtos manufacturados, com valor acrescentado. Por isso mesmo, o nosso défice comercial com a União Soviética não é tão grande quanto o défice geral da balança comercial. Ao passo que os outros exportadores de petróleo quase não compram nada a Portugal. Além disso, há a questão dos preços: o do petróleo soviético é dos mais baixos de todos (só o do Egipto é mais baixo, mas a quantidade que exporta é insignificante: 0,44 por cento do total importado). Por outro lado, há a importantíssima questão da diversificação das exportações portuguesas.

Por seu turno, Valdemar Quaresma salientou as inúmeras possibilidades de cooperação e intercâmbio com os países socialistas, nomeadamente com a URSS. Entre estas possibilidades, aquele economista destacou os investimentos em equipamentos produtivos com economia de divisas. Referiu, a propósito, que existem esquemas de contratos em que tais investimentos podem dar créditos para a construção de fábricas e o pagamento dos mesmos poderá ser feito com a própria produção obtida nessas fábricas. No entanto, o governo omite-o completamente e não faz tentativas junto aos países socialistas para obter esse tipo de créditos. Prefere procurar os empréstimos financeiros do mundo capitalista que não se enxerga como virão a ser pagos. Há mais de um ano a Roménia ofereceu um crédito de 100 milhões de dólares ao governo português e até hoje só obtivemos respostas evasivas. O governo não só não procura obter estes créditos como, neste caso, em que houve oferecimento, não dá resposta.

Tal como sublinhou Valdemar Quaresma, esta questão torna-se agora muito importante, visto que o nosso País se prepara para ampliar a Siderurgia Nacional. A URSS é a maior fornecedora mundial de equipamentos siderúrgicos completos, além de ser a maior produtora mundial de aço. A possibilidade de comprar uma siderurgia completa com pouco dispêndio de divisas, pagando-a a juros baixos e com a produção do aço nela fabricado, não pode ser desprezada — concluiu.

edições Avante! Vida e obra de Karl Marx Preço 12\$50 O ABC do MARXISMO-LENINISMO a sua pequena biblioteca

Dia 30 de Julho às 21,30 h Banca das edições Avante! na noite do fado - Pavilhão dos Desportos COM UMA NOTA DE 100\$00 COMPRE: Livro Negro do MAP Agricultura dos países socialistas da Europa. O PCP e a luta pela Reforma Agrária OU ENTÃO: Livro Negro do MAP Contribuição para o estudo da questão Agrária (2 volumes)

ÁLVARO CUNHAL EM SAMORA CORREIA

A 2.ª festa dos meloeiros do Ribatejo que reuniu, no passado domingo, em Samora Correia, muitos milhares de trabalhadores constituiu uma jornada de convívio, de solidariedade e de combate pela defesa das conquistas dos trabalhadores do Ribatejo.

A consciência da agudização das dificuldades da luta a travar na defesa da Reforma Agrária, a vontade de vencer foi uma manifestação constante na festa dos meloeiros. A certeza das batalhas complicadas a travar, para utilizar as palavras do camarada Álvaro Cunhal, parece ter vindo a estimular a unidades dos trabalhadores, a aliança entre o proletariado e os camponeses perante uma ofensiva que põe em causa

o seu futuro e o da democracia. Cada vez mais os trabalhadores, qualquer que seja a sua convicção política, compreendem que o trabalho, o pão, a liberdade só são garantidos com a consolidação da situação democrática. Como disse na sua intervenção João Cabral, da Comissão dos Meloeiros, com o 25 de Abril modificou-se a situação de desemprego que todos os anos alastrava nas terras do Ribatejo, deixou-se de pagar 10 contos e passou-se a pagar três contos e quinhentos de renda das terras, os adubos também baixaram, conseguiu-se preços de intervenção no melão e também preços mais altos no tomate. Contra esta

melhoria na situação dos seareiros de melão e de todos os trabalhadores investe o Governo PS e fundamentalmente o MAP, através da sua política contrária aos interesses dos trabalhadores:

Camaradas, salientou João Cabral, no que respeita ao ano de 1977, a situação é grave, derivado às condições climáticas, as searas na sua maior parte não prestam, tudo aumentou, adubos, pesticidas, plásticos, combustíveis, lavoeiras e até mesmo a própria renda foi aumentada para 5 contos, nas costas dos trabalhadores: foi mais uma medida desse senhor que se diz socialista e que dá pelo

nome de Barreto.

Abordando o problema do regresso do desemprego às terras do Ribatejo, João Cabral chamou à atenção por continuarem nas mãos dos grandes agrários grandes extensões de terra, na sua maioria subaproveitadas, como são os casos do Vale da Lama com 4112 hectares e Quinta da Aguvalva com 439 hectares no concelho de Alpiarça, terras que se fossem entregues aos trabalhadores garantiriam mais 350 postos de trabalho.

A disposição da juventude ribatejana em participar solidariamente na luta dos meloeiros e de outros trabalhadores da terra na defesa das conquistas, foi

afirmada por César Guilherme, da Comissão Distrital de Santarém da UJC:

Podéis ficar certos, camaradas, de que os jovens comunistas saberão fazer todos os sacrifícios necessários para que a batalha do futuro traga ao nosso povo o pão, a paz e a liberdade a que tem direito.

César Guilherme abordou ainda alguns dos problemas mais graves que atingem a população jovem, nomeadamente o desemprego que afecta 300 000 jovens, a maior parte menor de 18 anos, a expansão da droga e da prostituição que serve apenas os interesses da reacção na medida em que destrói

a juventude, grande força no futuro de uma nação.

Francisco Raposo, da Comissão Distrital do PCP, analisou alguns aspectos da política de recuperação capitalista do Governo:

Projectos de reconversão de empresas não são aceites pelo Governo. No Tragal, os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira têm apresentado projectos de reconversão que o Governo não tem atendido pondo assim em causa não só o pão de 2 700 trabalhadores e suas famílias como a própria recuperação da economia. Enquanto isto importam-se milhares de tractores e maquinaria agrícola

quando o projecto de reconversão do MDF apontava para a produção anual de 6000 tractores.

Referindo depois as realizações da Reforma Agrária no Ribatejo, apesar da oposição encarniçada dos agrários apoiados pelo Governo PS, o camarada Francisco Raposo, salientou:

No nosso distrito foram constituídas 74 UCPs e cooperativas que correspondem a 99 479 hectares. Os resultados estão à vista no que diz respeito ao aumento das áreas de cultivo, do efectivo pecuário em 100% de desuínos e 75% de bovinos, de máquinas e de alfalhas em 75%, de postos de trabalho

permanentes em 50% para homens e 100% para mulheres.

O entusiasmo e o calor que rodearam a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, que publicamos noutra local, foi uma das muitas manifestações de certeza na vitória, de confiança no resultado da luta perante a qual os seareiros e meloeiros do Ribatejo não recuarão quaisquer que sejam as ameaças que a direita e o imperialismo agitem como forma de intimidação. Esta confiança e determinação dos trabalhadores ficou patente nas cantigas soltas, em franco convívio, nas quais se afirmava «o povo não arreda pé das suas maiores conquistas».

A aprovação na generalidade do projecto de lei Barreto na Assembleia da República, contra os votos dos deputados comunistas e de alguns outros deputados, abre uma nova fase na tentativa de liquidação da Reforma Agrária pelo Governo do PS aliado ao PPD e ao CDS.

O voto conjunto do PS e do PPD mostra a política de classe do Governo PS, governo dum partido que insiste em afirmar-se um partido de trabalhadores, um partido democrático, um partido socialista, mas que em questões vitais para o povo trabalhador dos campos — a Reforma Agrária e o Arrendamento Rural — se une ao PPD para fazer aprovar na Assembleia da República leis que servem apenas os interesses dos grandes proprietários e capitalistas, dos exploradores e parasitas contra os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores.

O CDS votou contra, mas esfrega as mãos de contente com a aprovação da lei, porque esta vai dar a base para a intensificação da ofensiva contra a Reforma Agrária.

Votando contra o projecto Barreto, o CDS prestou um serviço aos inimigos da Reforma Agrária, prestou um serviço ao projecto da lei Barreto. Porque haverá gente que pensa que, se o CDS, que é o partido mais reaccionário que está na Assembleia da República, votou contra, é porque o projecto não será assim tão mau — e está assim mais uma maneira de dar protecção ao projecto perante a opinião do povo trabalhador.

Ao mesmo tempo que aprovam na generalidade o projecto Barreto, os deputados socialistas, aliados ao PPD e ao CDS aprovavam também na generalidade o projecto de lei do PSD sobre Arrendamento Rural,

que rouba a mais de 200 000 rendeiros alguns direitos alcançados com a Revolução de 25 de Abril e com a Lei do Arrendamento Rural de 1975, como o contrato por escrito, a fixação da renda em dinheiro, a garantia das benfiteiras, que visa instaurar de novo a exploração semifeudal das parcerias e que procura condenar de novo essa classe laboriosa dos pequenos rendeiros às miseráveis condições de vida e de trabalho que lhes eram impostas pelos senhorios ricos antes do 25 de Abril.

A votação destes dois projectos de lei é um novo e sério passo na política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS aliado à reacção e trata-se de um novo e sério passo que mostra que a política do Governo PS, a ser levada a seu termo, não significará corrigir "excessos" ou "injustiças" (como muitas vezes os dirigentes do PS afirmaram) mas a liquidação das grandes conquistas da Revolução e a restauração do poder económico dos grandes capitalistas e agrários.

A aprovação destes dois projectos de lei ficará para sempre como uma página negra na vida da democracia portuguesa e na história do PS.

O que o Governo PS, aliado ao PPD e ao CDS está fazendo é, no fim de contas, restaurar, embora num processo lento — e esse processo é lento porque encontra por diante a resistência dos trabalhadores e do povo do nosso País — a base económica, social e ideológica da reacção e do fascismo.

Este é um perigo real de que devem ter plena consciência todos os trabalhadores, todos os democratas e antifascistas.

A aliança do PS com a direita

Todos tendes certamente presente que o PCP vezes sem conta afirmou que contra as repetidas declarações dos seus dirigentes, o PS não iria governar sozinho, que sendo minoritário teria de aliar-se ou com a esquerda — isto é, com o Partido Comunista — ou com a direita — isto é, com o CDS e o PPD.

Neste primeiro ano do Governo PS, vezes sem conta o PCP insistiu em que, na sua política, nas suas medidas, o Governo PS estava de facto aliado à direita, aos partidos representantes dos capitalistas e agrários contra os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas do nosso País.

Neste finalizar dos trabalhos da Assembleia da República, essa aliança ainda se tornou mais nítida.

Foi assim para a aprovação das leis contra as nacionalizações, contra o controlo operário, contra os direitos dos trabalhadores e agora na lei contra a Reforma Agrária e pela revogação da Lei do Arrendamento Rural.

Eu creio, camaradas, que a Televisão ao fim e ao cabo por uma vez fez um bom serviço ao País transmitindo em directo os debates na Assembleia da República. Porque ficou claro para muitos portugueses quem defende a Reforma Agrária, os interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, a economia nacional, e quem defende os interesses dos grandes capitalistas e dos agrários. Ficou claro para os portugueses que puderam seguir esse debate o contraste entre a vergonhosa política de alianças do PS com o PPD e mesmo com o CDS, e a posição clara, combativa, limpa nos objectivos e nos processos, fiel ao povo trabalhador, dos deputados comunistas que são a voz do Partido Comunista na Assembleia. E isso ficou tão claro que conhecemos numerosos socialistas que se sentem com vergonha porque não é assim que queriam que fosse o partido a que pertencem ou em que votaram.

O pacto do PS com o PPD divulgado no último dia do debate, põe definitivamente a claro que o Governo do PS sozinho é uma forma de enganar os trabalhadores e uma grande parte dos eleitores do PS, porque de facto o Governo PS tem governado, está governando e prepara-se para continuar a governar em íntima cooperação com o PPD e através da "convergência" PPD-CDS com o próprio CDS.

O que se pergunta, porque ainda não é conhecido, é qual o preço que o PS pagou ao PPD para o PPD não criar uma crise política.

Val ainda piorar a lei com emendas em tal ou tal artigo? Vai dar ao PPD governadores civis? Vai dar-lhe mais

lugares no Banco de Portugal? Vai dar-lhe lugares na ANOP? Vai dar-lhe de novo "O Seculo" ou outro jornal estatizado para que o PPD faça a sua propaganda à custa dos dinheiros públicos, tal como o PS hoje faz com o "Diário de Notícias" e outros jornais?

De qualquer forma, o pacto PS-PPD anuncia uma nova fase da mais aberta e descarada colaboração e aliança do PS com a direita reaccionária, preparando o terreno para um governo com a participação do próprio PPD e talvez mesmo do CDS.

É para aí que o Governo PS, servindo os interesses dos capitalistas e agrários contra o povo trabalhador, está encaminhando a política nacional.

O que se pergunta, camaradas, é se é esta a política que desejam todos os membros do PS, se foi para isto que votaram os eleitores do PS.

Eu creio que se pode afirmar que há milhares de membros do PS que não estão de acordo com esta política e que há centenas de milhares de eleitores que votaram no PS convencidos de que era verdade e que diziam os dirigentes do PS quando garantiam que não se aliariam à direita.

Por isso, camaradas, estamos certos que se hoje tivéssemos lugar novas eleições, o PS, que perdeu 500 mil votos das primeiras para as segundas, e outros 300 mil das segundas para as terceiras, arriscava-se a vir por aí abaixo aos trambolhões, de nada lhe valendo as chamadas sondagens do "Expresso" e de outros jornais que as fabricam.

Muito portugueses, inquietos com esta evolução do PS para a direita, perguntam se isto já não tem remédio e se o PS, pela mão dos seus dirigentes, está no fim de contas condenado a tornar-se definitivamente, ao lado do PPD e do CDS, um partido dos capitalistas e dos agrários.

Nós, camaradas, pensamos que não, mas que a continuação do PS como um partido democrático depende dos próprios socialistas e dos eleitores socialistas, e depende da unidade e da luta dos trabalhadores. Porque o caminho que está a seguir o Governo PS é no fim de contas o caminho do suicídio político do PS como partido de trabalhadores, como partido democrático, para já não dizer como partido socialista, porque de socialista, a sua política não tem actualmente nem muito nem pouco, não tem nem sequer o aspecto e o cheiro. Já neste não há nada que se possa chamar socialista.

O PCP em defesa da Reforma Agrária

Nós consideramos, camaradas, que a Reforma Agrária foi uma das principais, senão a principal conquista do povo trabalhador e do nosso País depois do 25 de Abril.

A reforma Agrária, todos sabemos, significou o desbravamento de terras incultas e abandonadas há muitos anos; significou novas terras cultivadas; significou o aumento da produção; significou uma das maiores produções de cereais de sempre; significou novas culturas como o tabaco, o desenvolvimento da cultura do grassol; significou o aumento do efectivo de gados; significou uma contribuição para a economia nacional com a poupança de milhões de contos com que seria necessário pagar a importação dos artigos produzidos; significou em muitas regiões o fim do desemprego, uma vida melhor, liberdade, alegria, confiança de muitos e muitos milhares de trabalhadores e pequenos e médios agricultores.

O nosso Partido sempre defendeu, continua a defender e defenderá sempre a liquidação dos latifúndios como condição para a construção da democracia e para o desenvolvimento económico do País, e continuará sempre defendendo como sempre defendeu a Reforma Agrária, que para ser digna deste nome de Reforma Agrária tem de significar, não como agora pretende o Governo do PS a restituição de terras aos agrários e a sua entrega a novos grandes capitalistas, mas a libertação dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores da exploração dos grandes agrários e dos capitalistas, tem de significar a entrega da terra a quem a trabalha.

É isto que traduz uma Reforma Agrária e não as afirmações que faz o Governo PS.

Por isso tratámos a luta para esclarecer o Povo português acerca do alcance do projecto Barreto e da lei do PPD sobre o arrendamento rural. Por isso conduzimos uma ampla campanha de Norte a Sul do País.

E o que se viu, camaradas? Viu-se que só os grandes agrários e capitalistas e os seus representantes apoiavam o Governo e que os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores mostravam bem, de Norte a Sul do País, o seu repúdio e indignação pelo projecto Barreto contra a Reforma Agrária e pelo projecto do PPD sobre o arrendamento rural.

O MAP declarou demagogicamente que ia abrir um debate público sobre a matéria. Mas não teve na mínima conta a expressão da opinião e da vontade dos interessados, e em vez de ouvir a voz do povo, o seu cuidado foi e é fazer arrancar e apegar pela polícia cartazes, distícos e inscrições contra o sinistro projecto de lei Barreto e em defesa da Reforma Agrária. Tanto em Lisboa como no Porto são brigadas da Polícia que arrancam, até nos Centros de Trabalho do Partido Comunista, distícos em que se diz apenas "Viva a Reforma Agrária".

Creio, camaradas, que aprovais a acção do Partido Comunista contra os projectos de lei Barreto e do PPD, em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, em defesa da Reforma Agrária e da Lei do Arrendamento Rural.

Creio, camaradas, que aprovais a acção do nosso Partido junto dos órgãos do Poder, não desprezando quaisquer possibilidades, as mais limitadas e insignificantes, para tentar evitar a aprovação destes projectos inconstitucionais pela sua natureza e que abrem caminho para um novo passo na escalada ofensiva da reacção contra as conquistas revolucionárias do povo português e designadamente contra a Reforma Agrária.

Nós já tivemos ocasião de dizer, camaradas, que para defesa da Reforma Agrária estávamos dispostos a negociar até com o próprio diabo. Já tivemos ocasião de dizer também aos trabalhadores que para tentarmos alterar este projecto e para que nunca se dissesse que os comunistas não tinham feito propostas com vistas a chegar-se a uma solução com o Governo, houve camaradas nossos que fazendo das tripas coração aceitaram encontrar-se com representantes do Governo, aceitaram encontrar-se com vários ministros incluindo os próprios Barreto e Portas para discutirem, para apresentarem propostas, para dizerem «é necessário estas alterações».

Quer dizer, camaradas, que no fim de contas os comunistas foram negociar até com o próprio diabo, para tentar alterações e para que não digam que não queríamos uma solução negociada. Eles é que não querem a solução, eles é que querem no fim de contas restituir as terras aos agrários e aos capitalistas sem ouvir a opinião do povo



trabalhador. Não podem dizer amanhã que negociaram com o PPD porque o Partido Comunista não quis negociar.

Os comunistas aceitaram negociar e apresentaram dezenas e dezenas de propostas de emendas ao projecto Barreto. Se não as quiseram fazer foi porque não quiseram, e tomam inteira responsabilidade pelas consequências de uma lei que, se for aprovada e for aplicada, traz prejuízos muito grandes não apenas para os trabalhadores mas para o nosso País, para a economia nacional, para a democracia portuguesa. É uma responsabilidade histórica que têm os dirigentes do Partido Socialista e não podem fugir a ela, perante o nosso Povo e perante os militantes do seu próprio partido, que por isso lhes virão amanhã pedir contas.

Nós não conhecemos, camaradas, quais são os planos do Governo para aplicação desta lei quando ela for finalmente aprovada, uma vez que ainda vai ser discutida na especialidade, e nós até ao último momento, na Assembleia, nas comissões, continuaremos batalhando para que haja alterações nesta lei, nesta lei criminoso. Não conhecemos quais são os projectos do Governo para a sua aplicação, até onde é que vão os seus propósitos de violência contra os trabalhadores, se pensam utilizar no máximo ou no mínimo as disposições de lei contra as Cooperativas e as UCPs. Mas conhecemos qual é a prática do Ministério da Agricultura e do Governo PS. Não foi preciso que fosse aprovado o projecto Barreto para os trabalhadores desta região saberem bem como o Ministério da Agricultura e Pescas procede para com as UCPs e as Cooperativas (é conhecido aqui que antes da aprovação deste projecto os quarenta trabalhadores da Unidade Colectiva «A Zedra», na zona de Coruche, foram notificados para entregarem uma herdade que tem 59 402 pontos).

Uma coisa desde já é certa: na base da lei Barreto irá intensificar-se a ofensiva contra a Reforma Agrária, serão dadas reservas mais extensas, serão feitas novas desanexações, serão feitas novas requisições de instalações, gados e máquinas, serão feitas novas e mais graves arbitrariedades e injustiças contra os trabalhadores, contra as Cooperativas e UCPs, para que as terras expropriadas voltem para os agrários e capitalistas, os trabalhadores voltem para o desemprego e a miséria, e os pequenos e médios agricultores fiquem de novo condenados a um trabalho insano, às dificuldades e à ruína, para que os grandes senhorios da terra e do dinheiro continuem nos seus palácios e palacetes, nos Estoris ou no estrangeiro, em férias permanentes, gastando à tripa fora o produto do trabalho dos que esgotam as suas forças e vertem o seu suor no amanho das terras.

É isto que temos de esperar do Governo PS, e não aquilo que os dirigentes do PS prometeram nas suas campanhas eleitorais. Se aqui está presente algum membro do PS ou algum eleitor do PS, eu pergunto à sua consciência se quando votou nos candidatos do PS foi para que eles realizassem esta política contra os trabalhadores e ao serviço dos grandes agrários e capitalistas.

Estou certo que uma grande parte dos eleitores não votaram no PS para que ele no fim de contas levasse a cabo esta política.

Vencidos e vencedores

A propósito da aprovação do projecto de lei Barreto fala-se muito de vitória e de derrota e a propaganda da direita fala no que teria sido uma grande derrota do PCP.

Sem dúvida, camaradas, que a aprovação deste projecto é uma vitória das forças da reacção, dos agrários e dos capitalistas, que pela mão do Governo PS passam agora a ter nesta lei um instrumento para intensificarem a ofensiva contra a Reforma Agrária.

Mas, no plano político, ante o povo e ante o País, nem o PS pode falar de vitória nem o PCP sal de forma alguma derrotado.

Para o PS, partido que se declara um partido democrático, um partido socialista, um partido dos trabalhadores, o projecto Barreto significa a capitulação dos dirigentes do partido ante a reacção, a declaração pública de que este partido está ao serviço dos agrários e capitalistas, que visa a liquidação da Reforma Agrária, a restauração dos latifúndios e a restauração da grande exploração capitalista, que renega o próprio programa do partido e o próprio programa do Governo.

Isto significa uma tremenda derrota política para a direcção do PS.

E quanto ao PCP, o facto de ter sido e continuar a ser de entre os grandes partidos o único a defender a Reforma Agrária e os interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, o facto de ter empenhado as suas forças na luta contra o monstruoso projecto de Lei Barreto, o facto de ter lutado e continuar lutando palmo a palmo e minuto a minuto, o facto de ter nesta sua política ganho um imenso apoio popular, incluindo de sectores até aqui influenciados pelo PS, significa uma grande vitória política que terá consequências positivas na luta que continua.

Derrotados ante o povo e ante a História são aqueles que dizendo-se de um partido de trabalhadores, de um partido do socialismo, faltam aos seus compromissos, à sua palavra e ao seu programa, e passam abertamente ao serviço dos grandes senhores do capital e da terra, e não aqueles que se mantêm firmemente, nas horas duras e difíceis como nas horas mais fáceis, fiéis aos seus ideais, ao lado do povo trabalhador, vivendo e lutando com o povo e para o povo, não tendo outro objectivo que não seja servir os trabalhadores e defender os seus interesses.

A nós, comunistas, militantes do partido da classe operária e do povo trabalhador, sempre nos norteou na nossa actividade o princípio de que é preferível morrer de cabeça erguida na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e da pátria, do que prosperar servindo de joelhos ante aqueles que exploram quem trabalha.

E porque assim é, e porque será sempre em última instância o povo que dirá a última palavra, a nossa batalha de hoje com os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores contra a reacção é da maior importância para a luta futura e mostrará que, nesta grande batalha política em torno do projecto de lei contra a Reforma Agrária, quem verdadeiramente saiu derrotado foi a direcção de direita do PS e quem verdadeiramente é e será compreendido e apoiado pelos trabalhadores e pelos pequenos e médios agricultores é o partido da classe operária, é o Partido Comunista Português.

Na construção dum regime democrático, na

construção e desenvolvimento dum agricultura progressista ao serviço do povo e do país, quem acabará por ser derrotado são os agrários exploradores que deixam a terra abandonada e condenam os trabalhadores ao desemprego e a miséria e quem acabará por sair vencedor serão os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores de cujas mãos, suor, inteligência, esforços e sacrifícios sal tudo quanto a terra produz.

Encontrando pela frente a oposição dos trabalhadores, sentindo fugir-lhe o apoio popular na mesma medida em que ganhou o apoio dos capitalistas e latifundiários, do PSD-PPD e do CDS, da CAP e da CIP, sentindo levantar-se no país e no seu próprio partido as vozes de protesto contra a sua política, o Governo faz por um lado (com o apoio do CDS e PPD) aprovar leis que restringem liberdades e direitos (lei sobre as comissões de trabalhadores, sobre o controlo de gestão) e lança-se no perigoso caminho de tentar silenciar e abafar a voz da oposição.

Chamamos a atenção para o significado inquietante das acções do Governo arrancando das ruas a propaganda contra o projecto Barreto, indo ao ponto de obrigar a arrancar de varandas de Centros de Trabalho do PCP em Lisboa distícos com as palavras «viva a Reforma Agrária». E ontem, no Porto, foram presos dois deputados do PCP por andarem a fazer pinchagens em defesa da Reforma Agrária. É isto sinal de força? Não camaradas. Estas acções são sinal de fraqueza e de medo. O Governo PS, aliado ao CDS e PPD, tem medo da verdade, tem medo dos trabalhadores, tem medo do povo, tem medo no fim de contas do isolamento crescente a que a sua própria política o está a condenar.

É por isso que procura criar dificuldades ao exercício das liberdades e direitos.

É por isso que procura silenciar nos meios de comunicação social a voz dos trabalhadores, a voz dos comunistas.

É por isso que, neste grave momento da vida nacional, deu horas e horas à sua gente, a gente do CDS e PPD, mas não deu o tempo de antena devido ao PCP.

O Governo e toda a reacção tem medo da verdade, mas por muito que procurem cercar o povo com um muro que o isole da informação verdadeira não conseguirão. Nem no Sul, nem no Norte. A voz da verdade chega e chegará cada vez mais às largas massas e o povo apolará o que fala verdade e recusará o seu apoio àqueles que o enganaram.

Os comunistas, camaradas, não têm medo da verdade, como não têm medo das intimidações, e se pensam que prendendo uns camaradas em campo Maior, espantando outros nas ruas de tal ou tal cidade, prendendo ou detendo durante umas horas os comunistas que andam a fazer pinchagens — se pensam que metem medo aos comunistas, estão profundamente enganados.

Já se começou a ver: foi um discurso dum dirigente do PS na Assembleia da República em que se fez qualquer coisa como uma ameaça aos comunistas de clandestinidade. E também no discurso do dr. Mário Soares nos pareceu ouvir qualquer coisa — qualquer coisa como ser advogado de comunistas quando eles forem julgados em tribunais especiais.

Mas, de qualquer forma, nós vamos continuar a viver em democracia, não vamos para a clandestinidade, vamos continuar a ser um partido legal. A luta continua, sem medo e com confiança — a luta dos comunistas e daqueles que



« não são comunistas, porque não somos só nós que podemos defender as conquistas da Revolução. Há aqui com certeza muitos amigos que não são comunistas mas que estão com os comunistas nesta luta comum.

O PCP preveniu de que a ofensiva contra as grandes conquistas da Revolução que são a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário seria inevitavelmente acompanhada de restrições às liberdades e de medidas repressivas.

Todos sabemos que, para entregar ilegítimamente terras, lagares e gado aos agrários, o Governo emprega em massa forças militarizadas.

O Governo diz que essas medidas correspondem aos interesses do povo e até que tem o apoio do povo. Mas se tivessem o apoio do povo não seriam necessárias autometalhadoras, centenas de homens armados, polícia de choque, cavalaria e cães para aplicá-las.

Se correspondessem aos interesses do povo e tivessem o apoio do povo, o próprio povo as aplicaria, com alegria e entusiasmo.

Se o Governo utiliza a força e a violência é porque essas medidas servem apenas um punhado de grandes agrários e capitalistas e umas dezenas de afilhados.

E eu pergunto, camaradas: quando chegar o dia, e chegará, em que estas arbitrariedades e injustiças sejam reparadas, quando, vencidas as dificuldades actuais,

a Reforma Agrária vá de novo para diante — eu pergunto, camaradas, se então será necessário qualquer chaimite, qualquer autometalhadora, forças militarizadas, se será necessário um único homem armado?

Não, será necessário. Quando as ilegalidades e injustiças passadas e futuras deste Governo, dos agrários, dos reacçãoários, do Ministério da Agricultura e Pescas forem reparadas (e se-lo-ão), quando a lei Barreto, que quase certamente será agora aprovada, for revogada, quando a Reforma Agrária retomar o seu curso historicamente inevitável, quando as terras dos grandes agrários forem finalmente entregues e uma vez para sempre a quem as trabalha, aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores, não serão necessárias quaisquer forças militares ou militarizadas porque o povo em massa porá em prática, com entusiasmo, tais medidas, porque o povo em massa — homens, mulheres, jovens e até as crianças — levará por diante a Reforma Agrária.

Eu creio, camaradas, que com apreensões — sem dúvida com apreensões porque vamos ter dias difíceis — mas com confiança, devemos olhar o futuro. Vamos ter batalhas complicadas. Mas se estivermos dispostos a lutar, se os trabalhadores se unirem, se não aceitarmos divisões no nosso seio, se se unirem os trabalhadores rurais aos pequenos e médios agricultores e compreenderem que a sua frente de batalha é a mesma, poderá haver maiores ou menores dificuldades mas a Reforma Agrária acabará por ir por diante.

Com confiança, voltados para o futuro

Já há pouco disse, camaradas, que nos esperam horas difíceis mas a primeira condição para vencer é ter-se confiança em que se vencerá.

Trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores têm interesses comuns na luta contra os agrários e contra os capitalistas. O nosso Partido apoia tanto a luta dos trabalhadores como a luta dos pequenos e médios agricultores, e quero aqui expressar em nome do nosso Partido a solidariedade para com os meloeiros, gravemente atingidos pelo mau ano agrícola e pela perda de grande parte das suas searas. Nós apoiamos e apoiaremos as diligências dos meloeiros para a comercialização dos produtos e contra o aumento das rendas para o período da campanha.

Quero aqui expressar o apoio do Partido para com as famílias de agricultores dos Foros de Almada e para com os foreiros da Califorme e doutros foros do concelho de Salvaterra para que possam finalmente ser donos das terras desbravadas pelos seus avós e trabalhadas pelos seus pais a por eles próprios. E também aos reendeiros de Marinhais, da Fazenda Vilelas, para garantia das suas benfeitorias.

A Reforma Agrária poderá ser defendida e será defendida e os direitos dos trabalhadores, dos reendeiros e de todos os pequenos e médios agricultores poderão ser e serão assegurados se as massas trabalhadoras se não deixarem dividir, não caírem nas manobras de opor trabalhadores a trabalhadores e trabalhadores a pequenos e médios agricultores, se reforçarem a sua unidade e a sua organização nos seus sindicatos, nas suas Ligas, nos seus movimentos.

A Reforma Agrária poderá ser defendida e será defendida e os direitos dos trabalhadores, dos reendeiros e de todos os pequenos e médios agricultores poderão ser e serão assegurados se forem postas de lado divisões e oposições por motivo de diferenças políticas, se trabalhadores comunistas, socialistas, democratas de todas as tendências compreenderem que a hora exige, não o confronto sectário, mas a aproximação, o entendimento, a acção comum. Os interesses dum trabalhador comunista não são distintos dos interesses dum trabalhador socialista. Da mesma forma, os interesses dum pequeno agricultor comunista dos dum pequeno agricultor socialista. Nós queremos assegurar aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores, queremos assegurar aos heróicos obreiros da Reforma Agrária, aos pequenos reendeiros de todo o país, o constante e inabalável apoio e solidariedade, em todas as circunstâncias, em todas as condições, de todos os comunistas, de todo o nosso grande Partido.

Queremos confirmar que consagraremos os nossos esforços e energias com todos os trabalhadores, com os pequenos e médios agricultores na defesa da Reforma Agrária. Que ninguém se deixe tomar pelo desalento ante as dificuldades. Podem os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores sofrer aqui e ali uma derrota, mas a vitória final, a vitória final dos trabalhadores portugueses, a defesa da Reforma Agrária será assegurada pela nossa unidade, pela nossa organização e pela nossa luta.

As transformações realizadas pela Reforma Agrária são tão profundas que o Alentejo e Ribatejo não voltarão jamais a ser aquilo que foram.

A lei Barreto contraria de tal forma as realidades, contraria de tal forma os interesses dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores que acabará por ser suspensa e revogada.

E lá virá o dia, camaradas, em que se falará sempre dos trabalhadores da Reforma Agrária mas em que se perguntará «Quem foi esse Barreto?» e se dirá: «Foi um homem que um dia ao serviço dos grandes agrários e capitalistas quis liquidar a Reforma Agrária mas não conseguiu».

A Reforma Agrária, camaradas, parte integrante da Revolução portuguesa, acabará por triunfar, os

trabalhadores e pequenos e médios agricultores têm que se preparar sem dúvida para uma nova ofensiva, mas com a consciência bem clara de que não só a justiça e a moral, mas a própria Constituição, dão pleno direito à defesa dos seus interesses, à defesa da Reforma Agrária.

E também a lei do PPD pela qual se pretende liquidar a Lei do Arrendamento Rural, que procura agravar a exploração dos pequenos reendeiros, acabará por ser



revogada, e os pequenos reendeiros verão confirmados os direitos que tinham alcançado pela Lei de 1975.

É de esperar que o governo PS, aliado ao CDS e ao PPD, consiga aqui e além arrancar terras aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores para a entregar aos grandes proprietários e capitalistas.

O caminho da libertação dos trabalhadores, o caminho da Reforma Agrária, é um caminho acidentado e difícil. Mas a vontade do povo, os interesses da economia nacional, a salvaguarda do regime democrático acabarão por impor-se, as novas arbitrariedades e injustiças que o Governo cometa acabarão por ser reparadas, a lei Barreto acabará por ser suspensa e revogada e a Reforma Agrária, realização histórica do povo português, parte integrante do regime democrático, acabará por ser plenamente realizada para bem do povo português e da pátria portuguesa.

Os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores do Sul, do centro e do Norte podem estar absolutamente certos de que terão sempre consigo, ao seu lado, sem vacilações nem desfalecimentos, o partido que os factos mostram ser o único digno de se afirmar o partido dos trabalhadores portugueses, o partido do povo, o partido da democracia, da independência nacional e do socialismo — o Partido Comunista Português.

Anticomunismo e campanhas provocatórias

Nos últimos dias, em torno da discussão do projecto de lei Barreto, todos ouvimos que (de súbito) recrudescer a campanha anticomunista, a campanha contra o PCP, por parte do Governo, particularmente por parte de alguns membros da direcção do PS.

De tal forma que os próprios partidos de direita se permitem chamar ao anticomunismo do PS um «anticomunismo primário».

Tal como noutros momentos difíceis da Revolução portuguesa de novo acusam o PCP de estar a procurar desestabilizar a situação, de estar a desenvolver uma campanha contra as forças armadas, de estar a apregoar a desobediência às leis, e até (isto já foi dito, por muito ridículo que seja) de estar a preparar golpes para a tomada do poder.

Embora se trate de discursos já estafados por tanto serem tocados, torna-se necessário dar aqui algumas precisões.

A primeira: o PCP continua a considerar que a estabilidade económica, social, política e militar é necessária para a defesa das liberdades e do regime democrático. A desestabilização é perigosa e precisamente uma das acusações que fazemos à política do Governo PS é que as medidas de recuperação capitalista, agrária e imperialista são medidas desestabilizadoras, porque provocam inevitavelmente graves tensões, conflitos e choques.

Em defesa da estabilidade democrática propusemos e continuamos a propor uma pausa no que respeita às operações relativas aos limites das estruturas socioeconómicas, a conservação das fronteiras entre os sectores capitalista, nacionalizado, cooperativo, autogestionado, controlo operário, empresas intervencionadas — que não se mexa aí, que não se perturbe a situação procurando recuperar posições. Propomos uma pausa nestas zonas e propomos uma pausa no que respeita à Reforma Agrária. Deixe-se estar o que está, tal como está — onde estão os agrários deixá-los estar por agora, onde estão os capitalistas deixá-los estar por agora, mas onde estão os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores deixá-los também estar por agora, não mexer nas Cooperativas nem nas Unidades Colectivas de Produção.

A nossa política corresponde à defesa da estabilidade e é a política do Governo e a ofensiva da reacção que podem conduzir à desestabilização.

A segunda: o PCP continua a considerar que a unidade das forças armadas na base da defesa da Constituição e das instituições e princípios nela consignados é um factor de mais alta importância para assegurar a defesa e continuidade do regime democrático.

Por isso, o PCP não participa em campanhas, pequenas ou grandes, relativas às Forças Armadas. Por isso, em contraste com os outros partidos políticos, tem mantido uma posição de extraordinária serenidade, mesmo quando injustos ataques lhe são feitos. Por isso continua, pela sua acção política geral, a procurar dar uma contribuição para que a unidade das Forças Armadas e o seu papel na defesa da democracia e da independência nacional se confirme em absoluto na prática.

A terceira: o PCP tem insistido e continua a insistir que toda a sua acção se desenvolve e desenvolverá no quadro das instituições democráticas e no uso das liberdades e direitos que a Constituição da República Portuguesa confere a todos os cidadãos. Não precisamos de mais liberdades nem de mais direitos do que aqueles que nos confere a Constituição, mas não abdicamos de nenhuns que nela estão consignados. Nós consideramos que a Constituição não é apenas o que se pode considerar uma plataforma política bastante para unir todos os portugueses — é uma plataforma obrigatória porque a Constituição é a Lei fundamental do País, obrigatória pelo menos durante os próximos três anos, para os que a aprovaram e para aqueles que votaram contra, como é o caso do CDS, para o povo e para os órgãos de soberania, incluindo o próprio Governo, que mostra nas suas decisões e nas próprias leis que faz aprovar na Assembleia da República com os votos do PPD e do CDS, que muito pouco respeito tem já por numerosos princípios da Constituição.

Sem dúvida, camaradas, que há muita gente em Portugal que sonha com golpes e que conspira para um golpe de força. Basta ler os jornais fascistas com os seus apelos à violência, aos atentados, às soluções de força, à instauração de uma nova ditadura para ver que assim é. O nosso Partido, pela sua parte, nas palavras e nos actos, tem mostrado e continuará mostrando defender firmemente o regime democrático contra aqueles que o querem destruir, que o querem liquidar.

As acusações contra o PCP obrigam-nos, porém, a estar extremamente vigilantes porque elas podem ser acompanhadas de tentativas de graves provocações.

Por isso insistimos, camaradas, temos de lutar com firmeza e coragem em defesa da Reforma Agrária mas uma das condições do êxito é que não haja actos de desespero que possam dar pretexto ao desencadeamento de medidas de repressão em larga escala que possam conduzir, como existe realmente o perigo, no desenvolvimento dessas medidas de repressão, à instauração de uma nova ditadura.

A COPAM em luta

O GOVERNO QUER DESTRUIR DOIS ANOS DE ESFORÇOS E SACRIFÍCIOS DOS TRABALHADORES

A COPAM é a única empresa que fabrica amidos em Portugal. Com sede em S. João da Talha, Sacavém, produz 100 toneladas por dia e emprega mais de 280 trabalhadores. Já bastante automatizada, a fábrica tem de crescer. Quando se deu a intervenção a empresa já deveria ser maior. Só não o era porque isso não parecia interessar ao patrão. Chegava-lhe o domínio que já tinha e através do qual podia controlar os preços em todo o País.

A COPAM tem 27 por cento de capital holandês. A COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, SARL - era um monopólio em proveito do capital. Hoje, 25 de Julho, data em que escrevemos, ainda o é.

Mas não está ao serviço do fascismo. Uma diferença revolucionária interveio desde então:



Gerido pelos trabalhadores, através de uma CT livremente eleita, o monopólio, de que depende directamente a vida de mais 30 empresas e, indirectamente, a de muitas outras, é hoje uma unidade de produção industrial ao serviço da economia do País e dos horizontes que se abrem com a revolução do Abril.

Quárumos a Comissão de Trabalhadores:
• Antes da intervenção do Estado, formalizada em 19 de Agosto de 1975, a má gestão e o desvio sistemático de fundos, em especial através de várias empresas "satélites", que funcionavam como verdadeiras "desnataadoras", tinham levado a COPAM (mais de 280 trabalhadores) a uma grave situação económico-financeira. A política de pessoal era repressiva, os despedimentos arbitrários.

• Os trabalhadores lutavam pela intervenção estatal, aplicavam o controlo operário, pretendiam a nacionalização.

• Antes de o Estado intervir, a dívida à Banca atingia os 82 mil contos. Falta o dinheiro para a compra de matéria-prima. De vez em quando, a laboração parava. Estavam em perigo os postos de trabalho.

• O Estado interveio em Agosto de 1975. Os trabalhadores não pouparam esforços e sacrifícios. Passa-se ao regime de laboração contínua. Mantém-se o mesmo nível de salários. Em casos de necessidade, há quem trabalhe 24 horas seguidas.

• Final de 1976: a produção aumentou 13 mil toneladas (mais de 25 por cento); as vendas aumentaram 58 mil contos; a dívida à Banca diminuiu 6 mil contos, apesar do maior volume de negócios; 18 mil contos foram investidos em equipamento; 20 mil contos de lucro - o maior de sempre; criaram-se 40 novos postos de trabalho.

O ritmo manteve-se, com progressos, em 1977.

O GOVERNO REINVESTE O PATRÃO

Perante isto, comprovado com números fidedignos e a nível oficial, que faz o Governo? Reinveste o patrão. Desintervenção contra a vontade unânime dos trabalhadores que, em dois anos de gestão, obtiveram êxitos surpreendentes; conquistaram a confiança da Banca, instalaram completamente o controlo operário, fortaleceram a unidade na empresa, provaram não precisar do patrão para nada.

E este o que tinha feito? Vejamos alguns exemplos da sua "gestão" que o Governo PS lhe quer entregar de novo:
• Investimentos ruins, no tempo do fascismo, em Angola, na CADUL - Companhia Amidos do

Ultramar, SARL, com sede em Nova Lisboa e que atingiram cerca de 39 000 contos (12 004 contos de acções e 27 087 contos de dívidas consideradas incoibráveis).
• Aquisição de uma refinaria de óleo, por 1698 contos, e posta imediatamente de parte, por não obedecer às características antes indicadas.

• Decisão arbitrária na compra de uma nova instalação de fabrico de "cartongum" por 1209 contos, superdimensionada, quando a instalação anterior era acastilada e com margem para aumento de capacidade. Esta é tanto mais irracional quanto existiam outras

estruturas e análises de situação irrealísticas apenas foram corrigidas pela actual Administração por parte do Estado, obtendo-se a racionalidade desejável e uma recuperação consequente.
• Não aproveitamento do apoio fabril, laboratorial e de aplicação previsto no contrato existente entre a Scholten e a Copam em que esta se compromete a pagar 1% do total das vendas.

• Projecto para o lançamento de novos produtos alimentares que acarretou a admissão de pessoal, estudos técnicos e laboratoriais, e estágios de quadros no

ao controlo dos trabalhadores. Em 14 do corrente, num comunicado, a CT afirmava: "A devolução da COPAM ao patrão, que a defraudou e sabotou, para além de ser uma cedência às forças do capital, viola o artigo 81.º, alínea g) da Constituição, que determina não poderem existir monopólios (privados) no nosso País. É o Governo, que se diz socialista, o próprio a não cumprir com a Lei fundamental do País.

• Para onde irão agora os resultados dos nossos sacrifícios e do nosso trabalho? Para o bolso do patrão?
• Os trabalhadores têm respostas para estas perguntas e querem continuar a apresentá-las ao Ministério da Indústria e Tecnologia, a apresentá-las ao Governo.

As negociações, a que os trabalhadores sempre estiveram abertos, devem continuar. A fábrica, que dantes trabalhava por turnos, passou à laboração contínua (24 horas por dia) durante os 6 dias da semana. E nenhum salário foi aumentado.

As provas dadas e o interesse nacional exigem que o capital privado português da COPAM seja nacionalizado. Por isso, dentro dos direitos que a Constituição lhes garante, os trabalhadores da

COPAM estão dispostos a manter o diálogo com o Governo e a reivindicar a nacionalização, proposta e aprovada unanimemente em plenário.

Apoio não lhes falta. O Sindicato dos Químicos, o mais representativo na empresa, e os outros sindicatos que lá têm trabalhadores filiados, reconhecem a justiça da luta travada e a travar. O mesmo sucede com a estrutura sindical dentro da própria empresa, a comissão de delegados, que opera juntamente com a CT.

O Movimento Sindical, por seu lado, não está alheio às reivindicações dos trabalhadores da COPAM, que interessam a todos os trabalhadores portugueses e à recuperação da economia do País. O apoio da CGTP - Intersindical Nacional é claro e firme.

De outro modo não poderia ser, pois, para além das provas já dadas quanto à capacidade de gerir e de avançar na recuperação económica, os trabalhadores da COPAM são um exemplo inestimável de como é possível aplicar integralmente o controlo operário, pondo em prática as liberdades e a democracia sem que a boa gestão sofra com isso qualquer quebra, antes elevando a níveis nunca alcançados pela empresa.

Continuando a denúncia da política antidemocrática e anti-estudantil do MEIC - política que é caracterizada, nomeadamente, pela recusa sistemática ao diálogo - o documento da Direcção Central do Ensino Superior da UEC salienta:

"A generalização do "numerus clausus" a toda a Universidade não fim do ano lectivo, quando os estudantes estão ocupados com a avaliação de conhecimentos, ou se encontram em período de férias, tem como objectivo a desarticulação de qualquer acção estudantil que permita a contestação desta medida. E mais adiante: É já prática corrente do MEIC a publicação de toda uma legislação, sem que tenha havido um diálogo prévio com os verdadeiros interessados. Ontem foi o decreto de gestão, hoje é o "numerus clausus", num futuro próximo serão os planos de reestruturação para o Ensino Superior.

A terminar, os estudantes comunistas afirmam que, face às manobras antidemocráticas do MEIC, o Movimento Estudantil responderá com a sua acção decidida para defender a democratização das escolas. A título de exemplo, o documento refere que as recentes lutas do ISCSF e dos HCL, têm demonstrado a capacidade de resposta e organização do ME face a toda uma política de desestabilização e desorganização da vida escolar.

Os estudantes comunistas tudo farão, em unidade com os outros estudantes, para impedirem a recuperação do Ensino pelas forças obscurantistas e reacionárias.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

SINDICALISTAS NA URSS

«É extraordinária a forma como os trabalhadores soviéticos estão empenhados em cumprir os programas por eles próprios estabelecidos, pois sentem que estão a trabalhar para si e para toda a colectividade» - sublinhou um porta-voz da delegação da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, que há dias regressou a Lisboa depois de se ter deslocado à União Soviética.

A delegação, que esteve dez dias na URSS, a convite da sua congénere soviética, teve oportunidade de visitar, além de Moscovo, as Repúblicas Socialistas da Moldávia e da Bielorrússia, onde contactou com trabalhadores, dirigentes sindicais e responsáveis pelo comércio soviético.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

Com o desemprego completamente debelado - referiram ainda os sindicalistas da Federação do Comércio - a União Soviética luta até com a falta de mão-de-obra para atender ao progresso sem paralelo em todos de actividade.

Os trabalhadores portugueses que visitaram a URSS trouxeram consigo os votos dos trabalhadores soviéticos para que sejam atingidos em Portugal os objectivos do progresso em que está empenhado o movimento sindical no nosso país.

Os sindicalistas portugueses foram alvo de significativas provas de fraternidade internacionalista e puderam constatar como é profundo o conhecimento da

evolução do processo democrático português, manifestado pelos trabalhadores soviéticos com quem contactaram.

O elevado nível de vida do povo soviético foi salientado pelos sindicalistas portugueses, nomeadamente no campo social onde os problemas da assistência médica foram resolvidos.

UM APELO SINDICAL AO SERVIÇO DE QUEM TRABALHA

Os trabalhadores tapeteiros, cordeiros e reideiros dos concelhos de Ovar, Espinho e Vila da Feira lembram aos seus companheiros que deixem de desconfiar para o nosso Sindicato não serve quem trabalha, mas sim o patronato!

Num comunicado recente, um grupo de delegados sindicais daquele sector vê com apreensão o descrédito que forças contrárias aos interesses dos trabalhadores pretendem lançar sobre o Sindicato, dizendo que ele "nada vale e que o melhor caminho (...) é abandonar o Sindicato e deixarmos de ser sócios".

Os sindicalistas perguntam a todos os trabalhadores do sector: "A quem interessa um Sindicato fraco? - Não é certamente - respondem - aqueles que trabalham diariamente e vivem da sua força de trabalho".

"Um sindicato enfraquecido - acrescentam - só interessa ao patronato para melhor nos poder explorar, para nos despedir, para melhor se poder recusar a negociar os nossos contratos colectivos de trabalho".

"Os patrões sabem - lembram ainda os signatários do comunicado - que a força dos trabalhadores organizados em volta do seu sindicato é um grande obstáculo ao patronato", quando este pretende "fazer prevalecer as suas intenções de exploração

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

reunião serão debatidos a situação actual dos emigrantes portugueses nos respectivos países onde se encontram, os principais problemas com que se debatem e propostas para a sua resolução.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do PCP a assistir às reuniões podem fazê-lo.

Como habitualmente, nesta

Política do MEIC

SILÊNCIO E IMPROVISAÇÃO

O que pretende o MEIC fazer do 9.º ano de escolaridade? Esta é a pergunta que intitulou o comunicado difundido pelos professores comunistas do CPES e ES da Organização Regional de Lisboa, criticando o facto de aquele Ministério, depois de se insurgir contra «a anterior improvisação» não ter apresentado em devido tempo um plano coerente que assegurasse às escolas e aos professores condições para a preparação do 9.º ano e facultasse aos alunos uma informação sobre o currículo que os esperava, para os orientar nas opções previstas.

Refere ainda o comunicado que o primeiro documento sobre o 9.º ano chegou às escolas em 22 de Abril do corrente ano,

quando as intenções de iniciar um estudo daquele problema foram anunciadas em 4 de Agosto de 1976! Contradições evidenciando a incompetência dos responsáveis do MEIC e o seu desrespeito por alunos, professores e pais são ainda denunciadas no documento que, a dado passo, interroga: Terão as instâncias directivas do MEIC noção de que a Educação e o Ensino não são assunto privado sobre o qual possam pôr e dispor a seu belo prazer, mas são do interesse de toda a população e que o mínimo que esta pode exigir ao MEIC é seriedade e coerência? Que possibilidades - continua a perguntar o comunicado - de equipamento são garantidas às escolas para que possam corres-

ponder às áreas de orientação propostas? Que condições de preparação são garantidas aos professores para os novos programas e matérias? Que possibilidade de escolha esclarecida foi facultada aos alunos? Que informação foi dada aos pais? Muitas outras interrogações são propostas acerca desta questão. Os professores comunistas pedem ao MEIC que os esclareça sobre os verdadeiros objectivos em relação ao 9.º ano de escolaridade, sobre o apoio real que será dado às escolas e aos professores para um correcto funcionamento das opções.

O MEIC, por seu lado, silenciosamente, continua a improvisar...

"NUMERUS CLAUSUS": MAIS UM PASSO NA ESCALADA ANTI-ESTUDANTIL DO MEIC

Através de um comunicado recentemente divulgado, a Direcção do Ensino Superior da UEC apela a todos os estudantes para que se oponham firmemente ao "numerus clausus", bem como a todas as medidas do MEIC que vão no sentido da destruição das conquistas alcançadas nas escolas. O documento da UEC sublinha ainda que qualquer reestruturação do Ensino Superior em Portugal não só deverá ser feita na base da defesa e consolidação das transformações democráticas já alcançadas por estudantes e professores, como deverá contar com a opinião criadora dos sectores que mais se empenharam na luta pela democratização da Universidade.

O ministro Cardia anunciou no passado dia 15 a generalização do "numerus clausus" a toda a Universidade. Esta medida espelha bem a natureza antiestudantil e antipopular da política de ensino que tem vindo a ser seguida pelo Governo do PS e não pode deixar de encontrar pela frente o repúdio e a oposição activa de todos aqueles, estudantes e professores, que lutam por um ensino democrático, ao serviço dos trabalhadores e do País - sublinha o documento da Direcção Central do Ensino Superior da UEC, que, mais adiante, refere:

A institucionalização do "numerus clausus", culminando toda uma política virada para o reforço do desinteresse da selectividade de classe do ensino português, e em particular da Universidade, é uma medida que fere princípios constitucionais e contra a frontalmente os objectivos de democratização do sistema escolar.

O comunicado dos estudantes comunistas critica, em seguida, a argumentação utilizada pelo MEIC para justificar a institucionalização do "numerus clausus": "A Universidade, problema esse que o MEIC provoca e agrava com a sua política irresponsável e demagógica.

Tal como salienta o documento da UEC, mantendo encerradas há mais de seis meses as instalações do ISCSF e abandonando por entregá-las à mão de obra de manutenção e de limpeza, recusando dotações orçamentais às escolas para a ampliação de instalações, tendo sido incapaz, passado mais de um ano sobre a sua

tomada de posse, de definir e executar um programa de construções escolares de emergência, o ministro Cardia invoca problemas que não soube resolver ou que, nalguns casos, agravou mesmo, para justificar uma medida que atenta contra os mais elementares direitos democráticos dos estudantes e, em particular, contra o direito ao Ensino.

Depois de referir que tal medida põe em causa não só o crescimento de uma população universitária que continua a ser a mala balza da Europa, como, sobretudo, contribui para a perpetuação das características elitistas que a Universidade portuguesa herdou do fascismo, a UEC realinha que continuará a unir e mobilizar os estudantes portugueses na luta contra o "numerus clausus" e outras medidas de selecção, pelo direito ao Ensino, certa de que só uma política de democratização do sistema escolar poderá fazer face aos problemas existentes nas escolas e resolvê-los com êxito.

QUE REESTRUTURAÇÃO? Através do documento que temos vindo a citar, os estudantes comunistas denunciam que, ao mesmo tempo que fala na generalização do "numerus clausus" à Universidade, o ministro Cardia prepara apelo nas Comissões Científicas Nacionais Interuniversitárias uma reestruturação do Ensino Superior para a qual, uma vez mais, os estudantes e professores, os órgãos democraticamente eleitos pelas escolas, não seriam vistos nem ouvidos. O cancelamento de matrículas nos primeiros anos de Economia e Sociologia do ISCTE, apontado para uma reestruturação global do ensino da Economia em Lisboa; as

RECUSA SISTEMÁTICA AO DIÁLOGO Continuando a denúncia da política antidemocrática e anti-estudantil do MEIC - política que é caracterizada, nomeadamente, pela recusa sistemática ao diálogo - o documento da Direcção Central do Ensino Superior da UEC salienta:

"A generalização do "numerus clausus" a toda a Universidade não fim do ano lectivo, quando os estudantes estão ocupados com a avaliação de conhecimentos, ou se encontram em período de férias, tem como objectivo a desarticulação de qualquer acção estudantil que permita a contestação desta medida. E mais adiante: É já prática corrente do MEIC a publicação de toda uma legislação, sem que tenha havido um diálogo prévio com os verdadeiros interessados. Ontem foi o decreto de gestão, hoje é o "numerus clausus", num futuro próximo serão os planos de reestruturação para o Ensino Superior.

A terminar, os estudantes comunistas afirmam que, face às manobras antidemocráticas do MEIC, o Movimento Estudantil responderá com a sua acção decidida para defender a democratização das escolas. A título de exemplo, o documento refere que as recentes lutas do ISCSF e dos HCL, têm demonstrado a capacidade de resposta e organização do ME face a toda uma política de desestabilização e desorganização da vida escolar.

Os estudantes comunistas tudo farão, em unidade com os outros estudantes, para impedirem a recuperação do Ensino pelas forças obscurantistas e reacionárias.

Em Agosto e Setembro EXPOSIÇÃO SOBRE A JUVENTUDE PORTUGUESA NA UNIÃO SOVIÉTICA

No âmbito das actividades da Associação Portugal-URSS e do seu Departamento Juvenil, estão a decorrer em todo o país os trabalhos preparatórios da exposição sobre a Juventude Portuguesa, que estará patente, nos próximos meses de Agosto e Setembro, na União Soviética. Esta importante iniciativa resulta do acordo assinado entre a Associação e o Comité das Organizações Juvenis da URSS (KMO), que possibilitou já a realização da exposição sobre a Juventude Portuguesa, que esteve patente em Lisboa, Porto e Faro, tendo sido visitada, no total, por cerca de 100 mil pessoas.

Tal como salienta a Associação Portugal-URSS, a realização da exposição «A Juventude Portuguesa na União Soviética» tem como objectivos divulgar a realidade de vida da juventude portuguesa, os seus anseios e aspirações a um futuro melhor; contribuir para o reforço do intercâmbio e conhecimento mútuo e para o desenvolvimento dos laços de amizade e de solidariedade, no interesse das juventudes dos dois países, a favor da paz, da amizade e da cooperação entre os povos.

De referir que o Comité das Organizações Juvenis vai inserir a promoção do certame nas actividades preparatórias do XV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que decorrerá na República Socialista de Cuba,

preparação do certame. Para o efeito, o Departamento Juvenil da Associação contactou, igualmente, diversos organismos oficiais e apela a todos os jovens e organizações que possam contribuir com materiais para esta exposição, que os façam chegar à sede nacional da Associação Portugal-URSS, Rua de S. Caetano, 30 (à Lapa, Lisboa 3), até finais do presente mês de Maio.

Jornada de unidade e convívio no Minho

Concretizando a decisão tomada em 18 de Junho passado num plenário das Comissões de Juventude dos Sindicatos e Empresas do Minho, decorrerá, entre o próximo dia 31 deste mês e 7 de Agosto, em Vila Praia de Âncora, um grande acampamento da juventude minhota, sob o lema "A Juventude prepara o Futuro". Segundo um comunicado recentemente divulgado pela comissão organizadora do acampamento - jornada de convívio que contribuirá para o reforço da unidade e dos laços de amizade entre os jovens trabalhadores do Minho - a iniciativa tem como principais objectivos promover os meios adequados para as férias dos jovens trabalhadores em ambiente de sã camaradagem e confraternização juvenil, desenvolver o trabalho de mobilização da juventude e motivá-la para as actividades abertas, desportivas e culturais, pela ocupação construtiva dos tempos livres. No decorrer do acampamento serão promovidas várias iniciativas culturais e desportivas. Entretanto, a comissão organizadora, através do referido documento, afirma-se aberta à adesão de todas as estruturas unitárias, comissões de moradores, colectividades, grupos desportivos, etc, que estejam interessados em prestar o seu apoio e colaboração, nomeadamente nos aspectos técnicos e divulgação do acampamento.

REFORMADOS E... REFORMADOS!

Enquanto os reformados militares e civis continuam a receber pensões de miséria, figuras gradadas do regime fascista são aposentados compulsivamente, com direito a retroactivos, o que significa receberem algumas centenas de contos para além das chorudas aposentações que virão a embolsar todos os meses.

Estão nesta caso Silva Cunha, Antunes Varela, Rui Sanchez, Cavaleiro Ferreira, Almeida e Costa e Adriano Moreira. Fiéis servidores do fascismo (que se serviram à larga do regime) viram a pena de demissão que lhes fora imposta há dois anos alterada para a situação de aposentação compulsiva, segundo reza o «Diário da República».

Esta resolução abre caminho à «reparação» de vencimentos em atraso até à data da demissão e ao pagamento dos correspondentes retroactivos na qualidade de reformados compulsivamente, donde aqueles fascistas irão receber um total que, certamente, ultrapassará os quatro mil contos!!!

Enquanto isto se passa, a situação dos reformados militares ou civis permanece inalterável, ou seja, os preços aumentam - sobem de elevador enquanto as pensões de reforma permanecem no rés-do-chão, para darmos uma imagem correcta do que se está a passar.

Ao fim de uma vida de trabalho, em que o dinheiro do salário era tentado todos os meses, os reformados vêem-se reduzidos no fim da vida a uma pensão bastante inferior ao salário que recebiam. Quando deviam ter um pouco mais de descanso, depois do contributo que deram para o país, vêem aumentar as privações perante a indiferença do Governo que no entanto foi pródigo em promessas durante as campanhas eleitorais na mira de «caçar» votos.

No Portugal que em 25 de Abril de 1974 prometeu ser diferente, nomeadamente na reparação das injustiças sociais, os reformados continuam como antigamente, aproveitando nos bancos dos jardins o calor do sol que por encanto é gratuito.

UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL: A NACIONALIZAÇÃO

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



NO DOMINGO VAMOS PARA O JAMOR!

No próximo domingo, logo de manhã, a Festa do "Avante!" chama-nos ao Jamor. Nesse dia, poderemos juntar o trabalho à alegria e ao convívio fraterno. Festa dos comunistas para todos os trabalhadores, por ela e para ela, empunhando ferramentas ou o prato do almoço, lá estaremos porque o tempo é escasso e há muito que fazer.

É obrigatório o farnel! É obrigatória a ferramenta! Temos de começar a preparar aquele espaço, a enchê-lo com a marca do nosso empenho no trabalho perfeito, que é divisa do militante, divisa do nosso Partido, objectivo da nossa Festa.

Um domingo ao ar livre, o próximo pode ser também um domingo em família. O local é propício e onde há comunistas há gente amiga que estima o convívio e o trabalho do Partido.

Sim! Todos ao Jamor! A Festa é nossa e espera por nós!

Os
espectáculos
exposições
o cinema
e o resto!

A Comissão Cultural e a Comissão de Espectáculos da Festa do "Avante!" têm estado a desenvolver todos os esforços no intuito de transformar aquela realização ainda mais viva e com maiores motivos de interesse do que a que se realizou no ano passado, a qual contudo não deixou de agradar plenamente às centenas de milhares de pessoas que nela participaram.

Neste sentido e esforçando-se por recolher a experiência passada para, a partir daí, se desenvolver um trabalho mais propício, e que não se resume a uma repetição, várias têm sido as iniciativas estudadas no campo cultural, enquanto que no campo dos espectáculos numerosos artistas nacionais e estrangeiros, conhecidos do grande público, têm sido contactados a fim de darem o seu contributo para o grande espectáculo que durante os três dias da Festa do "Avante!" irá ocupar importante parte do programa.

O Sector Intelectual da DORL — em ligação com camaradas ligados às actividades culturais de outras regiões do País têm já praticamente concluído o plano das iniciativas ligadas à arte e à cultura — e há grandes projectos que começam já a tornar-se realidade!

Atenção aos próximos números do "Avante!"

INICIATIVA DE APOIO À FESTA DO "AVANTE!"

Uma festa de promoção da Festa do "Avante!" realiza-se amanhã, no Teatro Vasco Santana, pelas 21 horas, por iniciativa da 6.ª Zona de Lisboa do PCP.

Nesta iniciativa colaborarão o Grupo de Intervenção Povo Unido, o Grupo Unidade na Acção, o Grupo de Teatro Ensaio e o Grupo de Teatro da Função Pública.

Os bilhetes para esta festa estão à venda no Centro de Trabalho da 6.ª Zona, Rua Virgínia Vitorino, lote 1, 1.ª Esq., em Lisboa.



ORGANIZAR!

Organizar. Voltamos a falar do aspecto mais importante do trabalho a que metemos mãos, que é de pôr de pé, pela segunda vez, a grandiosa Festa do "Avante!".

A que metemos mãos, porque já se passou da fase dos projectos para dar os primeiros passos na elaboração de tudo o que em Setembro se vai passar no Jamor.

Muitas organizações do Partido trabalham, trocam

por miúdos, por assim dizer, as ideias iniciais da sua participação, começam a encher de vida o esqueleto que a sua imaginação criou, arrancam e mobilizam para o trabalho muitos camaradas. A Festa do "Avante!", sempre, será a Festa do Partido inteiro.

Organizar a montagem dos stands, como já falámos, organizar a sua decoração, tendo em conta de que tudo isto deverá estar preparado

anteriormente, planeado de molde a que os últimos retoques, no local, se possam levar a cabo com brevidade.

Organizar as permanências dos camaradas em cada stand, daqueles que asseguram aos visitantes uma presença acolhedora, tendo em conta que muitos serão os visitantes que não são comunistas e para quem as explicações sobre a vida e a actividade do Partido são mais necessárias. Planejar as permanências de tal modo que não haja «buracos» ou que se verifiquem casos de camaradas que se fatigam demasiado.

Organizar e planejar os fornecimentos dos mais diversos tipos, contando com a experiência anterior. Todos nos lembramos que, no ano passado a maioria dos stands que vendiam petiscos ou artigos de artesanato ou outros materiais de carácter regional, rapidamente esgotaram as suas provisões. Saber prever com audácia os fornecimentos que cada organização levará para a Festa é também organizar.

A rica experiência do Partido na organização de convívios e festas de características populares não deixará de se reflectir nesta grandiosa iniciativa. E, por outro lado, muito se avançou no conhecimento por parte das organizações, da realidade em que trabalham e actuam. Saber mostrar essa realidade, organizar as exposições de modo a torná-las facilmente atraentes é uma tarefa que deve ser tomada colectivamente, colectivamente discutida, colectivamente trabalhada. Isso implica organização, responsabilização,

distribuição de tarefas, controlo das mesmas.

A vida, a cor, a alegria e confiança no futuro, a determinação na continuação da luta pelo Portugal que queremos, enfim, tudo o que iremos apreciar na Festa do "Avante!" será o resultado de milhares de parcelas de trabalho organizado, anónimo e entusiástico de muitos milhares de camaradas.

Organizar também a mobilização para a visita à Festa. Os nossos amigos, os nossos vizinhos, os nossos companheiros de trabalho, mesmo aqueles que, por falta de esclarecimento parecem por vezes ter opiniões tão diferentes das nossas quanto às soluções que propomos para construir um país novo, a todos deve ser facultada a possibilidade de vir ver como pensamos, agem, se cultivam e se divertem os comunistas.

Organizar portanto as excursões possíveis, organizar a venda das EPs, organizar a publicidade da Festa em cada empresa, em cada escola, em cada bairro.

A imaginação, a criatividade, a iniciativa apenas poderão concretizar-se, ser realidade, se cuidarmos dos seus aspectos mais íntimos, por vezes aqueles que não aparecem à vista desarmada. Organizar, responsabilizar todos os sabemos porque todos os dias deitamos mãos ao trabalho colectivo, não é espalhar a iniciativa, mas é dar-lhe forma, é dar-lhe vida verdadeira.

Organizar bem, preparar bem a Festa do "Avante!" é garantir desde já que ela vai ultrapassar mesmo o que de mais belo imaginámos.

APELO

A Secção de Informação e Propaganda do Comité Central está a organizar para a Festa do "Avante!" uma exposição sobre a história do nosso Partido.

Os camaradas da SIP apelam a todos os militantes do PCP e a todos os antifascistas que possuam materiais que possam completar o seu trabalho para que os contactem: fotografias, documentos, etc., salvos das perseguições e buscas fascistas serão certamente elementos que podem enriquecer a recolha que está a ser feita.

Os camaradas da SIP criaram condições para fazer a reprodução dos materiais que apareçam e que poderão assim continuar na posse de todos os amigos que os conservaram e defenderam. E é um daqueles casos em que mais vale pecar por excesso do que por falta!

Camarada!

Se tens em casa uma velha fotografia (e então fotografias existem tão poucas!), se conservas um velho documento, contacta os camaradas da SIP, no Centro de Trabalho da Av. António Serpa, em Lisboa.

Com esta tua colaboração também se fará a Festa do nosso "Avante!"

NOITE DE FADO PAVILHÃO DOS DESPORTOS DIA 30 • 21.30 h.

COM:

Alzira Canede • Joaquim Valente • José Amoedo • José Labaredas • José Manuel Osório • Luís Oliveira • Manuel Maia • Manuel Ribeiro • Maria Amélia Proença • Rui Olival • Acompanhados à guitarra, viola e viola-baixo por Jorge Canede, Mário Coutrim e Joaquim Costa.

Participação de

JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS

ENTRADA LIVRE

PRIMEIRO SORTEIO DE BRINDES DAS EP (Entradas Permanentes)

DA FESTA
DO

Avante!

EP
ENTRADA
PERMANENTE

Correspondente ao valor de
100\$00

Dá direito a entrar na FESTA durante os três dias, a assistir aos espectáculos e, ainda, a participar na distribuição de brindes nos dias 30 de Julho, 27 de Agosto e 10 de Setembro.

FESTA DO AVANTE!
9, 10 e 11/SETEMBRO/77

- 1.º - 1 mobília completa
- 2.º - 1 tenda de campismo
- 3.º - 1 bicicleta
- 4.º - 1 televisor
- 5.º - 1 rádio c/ relógio
- 6.º - 1 fritadeira eléctrica
- 7.º - 1 berbequim eléctrico Black & Decker
- 8.º - 1 geladeira
- 9.º - 1 saco-cama
- 10.º - 1 cadeira de campo
- 11.º - 1 mesa de campo
- 12.º - 1 biblioteca da Editorial Caminho
- 13.º - 1 biblioteca da Editorial Caminho
- 14.º - 1 biblioteca da Editorial Caminho
- 15.º - 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 16.º - 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 17.º - 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 18.º - 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 19.º - 1 assinatura da revista «Poder Local»
- 20.º - 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 21.º - 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 22.º - 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 23.º - 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 24.º - 1 assinatura da «Revista Internacional»
- 25.º - 1 assinatura da «Revista Internacional»

OUTUBRO DE 1917 E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

A Grande Revolução de Outubro marcou o início de uma viragem radical na história universal. A Humanidade entrou numa nova época: a época da liquidação do capitalismo, da libertação dos povos de todas as formas de opressão e da sua passagem ao socialismo. Foi ao mesmo tempo uma vitória da teoria marxista-leninista. A união do movimento revolucionário mundial com o marxismo-leninismo e a actividade prática dos partidos comunistas é um aspecto muito importante das grandes alterações históricas iniciadas com a Revolução de Outubro.

Estas palavras são do camarada Boris Ponomarev e foram pronunciadas durante a reunião teórica internacional realizada em Praga sobre A Revolução de Outubro e o Mundo Contemporâneo, a que já fizemos referência no «Avante!». Da sua intervenção destacamos algumas passagens.

As leis gerais da revolução socialista

Pode afirmar-se com plena segurança que as leis gerais são o núcleo aglutinador da teoria da revolução socialista; se esse núcleo não existe, a teoria desmorona-se inevitavelmente, deixa de ser ciência e, por conseguinte, já não é o método de acção revolucionária. «Os comunistas — destacou Brejnev no XXV Congresso do PCUS — partem, na sua luta, das leis objectivas gerais da revolução e da construção do socialismo e do comunismo. ...A profunda compreensão destas leis gerais, o apoio nelas, combinado com a análise criadora e a consideração das condições concretas de cada país, foram e continuam a ser uma característica intrínseca dos marxistas-leninistas» (Documentos do XXV Congresso do PCUS).

Ao mesmo tempo, o nosso Partido tem salientado frequentemente que a luta pela causa da classe operária, pelo socialismo se desenvolve de diferentes formas, de acordo com as condições históricas concretas e as particularidades nacionais de cada país e que cada partido comunista determina a sua própria estratégia e a sua tática de acordo com estas condições.

O essencial das leis da revolução socialista — aquilo que reflecte os aspectos mais importantes da nossa época — tem um significado imortal. Que se entende por isto?

Em primeiro lugar, a perspectiva consequentemente revolucionária, baseada no marxismo-leninismo, da teoria e da prática das transformações sociais. O PCUS sempre deu uma atenção primordial à interpretação correcta deste princípio — um princípio que, segundo palavras de Marx, nos orienta para a transformação radical do mundo, para a luta por uma transformação qualitativa da sociedade.

O princípio do espírito revolucionário mantém íntima relação com o conceito de hegemonia da classe operária, com a compreensão da necessidade de que esta não apenas simplesmente participe na administração do Estado mas também conquiste o poder político em aliança com os restantes trabalhadores. Isto significa a disposição de privar o capitalismo monopolista dos meios de reprimir as massas, estabelecer as garantias indispensáveis para fazer frente à contra-revolução e, sobretudo, retirar ao capital monopolista as alavancas económicas decisivas. De acordo com as condições concretas, estas tarefas podem cumprir-se de formas diversas. Mas a sua essência mantém-se invariável. Porque, de outro modo, o que é atingido é a própria substância do princípio do espírito revolucionário: a orientação para a «ruptura» com o sistema capitalista é substituída, quer se queira quer não, pela busca das vias de conciliação com ele.

Em segundo lugar, o internacionalismo proletário. Na sua actividade teórica, ao longo dos 60 anos decorridos desde a Revolução de Outubro, o PCUS sempre prestou uma grande atenção à essa imprescindível condição de êxito do movimento revolucionário. Nos documentos do Partido mostra-se que as formas do internacionalismo proletário e os seus critérios são categorias históricas, que se modificam e desenvolvem juntamente com o processo revolucionário mundial. Mas o princípio do internacionalismo proletário, o da solidariedade e conexão recíproca das três componentes fundamentais do processo revolucionário mundial — o socialismo realmente existente, o movimento operário e o movimento de libertação nacional — mantém-se inalterável porque expressa a lei geral da luta de classes.

Durante os seis decénios que decorreram desde a Revolução de Outubro, o nosso Partido determinou o rumo da sua política tendo invariavelmente em conta os interesses dos partidos irmãos, os interesses do movimento comunista internacional. O PCUS aplicou e aplica na prática a política do internacionalismo, do apoio fraternal e eficaz aos que lutam contra o capital e o imperialismo e, em primeiro lugar, aos que combatem submetidos a perseguições, nas difíceis condições de clandestinidade, defendendo abnegadamente os direitos e aspirações legítimas da classe operária, dos trabalhadores na parte capitalista do mundo. Nestas questões, assim como na defesa consequente da pureza do marxismo-leninismo, o PCUS guia-se e continuará a guiar-se pelos preceitos internacionalistas que nos foram legados por Lênine.

Em terceiro lugar, o papel de vanguarda do movimento comunista internacional. Na actividade teórica do PCUS durante os seis decénios decorridos reflectiu-se o conjunto de problemas ligados com a actividade da força de vanguarda da renovação revolucionária do mundo. O crescente papel do

movimento comunista no pós-guerra permitiu concluir que este se tornou a força política mais influente da actualidade.

Preocupando-se com o prestígio do movimento comunista e a elevação constante do seu papel de vanguarda, o PCUS defende que também no plano da teoria exista um ambiente criador, pela confrontação de pontos de vista num espírito de camaradagem e no quadro da firmeza comunista de princípios. Consideramos muito natural a discussão dos novos problemas que os comunistas defrontam. Mas, da mesma forma que no plano da política, o PCUS opõe-se à criação de um centro no movimento comunista, à divisão dos partidos em dirigentes e dirigidos. Defende a completa igualdade dos partidos irmãos, a solidariedade de camaradas e as acções conjuntas na luta pelos grandes objectivos comuns de uma paz duradoura na Terra e da liberdade e independência dos povos, na luta pelos ideais do socialismo.

A missão histórica da classe operária

O PCUS tem sempre presentes os problemas teóricos relacionados com o factor subjectivo no processo histórico, ou seja, a missão histórica da classe operária. Na base da metodologia leninista é analisado o desenvolvimento da classe operária no mundo capitalista, a sua composição numérica e estrutural, as suas condições de trabalho e vida, as formas e métodos de exploração, a sua consciência de classe e o nível das suas necessidades e interesses.

Nos documentos programáticos do PCUS e nas investigações soviéticas dedica-se muita atenção ao novo destacamento do proletariado internacional que surgiu na cena mundial: o jovem movimento operário dos países da Ásia, da África e da América Latina, que continuam parte integrante do sistema capitalista de economia nacional.

O PCUS de há muito rebateu as afirmações relativas a que a revolução científico-técnica implicaria o desaparecimento da classe operária, a sua diluição na massa dos trabalhadores assalariados. Recusou igualmente a ideia vulgar de que a revolução científico-técnica, ao reduzir a parte de trabalho manual, reduz também a percentagem numérica, absoluta e relativa, da classe operária na população. Pelo contrário, os factos evidenciam que a classe operária cresce, em grande parte ligada às novas profissões, base da produção moderna.

O nosso Partido nunca se limitou a registar as condições de vida e de luta do proletariado. A análise científica da sua situação é necessária para fundamentar as crescentes necessidades de luta contra o domínio do capital. No documento da Conferência de 1969 destaca-se a conclusão de que surgiram premissas favoráveis para que todas as correntes democráticas se unam em torno da classe operária, formando uma aliança política capaz de limitar decisivamente o papel dos monopólios na economia, pôr fim ao poder do grande capital e levar a cabo as transformações radicais que assegurem as condições propícias para a luta pelo socialismo. A isto se liga também a importância da conclusão do PCUS e outros partidos irmãos sobre a necessidade de fomentar a unidade com os social-democratas, tanto na luta pela paz e a democracia como na luta pelo socialismo.

O XXIV Congresso do PCUS destacou a importância da classe operária como o principal e o mais forte adversário do poder dos monopólios e centro de atracção de todas as forças antimonopolistas. No Congresso foi igualmente assassinado nos países onde estão mais desenvolvidas as tradições da luta de classes, a luta dos trabalhadores, encabeçada pela classe operária, dirige-se cada vez mais, não contra alguns patrões e alguns vícios do capital, mas contra todo o sistema de domínio monopolista de Estado.

O XXV Congresso do PCUS destacou a grande envergadura e intensidade da luta proletária contra as consequências da crise económica de 1974-75, no decurso da qual aumentou a força e o prestígio da classe operária. Isto permitiu abordar de uma forma nova a apreciação das possibilidades do movimento operário na situação actual. No XXV Congresso do PCUS chegou-se à conclusão de que, ao contrário do que se passava no começo dos anos trinta, as proporções, o carácter e o grau de organização das forças que hoje se opõem ao imperialismo, permite evitar a «saída» reaccionária da crise, salvaguardar os direitos e liberdades dos trabalhadores, anteriormente conquistados, e assegurar uma saída da crise que represente um avanço real na direcção da autêntica democracia, de uma paz estável, do socialismo.

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

«A própria existência da URSS, os seus 60 anos de desenvolvimento, são um exemplo vivo dos êxitos incessantes e do avanço do socialismo» — declarou a camarada Maria da Piedade Morgadinho, na sua intervenção, em representação do PCP, na Conferência Teórica Internacional, promovida pela Revista Internacional, subordinada ao tema «A Revolução de Outubro e o Mundo Contemporâneo».

Após destacar a importância universal da Revolução de Outubro, o seu significado, a sua influência no processo revolucionário mundial, Maria da Piedade Morgadinho debruçou-se sobre a análise da revolução portuguesa, a sua inserção no processo revolucionário mundial. Destacamos seguidamente alguns extractos desta intervenção.

Interdependência do processo revolucionário mundial

«Toda a luta revolucionária, depois de Outubro, mostra que nenhuma batalha travada pelas forças revolucionárias, seja em que ponto for do globo, está isolada da influência e dos êxitos da URSS e da comunidade socialista, da sua política externa de coexistência pacífica, contra as forças do imperialismo mundial. E a vitória dessas batalhas será impossível se esses combates não estiverem estreitamente ligados.

«A vitória mundial do socialismo é um processo irreversível. Um processo que se desenrola em condições nacionais e internacionais determinadas, que se desenvolve na base de leis gerais mas também de condições específicas e particularidades nacionais próprias de cada país.

«O mérito de cada partido comunista e operário consiste precisamente em ter em conta umas e outras».

Leis gerais e diferenciação nacional

«Não é por querer «copiar» a Revolução de Outubro (como

pretendem certos críticos de má fé) que a revolução portuguesa está ligada à Revolução de Outubro. Está sim, porque da Revolução de Outubro todos os revolucionários podem retirar grandes lições e exemplos de luta. Está-o também pelos benefícios que recebeu em resultado das radicais alterações da situação política mundial resultantes da Revolução de Outubro e da aplicação, à escala mundial, das linhas definidas por Lênine e continuadas pelos herdeiros de Outubro.

«Da Revolução de Outubro, estudámos e procurámos aprender as leis gerais do processo revolucionário. Conhecemos, pela própria prática recente do movimento revolucionário mundial, os erros em que se cai, os prejuízos causados à luta, no próprio país e no movimento em geral, sempre que um partido esquece ou abandona essas leis gerais do processo revolucionário.

«Mas também sempre afirmamos que as revoluções não se fazem cozinhando modelos nem receitas aprendidas em manuais. E estamos seguros ao afirmar que precisamente a nossa acção, durante o processo revolucionário português e, particularmente, desde o 25 de Abril de 1974, demonstra que a política e a tática do nosso Partido, que certos detractores pretendem apresentar como «dogmática», de cego apego a ideias feitas, se tem, pelo contrário, caracterizado por uma constante esforço criador, que parte da análise das condições concretas e específicas do nosso país e nessa base define a orientação original, correspondendo à originalidade do

processo revolucionário português.

«Não sendo assim, nunca o nosso Partido poderia ter exercido, como exerceu, um papel determinante numa Revolução que se caracteriza por profundas originalidades na definição de objectivos, no sistema de alianças, nas relações entre o poder político e o processo revolucionário e em muitos outros aspectos».

«Nestes e noutros problemas, o nosso Partido procura fazer uma análise em que, apoiando-se embora nas leis gerais (magistralmente ilustradas na Revolução de Outubro), partimos do estudo das realidades concretas do nosso país e do nosso tempo.

«Quem parte de esquemas pré-fabricados, quem quer copiar para Portugal modelos alheios, não somos nós, comunistas. São, precisamente, os nossos críticos que, incapazes de compreender as características específicas da Revolução portuguesa, nos querem vestir à força o modelo dos países capitalistas da Europa Ocidental».

A revolução portuguesa demonstra...

«Os três anos da revolução portuguesa puseram à prova a orientação do nosso Partido e a justiça da sua estratégia.

«Demonstraram, também, a justiça de ensinamentos de expressão universal que Lênine retirou da Revolução de Outubro.

«A nossa revolução demonstra que existem leis gerais de desenvolvimento do processo revolucionário, mas a sua

expressão assume formas originais em cada situação concreta.

«A revolução portuguesa demonstrou a importância do papel da classe operária nas revoluções do nosso tempo — e, também, a necessidade da sua aliança estreita com as outras massas trabalhadoras.

«A Revolução portuguesa demonstrou a importância do papel do Estado no processo revolucionário, com a originalidade de que as grandes transformações revolucionárias que a caracterizaram foram feitas sem um poder político revolucionário, sob a pressão de grandes movimentações de massas, o que, entretanto, cria um grande perigo para a revolução.

«A Revolução portuguesa demonstrou a estreita ligação existente entre a luta do movimento operário e a luta de libertação nacional dos povos oprimidos.

«A Revolução portuguesa demonstrou a estreita ligação entre os factores externos e os factores internos do processo revolucionário. Demonstrou, também, a necessidade de interligação entre o internacionalismo e a plena independência e autonomia no desenvolvimento do processo revolucionário de um país.

A Revolução portuguesa demonstrou que a coexistência pacífica e uma política de desanuviamento internacional não eliminam nem prejudicam a luta de classes, antes pelo contrário, dificultam as intervenções estrangeiras, para sufocar as novas revoluções da nossa época.

A Revolução portuguesa, finalmente, é mais um exemplo a comprovar que a nossa época histórica é, por vias diferentes e cada vez mais ricas, a época da passagem do capitalismo ao socialismo, abarta há 60 anos atrás pela gloriosa Revolução de Outubro».



O velho quartel de Moncada foi remodelado e nele funciona actualmente um centro escolar

HÁ 24 ANOS: MONCADA

No dia 26 de Julho de 1953, um pequeno grupo de jovens patriotas cubanos (160), lutadores pela independência do seu país, tentaram o assalto do quartel Moncada, a mais poderosa fortaleza da ditadura de Batista.

O grupo de jovens, chefiado por Fidel Castro, tentava, com um ataque vitorioso ao quartel, sublevar a população de Santiago de Cuba e as massas trabalhadoras cubanas, organizar assim o levantamento contra

a odiada ditadura de Batista, fantoche do imperialismo americano.

Moncada foi, sob o ponto de vista militar, uma derrota. Sob o ponto de vista político, deixava claro que o rastilho humano, ainda que heróico, de um punhado de revolucionários, não bastava para que a revolta popular pusesse fim à ditadura.

A repressão de Batista foi brutal. Mais de setenta jovens torturados e assassinados. Penas de

prisão extremamente pesadas para os sobreviventes.

Mas o processo em tribunal é uma denúncia implacável da ditadura. A força da solidariedade internacional aranca os revolucionários da cadeia. Fracasso militar, advertência quanto aos caminhos políticos a seguir, Moncada insere-se profundamente na história da revolução cubana e frutificará mais tarde na grande revolta contra o ditador, na construção do socialismo

nos domínios do imperialismo norte-americano.

A revolução cubana foi um golpe profundo para o imperialismo. Demonstrou a importância determinante da comunidade socialista, como factor e apoio seguro na luta libertadora dos povos. Foi o reforçar da esperança numa vida nova, para os povos que se batem pela libertação.

Moncada foi um momento dessa revolução. Uma data histórica.

Data histórica para o povo polaco

A SOCIEDADE SOCIALISTA CONSTRÓI-SE DIARIAMENTE

Fez 33 anos no passado dia 22 que num pedaço de terra polaca libertada se publicou o histórico «Manifesto de Julho». Este documento dá início, juntamente com a vontade do povo polaco, à criação do actual Estado Socialista.

Beneficiando de um novo sistema político e de uma nova estrutura socio-económica a Polónia conseguiu através do esforço dos seus trabalhadores ultrapassar a destruição que os nazis impuseram e presentemente, encontra-se entre um dos principais países industrializados. Partindo quase do zero absoluto por motivo da devastação da guerra a Polónia é hoje um país onde o desenvolvimento económico e social é uma realidade.

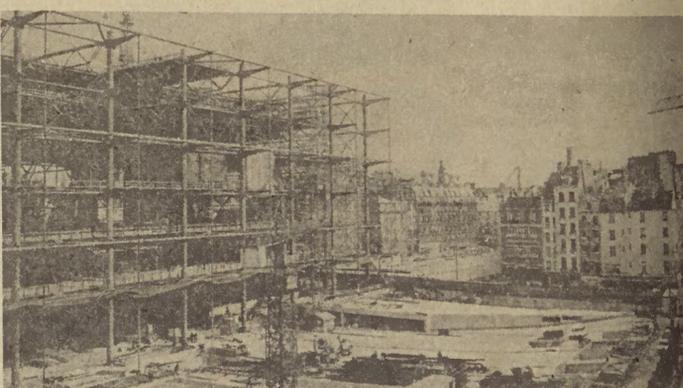
Sobre o consecutivo e dinâmico desenvolvimento da construção socialista — por uma qualidade superior do trabalho e das condições de vida da Nação — foi o título da intervenção do camarada Edward Gierek, primeiro secretário do CC do Partido Operário Unificado Polaco, quando da realização do VII Congresso do POUP em Dezembro de 1975 e que resume o Programa de desenvolvimento do país para os próximos anos, onde é continuada a estratégia de multiplicação das forças da Polónia e criação do bem-estar generalizado das pessoas que trabalham, estratégia essa já aceite no Congresso anterior, o VI Congresso do POUP; aí foi adoptado, como objectivo superior da administração económica, a melhoria sistemática do nível de vida da sociedade, a criação de condições para o desenvolvimento global do indivíduo e o fortalecimento dos laços sociais socialistas, tratando-se os cidadãos não apenas como agentes transformadores numa realidade, mas vendo neles o sujeito de cada decisão e processos económicos.

O VII Congresso do Partido ao fazer, em 1975, o balanço das actividades do país desde 1971, confirmou os extraordinários êxitos alcançados em todos os domínios da vida na execução do Programa traçado pelo POUP, no VI Congresso, podendo então afirmar-se na Resolução do VII Congresso que foram construídas na Polónia as bases do Socialismo e consolidou-se a sua estrutura política e socio-económica e também concretizar o permanente objectivo do Programa — a construção da sociedade socialista desenvolvida.

Que houve, para a realização de tal objectivo, em conquistas concretas e sucessos realizados? Na impossibilidade de caracterizar todos os resultados da política socio-económica polaca até agora realizada, pois tal levaria a falar-se de todos os domínios e esferas da vida, referir-se-ão apenas os mais importantes problemas — os que mais proximamente se referem às condições sociais da vida dos cidadãos. Assim temos:

Trabalho — Nestes últimos seis anos, uma das principais preocupações foi a garantia do pleno emprego a todos os cidadãos válidos — e nesse período começaram a trabalhar mais de 3,5 milhões de pessoas, isto é, mais da quarta parte de todos os presentemente empregados na economia socializada. Para tal houve que realizar muitos novos investimentos ao mais moderno nível técnico e tecnológico, nomeadamente na mineração, siderurgia, indústria pesada, química, electromecânica, electrónica, de alimentos e de navios, na comunicação e também agricultura, o que constituiu um processo altamente complexo e difícil pelas reconversões que obrigou, na indústria e em milhões de pessoas, para adaptação às novas técnicas.

Salários e consumo — A multiplicação e modernização da produção permitiu, antes de mais, elevar os salários dos trabalhadores — no sector socializado da economia os salários reais cresceram, durante os seis anos passados, até 47% e em Maio do ano corrente foram aumentadas todas as remunerações das pessoas que menos recebiam — o que correspondeu, na cidade e nos campos, a um aumento de procura de uma série de produtos de consumo (nos últimos 6 anos as compras de mercado — em preços comparativos — aumentaram até 75%). Tal realidade fez que a indústria mais ligada ao mercado de consumo directo se mostrasse insuficiente face às necessidades, mau grado a sua capacidade ter aumentado para mais do dobro, o que levou a um esforço de investimento no



Sobre os escombros do passado constrói-se a Polónia do futuro

presente quinquénio que conduzirá ao aumento da produção e decidida melhoria da qualidade das mercadorias. Além disto, o Governo tomou decisões adicionais de importação e verbas acima do Plano para a ampliação de unidades produtivas de mercadorias industriais e de consumo para o mercado dos consumidores individuais.

Reformas e pensões — Paralelamente, fez-se um grande esforço para melhorar as condições de existência dos reformados e pensionistas pelo que, de 1970 a 76, se elevaram em mais do dobro os gastos para tal fim; refira-se que tais auxílios sociais abrangem hoje em dia mais de 3,5 milhões de cidadãos polacos.

Habituação — Em 1970 construíram-se 200 000 habitações, hoje em dia

e prerrogativas especiais a famílias com muitas crianças ou a mulheres que educam crianças pequenas, o que levou a um quase duplo aumento da actividade do Estado neste domínio nos últimos 6 anos.

Na Polónia está sendo realizado com pleno êxito o programa de desenvolvimento socio-económico do país aprovado no VII Congresso do POUP — estreitamente relacionado com a melhoria fundamental das condições de vida de toda a sociedade — e goza do apoio de toda a Nação que compreende perfeitamente o quanto de aumento da força da Pátria e fortalecimento do seu prestígio internacional traz a dinâmica aceleração de tais processos de desenvolvimento.

VIETNAME SERÁ ADMITIDO NA ONU

Finalmente, parece certa a admissão na ONU da República Socialista do Vietname.

Esta admissão, recomendada pelo Conselho de Segurança daquela Organização, deverá ser aprovada por consenso, o que poupará aos Estados Unidos votar, já que sempre opuseram o seu veto à entrada daquele país no selo da ONU. De qualquer modo, os Estados Unidos anunciarão já que não se oporiam a esta entrada, o que é uma vitória política assinalável e corresponde a um recuo do imperialismo, obrigado a ter em conta as novas realidades internacionais.

Provavelmente a República Socialista do Vietname será admitida no próximo Outono e será o 148.º Estado membro da ONU.

SEMANA INTERNACIONAL

Médio-Oriente

“NEGOCIAR A PAZ” E PREPARAR A GUERRA

O hoje primeiro-ministro Begin diz que quer a paz, faz visitas para negociar a paz. E onde faz essas visitas? Aos Estados Unidos, a falar com o Presidente Carter.

Seria de perguntar se os israelitas estão em guerra com os Estados Unidos, ou se estes, por seu lado, constituem um intermediário válido para a paz no Médio-Oriente. A esta pergunta, ociosa sem dúvida, responder-se-lhe sem hesitar que o que na realidade acontece é perfeitamente diverso. O que se passa é que mais uma vez se confirma a identidade de pontos de vista entre os dirigentes dos Estados Unidos e os expansionistas de Israel.

Com efeito não se poderá esperar que Carter aconselhe a Begin a moderação ou uma solução negociada do conflito que opõe o expansionismo israelita e o patriótico desejo de libertação dos palestinos, o expansionismo imperialista de Israel e a necessidade de defesa dos países árabes.

A data eventual da reabertura da Conferência de Genebra, em 10 de Outubro, avançada pelos americanos, com a afirmação de que Israel deseja retomar o mais depressa possível as conversações, nos princípios de Outubro, faz pensar que se trata ainda de uma parte do plano que Begin teria secretamente exposto aos dirigentes da Casa Branca. Na Conferência, Tel-Aviv decerto vai retomar as mesmas pretensões inadmissíveis pelos árabes.

No seu plano, o primeiro-ministro israelita, pensa apenas na reentrega parcial dos territórios ocupados no Golan e no Sinal e não conta sequer com a entrega da Cisjordânia onde habitam mais de 600 mil árabes. O plano não conta com a participação da OLP nas negociações nem põe a hipótese de discutir a formação de um Estado palestino e propõe, por outro lado, conversações bilaterais separadas, isto é, Israel discutiria em separado com os representantes dos países com os quais está em litígio. O mecanismo da Conferência, com a mediação dos EUA e a divisão dos países árabes, viria a beneficiar os negociadores imperialistas.

Todas estas condições, ao mesmo tempo que Israel declara querer negociar, não farão senão com que a Conferência seja adiada, concedendo o tempo que os expansionistas esperam para consolidar o seu domínio nos territórios ocupados.

Por seu lado, os Estados Unidos aproveitariam o retardamento do processo visando a divisão dos árabes e o reforço dos monopólios do petróleo. E assim os dirigentes americanos, pensando uma vez mais no lucro e adiando a paz, concedem o prosseguimento da ajuda militar a Israel, como se de um investimento de capital se tratasse, prometendo que não haverá interrupções no fornecimento de armas. Continua assim a política da “defesa dos direitos humanos”...

Na RFA

PROTESTOS CONTRA BOMBA DE NEUTRÕES

Uma manifestação face à embalagem dos EUA, em Dusseldorf, protestou contra o aperfeiçoamento da bomba de neutrões e os planos da sua utilização em território da RFA, ostentando cartazes que diziam: “Fim à corrida aos armamentos - Abaixo a bomba de neutrões!”.

O Comité Oeste-Alemão para a Paz e Cooperação e o Desarmamento e o “Présidium” do Partido Comunista, assim como várias personalidades públicas e políticas da RFA, já se manifestaram contra a fabricação de ogivas e bombas de neutrões e o seu envio para o país; nomeadamente o professor Hans Werner Bartsch, personalidade pública de relevo, advertiu que a promoção de uma nova arma estratégica apenas iria agravar a situação internacional.

Ian Smith e a Rodésia

MANOBRAS DE DIVERSÃO NÃO FAZEM PARAR A LUTA

Dois caminhos ou o compromisso entre os dois — eis o que podem escolher os racistas, os fascistas, os antidemocráticos ferrenhos de qualquer matiz quando se encontram entre a espada do povo e a parede que eles próprios constroem para continuar o seu domínio. Ou enveredam pela escalada repressiva, ou pela manobra política com a qual pensam lançar poeira nos olhos dos que lutam pela liberdade e pela independência.

A combinação hábil destes dois processos, embora destinada a um retumbante fracasso foi escolhida pelo regime colonialista e racista da Rodésia, tentando adiar a solução que vai ser inevitavelmente o surgir de um novo país independente que será o Zimbábué.

Mas não tão hábil que não revele as intenções que lhe servem de base. Com efeito, o regime acausado do racista Ian Smith, ao anunciar eleições legislativas, num pretenso “golpe de teatro”, não abandona as suas posições belicistas e provocatórias, tentando a internacionalização do conflito que opõe as forças de libertação do Zimbábué às forças repressivas do racismo rodésiano.

Tropas rodésianas, mercenárias do regime, levaram a provocação ao ponto de destruírem completamente a vila de Mapi, numa agressão clara à República Popular de Moçambique. «A vila de Mapi terá de ser reconstruída», afirmou o ministro das Nações Unidas, que esteve no local, tendo-se retirado dos danos produzidos e declarando-se “profundamente chocado com a destruição deliberada”. Constatou também este assistente do Secretário Geral da ONU o aumento do número de refugiados vindos do Sul da Rodésia, o que constitui um pesado fardo para os recursos de Moçambique, além de ser uma prova de como os racistas rodésianos tratam o povo do Zimbábué.

Ao mesmo tempo Ian Smith decide dissolver o parlamento e marca eleições para o próximo dia 31 de Agosto. Anuncia na televisão o malogro das conversações que mantém com os ingleses e americanos cujos

planos lhe não garantiam suficientemente os privilégios dos 270 mil brancos, face aos seis milhões de negros que constituem a esmagadora maioria da população do país.

Tentando remendar as brechas que a luta de libertação abre a cada passo no poder racista, tentando sarar as feridas abertas no seu próprio partido onde as opiniões não são unânimes quanto à melhor forma de continuar a oprimir e a explorar a maioria do povo do Zimbábué, Smith fala já num governo participado por “negros decentes”. Não seria difícil formá-lo, já que “decências” de lacaios as há em toda a parte. O que será difícil é impingir um governo à maioria da população, o que será impossível é que a Frente Patriótica do Zimbábué amaine a sua luta libertadora face à nova farsa política das “eleições”.

Um homem — um voto, é princípio que o racista Ian Smith não aceita, o que mostra claramente o seu medo de pôr à votação democrática o futuro daquele país oprimido.

Uma Câmara eleita em que os brancos opressores não tivessem representação especial é também condição que Smith não pode aceitar.

Em vez disso ameaça com uma repressão mais impiedosa.

Mas as promessas eleitorais e as ameaças não encorajam o satisfatório para as pretensões do racismo. «Desgostosos», os amigos britânicos e americanos não se tentam em apoiar abertamente um regime odiado pela humanidade. Internacionalmente isolados, recuando perante as vitórias de novos regimes e de novos Estados que se libertaram do colonialismo, temendo a vontade unitária dos movimentos que integram a Frente Patriótica de Libertação, os racistas da Rodésia vêem o futuro com maus olhos.

E têm razão.

De facto Joshua Nkomo, um dos dirigentes da Frente declarou há poucos dias que a luta vai continuar. Mugabe, por outro lado, classificando de “irrelevante” a decisão do regime de convocar eleições gerais, prometeu que a guerrilha contra o regime da minoria branca iria continuar.

Espanha:

O DISCURSO DO REI

Ouvir o rei e apertar o cinto. Foi isto, em breves palavras, o que se passou em Espanha nos últimos dias da passada semana. Com efeito, o discurso de Juan Carlos, anunciando uma democracia formal que se foi estabelecendo apesar de se manterem estruturas e se protegerem interesses vindos directamente do moribundo regime franquista, não faz prever aos povos de Espanha um futuro promissor.

O discurso do rei, semeado de generalidades sobre convivência social, progresso e justiça, não fará esquecer aos espanhóis as medidas entretanto tomadas pelo Governo.

Desvalorização da peseta, intenção de reduzir o ritmo dos aumentos salariais, agravamento dos impostos, são as medidas que o Governo se propõe tomar ou já tomou para “remediar” a crise que entretanto confessa. Medidas que vêm acompanhadas com o pedido oficial de abertura de negociações para a entrada da Espanha na CEE.

Medidas estranhamente parecidas com as que, por outro lado, um Governo socialista de nome, em Portugal, decidiu tomar. Apesar da diferença marcada das situações e dos processos, os trabalhadores portugueses que nos têm sabido perfeitamente a que conduz uma política como esta. E os trabalhadores espanhóis, decerto irão sentir-lhes os efeitos a breve prazo.

Assim, a direita “remodelada”, em Espanha, toma as mesmas medidas que em Portugal a “esquerda reformada”, todas elas destinadas a permitir ou

a consolidar o domínio dos anteriores senhores, a abrir cada vez mais as portas ao domínio das multinacionais.

Por que é de tal que se trata. Mesmo jornais conservadores, como o “Times”, de Londres, afirmam que os interesses económicos do Mercado Comum e os da Espanha são opostos. A abolição das barreiras alfandegárias para as produções industriais da Europa dos monopólios permitiria a esta tarifas proteccionistas para os produtos agropecuários. E a Espanha, por seu lado, pretende desenvolver as exportações neste sector,

DOLORES IBARRURI

Respondendo à mensagem do nosso Partido por motivo da sua chegada a Espanha, depois de longos anos de exílio, a camarada Dolores Ibaruri, presidente do PCE e agora também deputada, enviou o seguinte telegrama:

Ao Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

Muito agradecida pela vossa fraternal felicitação e votos ao nosso povo. Sauda-os cordialmente

Dolores Ibaruri

O POVO MOÇAMBICANO TRABALHA PARA GANHAR A BATALHA DA PRODUÇÃO

Reunido em sessão alargada, o Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique, presidido pelo camarada Samora Machel, decidiu, recentemente, criar um organismo oficial de controlo de produção em cada empresa nacional, e uma comissão de defesa económica, cuja tarefa será controlar o trabalho das empresas. Estão ainda previstas, para breve, mais medidas contra a sabotagem económica.

Tal como sublinha o comunicado divulgado no Maputo após a reunião do executivo, estas medidas tornam-se extremamente necessárias face às manobras desenhadas pelos inimigos estrangeiros e pelos seus agentes no interior do país para impedir o povo

moçambicano de ganhar a grande batalha da produção e criar as condições necessárias ao triunfo da Revolução.

Depois de denunciar que os elementos capitalistas, cujas posições são ainda fortes no país, têm acentuado a sua agressividade, o comunicado

do Conselho de Ministros salienta:

O capitalismo interno, coordenando as suas acções com o capitalismo internacional, sabota sistematicamente a política de reestruturação e de desenvolvimento económico. As actividades nefastas dos sabotadores provocam uma falta grave de bens de consumo corrente, matérias-primas, equipamentos, e promovem a especulação.

O mesmo documento apela à população para que redobre a vigilância e reforce o controlo sobre todos os sectores da

economia, combatendo energicamente as forças reacçãoárias.

Mobilizar as classes trabalhadoras para a defesa das conquistas já alcançadas, aumentar a influência da Frelimo a todos os níveis e desenvolver a actividade de esclarecimento político entre as populações, no que diz respeito, nomeadamente, ao estudo da teoria marxista-leninista, adaptando-a às condições concretas de Moçambique — são outras das decisões tomadas pelo Conselho de Ministros da RPM.

NOVAS AGRESSÕES A ANGOLA

Numa acção concertada, como sucedeu nas vésperas da independência da República Popular de Angola, forças racistas sul-africanas e zairenses intensificaram ultimamente os seus ataques àquele país africano.

Estrebuchando no estertor da agonia o racismo sul-africano — cada vez mais contestado tanto externa como internamente — esquece as derrotas passadas para novamente vir à liça a defender uma situação de privilégio que, de antemão, está condenada, mesmo que a luta seja longa.

Por outro lado não é de estranhar — se tivermos em conta os grandes interesses do capital europeu e norte-americano nas riquezas naturais do Zaire — que os ditadores de um país africano façam parreia com um regime que pratica o genocídio da população negra para manter a supremacia branca. A atitude do Zaire é bem a prova de que os seus dirigentes se venderam aos interesses do racismo sul-africano e do imperialismo.

Acobertando-se atrás dos fantoches da Unita os criminosos sul-africanos

atacaram agora a fronteira sul de Angola, capturando a cidade de Cuangar. Por seu turno as tropas zairenses bombardearam as localidades de Caluque e Santa Maria, no nordeste, bem como a região oriental de Cabinda.

O desespero dos criminosos sul-africanos atinge o auge. Já

uma vez partiram os dentes raivosos frente ao heróico povo angolano. Presentemente encontram uma população ainda mais determinada em manter a sua liberdade, em escorraçar os racistas do continente africano, em ajudar os outros povos ainda submetidos à repressão.

NOTÍCIAS DE ÁFRICA

O Governo da República Popular de Angola anunciou a nacionalização das duas companhias de aviação que eram, anteriormente, propriedade do capital estrangeiro. Esta medida, sublinha o “Jornal de Angola”, restituirá a necessidade de reorganizar os transportes aéreos, que se revestem de grande importância para o país.

As relações entre Angola e o Vietname são definidas pela solidariedade militante temperada no fogo e cimentada pelo sangue vertido nas batalhas — indica a mensagem enviada pelo Primeiro-Ministro da República sul-vietnamita, camarada Phan Van Dong, ao seu homólogo da RPA, camarada Lopo do Nascimento. Na mensagem, recentemente divulgada em Luanda, é ainda sublinhado que os nossos países prosseguem na via do progresso e nenhuma força reacçãoária conseguirá impedir este avanço, realizado em nome dos nossos ideais.

Encontra-se na capital moçambicana uma delegação da ONU para estudar as formas de auxílio a prestar à República Popular de Moçambique, vítima de agressões militaristas rodésianas. Segundo informou a Rádio Maputo, a delegação — que é presidida por A. Farah, secretário-geral adjunto da ONU para as questões políticas especiais — visitou a localidade de Mapi, na província de Gaza. O Conselho de Segurança da ONU condeitou energicamente as agressões praticadas pelo regime terrorista de Salisbury, tendo dirigido um apelo a todos os países no sentido de prestarem, com

urgência, auxílio material a Moçambique.

No quadro de um amplo movimento de solidariedade que se desenvolve na República Popular de Moçambique, decorreu recentemente, na Beira, uma jornada de apoio militante para com os patriotas do Zimbábué, que participaram cerca de 25 mil pessoas. O camarada Tomé Eduardo, governador da província de Sofala e Primeiro Secretário do Comité Provincial da Frelimo, apontou a necessidade de aumentar a capacidade defensiva do País para fazer frente às constantes ofensivas e ameaças do regime racista de Smith. No decorrer da jornada foram arrecadados cerca de 90 mil escudos para a Frente Patriótica do Zimbábué. Idênticas manifestações de solidariedade decorreram no Maputo, Tete e noutras cidades da RPM.

O regime racista de Vorster deve restituir aos africanos das RAS os seus legítimos territórios e riquezas naturais — afirmam os representantes da comunidade sul-africana residentes em Nairobi, num comunicado recentemente divulgado, o qual sublinha, ainda, que os africanos insistem na restituição imediata e incondicional das suas terras e denunciam a política criminosas de genocídio praticado pelo regime de Pretória. O documento daquela comunidade sul-africana também assinala que, em conformidade com um recente inquérito, 45 por cento dos recém-nascidos em Soweto morrem nas suas primeiras horas de vida. O total da mortalidade da população atinge os 15 por cento.

PORTUGAL-GUINÉ-BISSAU

Segundo foi recentemente divulgado pelo jornal “Nô Pintcha”, órgão central do PAIGC, o nosso país ocupa o primeiro lugar na balança comercial da República da Guiné-Bissau, referente ao primeiro trimestre deste ano, tanto como importador como exportador. Dos 92 milhões e 738 mil escudos alcançados pelas exportações da Guiné-Bissau, de Janeiro a Março, 66 milhões e 99 mil escudos (71,3 por cento do total) dizem respeito a Portugal.

Quanto às importações guineenses, os produtos portugueses representam, em relação ao mesmo período, 48,2 por cento do valor global, o que corresponde a cerca de 125 milhões e 7 mil escudos.

De referir que, no contexto geral, as exportações daquele jovem país africano aumentaram, nos últimos três anos, de 96 para 243 milhões de escudos, o que representa um acréscimo na ordem dos 153 por cento.

● Perseguição aos índios americanos

Prossegue na cidade de Los Angeles o processo de Paul Skyhorse e Richard Mauhuk, destacados dirigentes do «Movimento dos Índios Americanos». É-lhes falsamente imputada a acusação de genocídio, para permitir às autoridades condenar os dirigentes dos índios norte-americanos que lutam pelos seus direitos. Este processo foi tentado após o assassinato de um motorista de táxi, em Outubro de 1974.

A polícia prendeu três passageiros do táxi que se encontravam na posse de facas ensanguentadas e de outras provas da sua culpabilidade. Passados alguns meses as mesmas provas «desapareceram misteriosamente» e os detidos saíram em liberdade, enquanto que Skyhorse e Mauhuk foram enviados para o banco dos réus.

Torna-se difícil encontrar na história da justiça norte-americana um outro processo tão rico em casos de pura violação das normas jurídicas e em prevenções contra os acusados. Basta assinalar-se que um certo Redshift, um dos três passageiros do táxi que, do ponto de vista da imprensa, estava directamente implicado no assassinato do motorista, é a principal testemunha.



Entretanto a ameaça pesa permanentemente na vida dos acusados. Num dos últimos dias um delírio lançou-se com uma navalha de barba sobre Skyhorse e só a pronta intervenção dos seus camaradas evitou o acidente. Durante a sua detenção na prisão de Ventura, ambos os dirigentes foram selvaticamente agredidos pelos guardas.

O dirigente do Comité a favor dos dirigentes índios declarou que o processo de Los Angeles não se trata de um processo criminal, como o pretendem as autoridades. Conforme afirmou, desde o princípio que se nota a ingerência da CIA e do FBI.

● Boicote económico a Israel

Os países árabes decidiram impedir o acesso aos seus mercados a mais de cinco mil companhias estrangeiras cuja actividade foi considerada incompatível com os imperativos do boicote económico a Israel.

Esta medida, tomada na Conferência Árabe sobre o boicote àquele país, realizada em Alexandria, insere-se no quadro da proibição das operações comerciais que contribuem directamente para o poder económico e militar do sionismo.

As companhias atingidas instalaram em Israel empresas, concederam licenças de produção de vários artigos, participam na prospeção e exploração de jazigos minerais, e importam mercadorias israelitas.

As empresas que se limitam a comercializar os seus produtos com Israel não estão sujeitas ao boicote dos países árabes.

Os Estados Unidos e outros países capitalistas têm reagido a esta política promulgando leis que proíbem as firmas nacionais de aceitar as exigências do boicote a Israel. As medidas agora decididas em Alexandria constituem uma resposta firme dos países árabes às manobras do imperialismo no sentido de lhes impor concessões.

Os delegados à Conferência reafirmaram o boicote económico a Telavive como uma medida legítima de protecção dos países árabes face a Israel que persiste na sua política expansionista, mantém a ocupação dos territórios árabes e recusa-se a reconhecer os direitos nacionais do povo palestino.

● A concorrência comercial no capitalismo

Os peritos do Conselho Nacional dos Empresários Franceses elaboraram um relatório, onde concluem que muitos sectores da economia do país estão ameaçados de crise devido à concorrência de produtos estrangeiros no próprio mercado interno. Se esta «inundação» de mercadorias não for limitada, assinalam, pode verificar-se uma redução da produção francesa, o que conduziria a um agravamento do problema do desemprego.

Este relatório atesta a agudização da «guerra comercial» entre os países capitalistas e o fraco poder das mercadorias francesas na luta pelo mercado de vendas, inclusive no seu próprio país.

Os Estados Unidos, a RFA e o Japão, que são os mais fortes economicamente, levam a cabo uma ofensiva pelo domínio de outros mercados, enquanto protegem zelosamente os mercados internos.

Por exemplo, o Japão exporta para a França quatro vezes mais do que importa deste país. Os Estados Unidos, que já detêm posições bastante sólidas na Europa Ocidental, tentam incentivar ainda mais o comércio de produtos agrícolas.

A intensificação da concorrência comercial está relacionada com as consequências da supressão das barreiras alfandegárias nos países do Mercado Comum, o que permitiu inundar a Europa Ocidental com produtos semi-elaborados provenientes de Hong-Kong, Macau e alguns países do Sueste asiático, onde a mão-de-obra barata permite o fabrico a baixo custo.

Aqueles que sofrem os efeitos da «guerra comercial» de vez em quando apelam aos concorrentes para que respeitem as normas estabelecidas, mas em vão. No mundo do capital, cuja economia sofre sérias dificuldades, manifesta-se com particular nitidez o princípio do «salve-se quem puder», vencendo sempre o mais forte.

A MONOPOLIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DA RTP PELO PARTIDO DO GOVERNO

1. O comportamento da RTP durante as últimas semanas tomou evidente que se mantém a monopolização e manipulação daquele importante órgão de comunicação do Estado pelo partido do Governo.

O PCP verifica que num momento particularmente complexo da vida política nacional a programação informativa da RTP, em vez de intervir com seriedade, independência e objectividade como um meio de esclarecimento dos portugueses continua a actuar da forma mais sectária e subserviente no sentido de apresentar como bons e únicos os projectos de recuperação capitalista, latifundista e imperialista preconizados pelo Governo.

O PCP considera que tal actuação desrespeita da forma mais flagrante os preceitos constitucionais, as mais elementares normas de convivência democrática e as próprias declarações de intenção da nova Comissão Administrativa da RTP.

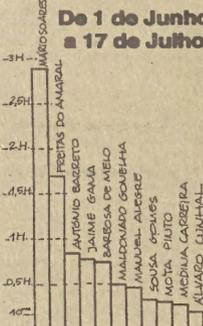
O PCP que tem divulgado estatísticas rigorosas que exemplificam e quantificam as acusações que tem feito à RTP, dados que nunca sofreram qualquer desmentido ou rectificação, verifica, através da análise que faz das emissões da RTP, que não que respeita aos programas informativos a actuação da televisão portuguesa não só não registou qualquer alteração positiva como, em certos casos, se agravou.

2. O PCP não nega ao Governo o direito de utilizar a RTP para dar conta aos portugueses da sua actividade. O que se tem verificado,

porém, é a mais completa desproporção entre o tempo ocupado pelo Governo na RTP e aquilo que o Governo acaba por dizer ao País, resultando a quase totalidade das suas intervenções na televisão em sessões de propaganda política ou de promoção partidária. As culpas por tal situação cabem tanto ao Governo, que abusa do seu poder, como à própria RTP, que tem chegado a criar programas para cobrir a presença de membros do Governo em momentos particularmente sensíveis, programas que não vêm a ter qualquer continuidade, como foi o caso do programa «Linha Directa».

Desde o início do ano o Governo e o partido do Governo ocuparam mais de 22 horas da programação informativa da RTP (Telejornal, Momento Político, Programa Mosalco, etc.), contra cerca de 7 horas concedidas a todos os outros partidos em conjunto. Para além da Presidência do Conselho, e da presença obsessiva do Primeiro-Ministro, foram os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Trabalho e da Agricultura os que mais tempo ocuparam, o que está directamente relacionado, não com os problemas mais sentidos pelo povo português, mas com grandes operações políticas e propagandísticas do PS e do Governo, como sejam a «entrada» de Portugal para a CEE, as tentativas de divisão do Movimento Sindical e o lançamento da contra-Reforma Agrária.

Até mesmo tempo, a RTP não tem assegurado com um mínimo de seriedade a possibilidade de expressão e con-



fronto das diversas correntes de opinião, como manda a Constituição, negando na prática o pluralismo que diz defender. Desde o início do ano, do tempo de antena utilizado pelo Governo e pelo conjunto dos partidos políticos o PS e o seu Governo ocuparam mais de 70%, o PPD e o CDS mais de 20% e o PCP apenas 4,5%. Tal situação agravou-se nas últimas semanas, tendo a percentagem de tempo de antena concedida ao PCP baixado

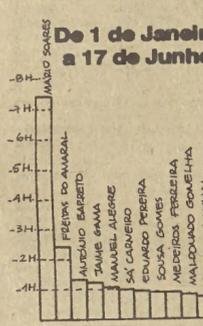
De 1 de Junho a 17 de Julho

Partido	H	M	%
PS	8	29	90,3%
CDS	1	48	14,7%
PPD	1	27	11,8%
PCP	0	22	2,9%
PCP (m-l)	0	4	0,4%
UDP	0	2	0,2%
MIRN	0	2	0,2%

para menos de 3% desde 1 de Junho até ao presente, enquanto aumentou consideravelmente o tempo concedido aos partidos da direita reaccionária, particularmente ao CDS, ao que não deve ser estranha a composição da Comissão Administrativa da RTP, e o que parece confirmar a suspeita da utilização dos favores da RTP como moeda de troca para acordos políticos. Durante este mesmo período, e reflectindo servilmente a orientação do partido do Governo nesta matéria, a RTP concedeu ao grupo chamado da «Carta Aberta» o dobro do tempo que atribuiu à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, o que constitui uma completa e desproporcionada falsificação da realidade do Movimento Sindical.

3. O PCP faz notar que, no que respeita à RTP como em relação aos restantes meios de comunicação social do Estado, continuam por cumprir todas as disposições que a Constituição estabeleceu nos artigos 39.º e 40.º.

Contrariando a Constituição, não estão a funcionar os conselhos de informação que deverão zelar por uma orientação democrática nos órgãos de comunicação do



Estado, designadamente na RTP. Contrariando a Constituição, a RTP não manifesta qualquer grau de independência perante o Governo e a Administração Pública, não assegura o pluralismo ideológico, não garante o direito a tempos de antena segundo um critério justo e democrático. O acesso à programação informativa da RTP está sujeita ao arbítrio de interesses e jogos partidários. O critério seguido pela RTP nas últimas semanas num momento particularmente

De 1 de Janeiro a 17 de Julho

Partido	H	M	%
PS	22	12	71%
PPD	3	12	10,8%
CDS	1	20	4,5%
PCP	1	20	4,5%
UDP	0	12	0,2%
PCP (m-l)	0	7	0,7%

importante da vida política nacional, quanto à participação no programa «Mosalco» assume fôros de escândalo: num dos programas estiveram lado a lado dirigentes do PS e do PPD, no segundo esteve o presidente do CDS; a presença do PCP chegou a ser solicitada para um terceiro programa, mas aí em conjunto com os outros três partidos e mesmo assim, o programa foi anulado pela RTP à última hora.

O PCP verifica que enquanto se invoca a falta de uma lei de televisão para procurar justificar o não cumprimento da disposição constitucional sobre a atribuição de tempo de antena, a falta da lei não impede a RTP de antecipar decisões arbitrárias, como a recente proibição da transmissão de um filme publicitário sobre a segunda edição do livro «A Saída da Crise», ao mesmo tempo que prossegue a publicidade de um livro com o programa do MIRN fascista. O PCP considera que a falta de uma lei da televisão não pode servir de pretexto à RTP para, infringir a lei fundamental do País, a Constituição, à qual a lei da televisão, como todas as leis, devem obedecer. O PCP não considera também que possam servir de pretexto



De 1 de Junho a 17 de Julho

à RTP para a sua actuação a todos os títulos criticáveis, as dificuldades e carências de ordem técnica com que a RTP se debate e em relação às quais o PCP poderá manifestar a sua compreensão. Tais dificuldades dão ainda mais valor ao esforço de muitos trabalhadores da RTP, cujo empenho e seriedade a actuação da Administração compromete e põe em causa. A RTP não faltam meios técnicos para deformar a realidade, para manipular a opinião pública e para servir da forma mais sectária os interesses e orientações do partido do Governo.

4. O PCP considera ser da maior urgência a publicação de legislação contra a monopolização partidária dos órgãos de comunicação social do Estado, designadamente a RTP, e o rápido cumprimento de todas as disposições constitucionais sobre esta matéria, designadamente a formação e entrada em funções dos Conselhos de

informação e a atribuição dos tempos de antena na Rádio e na Televisão. Mas o PCP considera igualmente que não pode nem deve estar dependente da publicação de qualquer lei a independência, a objectividade, a seriedade e o carácter democrático dos órgãos de comunicação do Estado, designadamente da RTP.

Estes dados, conforme o PCP tem afirmado, resultam de um moroso trabalho de análise das emissões da RTP, tomado mais difícil pela falta de elementos oficiais. É admissível por isso qualquer pequena margem de erro que a RTP poderá esclarecer, o que não tem feito.

Tal como o PCP tem igualmente afirmado, toma-se difícil distinguir entre as intervenções na RTP de membros do Governo nessa qualidade ou na de dirigentes do PS, dificuldade que resulta da própria actuação de quem deliberadamente confunde tais funções e usa, e abusa, das primeiras para servir as segundas.

O PCP não deixará de denunciar atropelos à democracia como os que são praticados pela programação informativa da RTP, apesar de todas as dificuldades levantadas à divulgação de tais procedimentos. É de prever por exemplo que através da RTP nunca os portugueses saibam que o PCP emite suas críticas e divulga estes dados.

Os dados foram recolhidos em Lisboa, 21 de Julho de 1977.

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O GOVERNO AMEAÇA AS LIBERDADES E A PRÓPRIA DEMOCRACIA

O Governo ameaça o exercício das liberdades. Os fundamentos da vida em democracia estão ameaçados por um clima de intimidação e violência. Afixar um cartaz é um risco. Grave é fazê-lo mesmo dentro de casa. Deputados são detidos por escreverem na rua uma inscrição política. A mando do Governo, forças militarizadas, a horas mortas, arrancam dísticos com frases cívicas de protesto popular. Vereadores reaccionários desenterram editais fascistas de 1933. A «limpeza das ruas» pretende substituir a das consciências.

O Governo do PS não se limita a assistir, Ordena e colabora. Violências contra cidadãos livres exercendo livremente os seus direitos são para ele «fruto» da democracia.

Detenções arbitrárias, injúrias e provocações do modo fascista não inquietam um Governo que se autodenomina de constitucional e de socialista.

Para esconder a sua política de renúncia aos objectivos nacionais, para tapar a crise que o mina interiormente, o Governo e o seu partido, conluiados às forças de direita, pretendem calar a voz de protesto popular e a consciência das classes trabalhadoras que se erguem contra uma política antinacional.

O PCP reclama que tais procedimentos arbitrários o flagela desde imediatamente. O PCP reclama que o Governo actue rapidamente medidas no sentido de esclarecer semelhantes situações e de impedir a sua repetição.

O PCP vê com a maior apreensão que, por responsabilidade do Governo, as forças de segurança e os agentes de autoridade se vejam envolvidos e arrastados para procedimentos arbitrários.

O PCP considera que seria inaceitável que, por culpabilidade ou passividade do Governo, se instalasse nas entidades encarregadas de garantir a ordem e a legalidade democrática um estado de espírito tal que as levasse a ver em cada cidadão que exerce os seus direitos um suspeito de infracção à legalidade.

O «PACOTE» REPRESSIVO

Na Assembleia da República, um deputado comunista acusa: «Sabado passado, cerca das 11 horas da noite, foram detidos no Porto pela PSP e levados para a 1.ª Esquadra os deputados comunistas por aquele círculo, António Freitas Monteiro e Manuel Franco — o primeiro na Praça Humberto Delgado e o segundo na Praça da Liberdade — quando, juntamente com outros camaradas, exprimiam — através de inscrições no pavimento — o seu repúdio perante uma recente decisão da Câmara

Municipal do Porto, tomada na ausência dos vereadores da FEPU, de aplicar uma portaria do tempo do fascismo sobre limpeza de ruas.»

Além daqueles camaradas, foram ainda detidos, pela PSP, Manuel Andrade e Cassiano Abreu e Lima, respectivamente, vereador e representante da FEPU na Assembleia Municipal, por protestarem contra a detenção dos deputados. Quando faziam inscrições nas ruas, foram ainda detidos no Porto, juntamente com algumas dezenas de democratas, os camaradas Avevino Gonçalves e António Abreu, membros suplentes do CC do PCP.

Por sua vez, o Comité Local de Lisboa do PCP, numa nota de 23 do corrente, denuncia e protesta veementemente contra «uma das mais graves violações das mais elementares normas democráticas e constitucionais, praticada por cinco funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, transportados no camião-grua de matrícula EL-93-25 e protegidos por seis guardas da PSP que, pelas 3 horas e 30 minutos da madrugada de 23 de Julho de 1977, retiraram o pino alusivo à Conferência Nacional do PCP das janelas do 1.º andar do Centro de Trabalho do CLL, na Rua Prof. Lima Bastos».

Num comunicado da mesma data, a Comissão de Freguesia da Amadora do PCP denuncia, por seu turno, mais uma acção prepotente e arbitrária das autoridades.

Uma festa popular é proibida, apesar de cumpridas todas as formalidades legais. «No dia 21 — afirma a Comissão — com as habituais 48 horas de antecedência, foram enviadas cartas ao presidente da Câmara de Coelras e ao comandante da PSP da Amadora, a fim de ser obtida a necessária autorização. Desta vez, porém, ao contrário do que tem acontecido até aqui, tal autorização não foi concedida. No mesmo dia 21, um telegrama assinado pelo presidente da Câmara negava a autorização por, segundo ele, não se ter cumprido o prazo estabelecido pela lei para apresentação do pedido.»

A prepotência e a arbitrariedade chegavam também ao Centro de Trabalho de Alfama do nosso Partido.

«Funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, apodados por elementos da polícia municipal», retiravam da fronteira daquele Centro, «pelas 4 horas e 45 minutos da madrugada do dia 23, um pano com as inscrições: Viva a Reforma Agrária — Partido Comunista Português».

Em face de tal acção, a Organização do Sector Público da ORL do PCP considera: «Que práticas como esta são a prova da irresponsabilidade e do clima de intimidação que alguns dos responsáveis do Governo minoritário do Partido Socialista não hesitaram em criar, numa altura em que a Assembleia da República tinha posto à discussão pública o projecto-lei sobre a Reforma Agrária, tão importante e decisivo para o futuro da democracia e do povo português.»

E não faltaram os espasmos: «Ontem (20 do corrente) cerca das 23 horas e 15 minutos, no Largo Actor Dias — lê-se numa nota da DORN do PCP — foram

brutalmente espancados cinco militantes do Partido Comunista Português: Afonso Nogueira, Jacinto «Peboto», Dário Valente, Mário Marinho, António Lima. Foram também espancados alguns transeuntes. Os nossos camaradas procediam a inscrições quando um grupo de elementos da PSP, sem qualquer interposição prévia, os atacou à bastonada, insultando-os com várias obscenidades e ameaçando matar alguns deles.»

PROTESTO DA FEPU

Entretanto, a FEPU protestava em Lisboa: «É inadmissível que a primeira Câmara eleita pelo povo da capital, que deu o seu voto muito claro às forças democráticas e progressistas, que elegeu quatro vereadores da FEPU — a segunda força política da CML — seja cúmplice de medidas contra as liberdades fundamentais e tenha

CAMARADAS FALECIDOS

ARTUR DA SILVA LINO

Vítima de um brutal acidente de viação próximo de Coruche, quando se dirigia, no cumprimento das suas tarefas, para a UCP «1.º de Maio», faleceu o camarada Artur António da Silva Lino, membro dirigente da Cooperativa «Coopetúria».

Natural de Torres Vedras, Artur Lino militou durante alguns anos na organização do Partido naquela zona, tendo sido preso e selvaticamente torturado pela PIDE/DGS. Foi ainda um entusiástico animador cultural não só em Torres Vedras como em todas as localidades onde viveu e trabalhou.

Componente do Coro dos Amadores de Música, de Lopes Graça, o seu funeral, realizado em Torres Vedras, foi acompanhado por grande número de amigos e camaradas que quiseram manifestar o seu apreço pelo companheiro desaparecido.

JOAQUIM FERREIRA SOUSA

Foi com profunda mágoa que o nosso Partido tomou conhecimento da morte do camarada Joaquim Ferreira Sousa, professor primário em Bolho (Cantanhede).

Natural de Chelo (Penacova), Joaquim Sousa era profundamente estimado e respeitado por todas as pessoas com quem contactava. A sua vida de comunista activo e dedicado constituiu um abnegado exemplo para todos os militantes, para todos os antifascistas que estão na luta pela defesa da democracia e das liberdades.

No funeral do camarada Joaquim Sousa — impressionante manifestação de pesar, em que se incorporaram muitos

um papel oposto ao sentido do voto popular — afirmou o vereador Silva Graça numa sessão pública da CML.

As restrições e atentados às liberdades que acabámos de referir relacionam-se com muitos outros por todo o País. Com eles se ligam também as limitações abusivas à liberdade de expressão onde avulta o papel da RTP, já várias vezes denunciado pelo nosso Partido.

Não se pode deixar de relacionar ainda essas formas de repressão com as que se manifestam em empresas, designadamente no Norte do País, onde centenas de trabalhadores estão suspensos, ou sob inquérito patronal, ou foram despedidos por serem activistas, ou delegados sindicais.

Parante esta onda repressiva e os perigos que apresenta para o normal funcionamento da democracia, o PCP reclama mais uma vez o respeito pela Constituição, pois «a própria solução dos graves problemas nacionais é incompatível com restrições das liberdades, com regulamentações e expedientes administrativos e policiais de má memória, com a criação de obstáculos à iniciativa política dos cidadãos».

ASSEMBLEIA EM VILA DE FRADES

A Comissão de Freguesia de Vila de Frades do Partido Comunista Português, realizou, no passado dia 24, a I Assembleia da Organização e a qual estiveram presentes cerca de 350 pessoas, das quais 35 eram delegadas à Assembleia.

No decorrer dos trabalhos foram apresentados os relatórios da actividade do Partido, nomeadamente sobre a Reforma

JOSÉ JOÃO GAMITO TRINDADE

O camarada José João Gamito Trindade, de 18 anos de idade, faleceu em Grândola, em 20 do corrente. Trabalhador da Cooperativa Agro-Pecuária de Padroes, em Canal Cavelra, o extinto era membro da Comissão Concelhia de Grândola da UJC e responsável pela Comissão local de Canal Cavelra.

ANTÓNIO ESPÍRITO SANTO

No lugar de Rio Largo, em Espinho, faleceu no passado dia 22 o camarada António do Espírito Santo, natural de Elvas.

Reformado da CP e velho militante do nosso Partido, o camarada Espírito Santo distinguia-se pelo seu espírito jovem, pela sua firmeza e pelo entusiasmo com que se dedicava às tarefas partidárias, e a toda uma actividade que desenvolvia como membro da Comissão Coordenadora da Assembleia de Reformados do Distrito de Aveiro.

No seu funeral incorporaram-se centenas de pessoas, entre as quais reformados e funcionários da CP. Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos dos militantes do PCP, apresenta sentidas condolências.



ENGENHEIROS DO PORTO ANALISAM ACTIVIDADE

A 1.ª Assembleia da Organização dos Engenheiros e Engenheiros Técnicos do Porto do nosso Partido realizou-se, no passado sábado, nas instalações do Grupo dos Modestos, com o objectivo de analisar o trabalho desenvolvido e eleger o organismo de direcção do sector.

No início da reunião, depois de ter sido eleita a mesa e aprovado o regulamento da assembleia e a ordem de trabalhos, foi apresentado o relatório pelo organismo de direcção cessante.

No sentido de melhorar a actividade dos engenheiros comunistas, a assembleia apontou como principais direcções o desenvolvimento do trabalho na Ordem e Sindicato dos Engenheiros, o estudo de problemas económicos e das respectivas soluções, dando continuidade

à Conferência Nacional. Por outro lado, além da participação na actividade geral do Partido, os camaradas irão procurar melhorar o trabalho na célula e aumentar os esforços visando o recrutamento de novos militantes.

Depois de terem sido aprovados o relatório e as perspectivas de trabalho, os delegados elegeram o novo organismo de direcção constituído pelos seguintes camaradas:

Aníbal Fonseca, Cândido Guerra, Jaime Figueiredo, João Maia, Joaquim Guimarães, José de Lima, José Moreira de Pinho, José Patacão, José Silva Carvalho, José Luís Nogueira, José Manuel Bessa Mendes, José David, Júlio Alexandre, Lino Silva, Manuel Freitas e Rui Andrade.

ASSEMBLEIA EM VILA DE FRADES

A Comissão de Freguesia de Vila de Frades do Partido Comunista Português, realizou, no passado dia 24, a I Assembleia da Organização e a qual estiveram presentes cerca de 350 pessoas, das quais 35 eram delegadas à Assembleia.

No decorrer dos trabalhos foram apresentados os relatórios da actividade do Partido, nomeadamente sobre a Reforma

Agrária, sindicalismo, fundos e organização. A nova Comissão de Freguesia foi eleita por unanimidade e compõe-se de seis elementos.

Assistiram aos trabalhos os camaradas Constança Gonçalves, da Comissão Distrital de Beja do PCP e Carreira Marques, deputado à Assembleia da República, o qual encorajou a Assembleia com uma intervenção sobre a situação política.

INDÚSTRIA FARMACÉUTICA ALARGAR A ORGANIZAÇÃO

Guimaranos um intenso trabalho de mobilização e preparação, decorreu, recentemente, no Pavilhão de Minas do Instituto Superior Técnico, a 1.ª Assembleia do Organismo dos Trabalhadores da Indústria Farmacéutica de Lisboa do nosso Partido.

Participaram nos trabalhos da reunião 74 delegados e numerosos convidados, entre os quais vários militantes do Partido Socialista. O Comité Local de Lisboa do Partido fez-se representar pelos camaradas Jorge Cordeiro, Paula Rodrigues e António Ferreira.

No relatório de Actividade apresentado à assembleia pelo Organismo de Direcção cessante — documento que resultou de um amplo debate travado em 25 reuniões de célula —, são abordados importantes aspectos relacionados, nomeadamente, com a luta dos trabalhadores do sector antes do 25 de Abril, com a estrutura e a actividade do organismo (OTIFL) e com o trabalho unitário.

Sobre a acção das células do Partido no sector, aquele documento refere que existem muitas insuficiências na actividade de grande parte das células e militantes do OTIFL na divulgação da linha do Partido e no trabalho de massas em geral.

Depois de sublinhar a necessidade de melhorar a venda do «Avante!» a nível de empresa e de lutar pela unidade dos trabalhadores em torno de objectivos concretos, o relatório salienta:

São de combater todas as manifestações de sectarismo. Este prejudica a imagem das células e do Partido. Aos comunistas cabe um importante papel de esclarecimento do nosso povo. O esclarecimento só é possível através do diálogo, ainda que por vezes este se apresente difícil.

Sobre as tarefas inerentes ao alargamento e reforço da organização o relatório do Organismo de Direcção cessante aponta a necessidade de estender a organização a importantes empresas onde ainda não exista; estruturar e pôr em funcionamento células que mantêm um trabalho irregular e ligar à organização outras onde praticamente não existe qualquer actividade. Impõe-se criar condições que permitam o rápido contacto e integração

de camaradas desgarrados e dos novos camaradas que se inscreverem no Partido. Outra necessidade premente — sublinha o relatório — é a criação ou aperfeiçoamento de estruturas descentralizadas. A sua inexistência ou ineficácia conduzem a um maior volume de trabalho do OD, ou à falta de trabalho convenientemente orientado.

O bom funcionamento dessas comissões — sublinha-se mais adiante — só é possível se estiverem correctamente ligadas às células e sob a direcção do OD, não se excluindo a necessidade de uma ampla autonomia. Só através de reuniões regulares com a organização o seu funcionamento será rentável.

O mesmo documento destaca ainda: Impõe-se o reforço da frente sindical, não só através de discussões de problemas sindicais, combatendo a tendência para a sua substituição, como através do aperfeiçoamento das estruturas existentes e a criação de uma Comissão Sindical. Atenção especial merece a organização dos camaradas delegados de trabalhadores, onde o atraso é mais evidente.

Depois de ter sido eleito o novo Organismo de Direcção, o passo a ser constituído por 16 camaradas, Jorge Cordeiro falou sobre os principais temas da situação política, tendo denunciado os objectivos do «projecto de lei Barreto» e o que este representa de grave para a consolidação da democracia.

No decorrer da assembleia foram aprovadas duas moções: uma de repúdio por aquele projecto de lei e outra de protesto contra a vaga de despedimentos na «Sabião» e o clima de opressão que se vive na empresa. Na sessão de convívio que se realizou após a assembleia, foram projectados dois filmes sobre aspectos relacionados com a saúde e a vida do povo soviético.

DEBATE IDEOLÓGICO

«Raízes do anticomunismo e do anti-sovietismo» e «Movimento Comunista Internacional» serão os temas hoje abordados no Debate Ideológico promovido pelo Sector de Saúde da DORL do PCP, que pelas 21 horas se realiza nas instalações do Hotel Vitória.

Serão oradores os camaradas Aurélio Santos e Albano Nunes, membros do Comité Central. O debate está aberto a todos os militantes que queiram participar e ainda a convidados do Sector de Saúde.

Entretanto, estes Debates Ideológicos que mensalmente se realizam serão interrompidos em Agosto e Setembro por motivo da preparação da Festa do «Avante!», reconhecendo em Outubro com o tema «A Comunidade de Paris e a Revolução de Outubro».

PODER LOCAL

à venda o Nº 2

Revista de Administração Democrática

NESTE NÚMERO PODERÁ LER:

- * EDITORIAL, de Luís Sá (director)
- * A PROSECUÇÃO DA LUTA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS e de muitos órgãos do PODER LOCAL garantirão que as regiões, os municípios, as freguesias assumam plenamente o papel que a constituição lhes atribui como instrumento do reforço da participação das populações na VIDA DEMOCRÁTICA.
- * A REFORMA DAS FINANÇAS LOCAIS — Aplicar a constituição e desenvolver a iniciativa local
- * DIVISÃO ADMINISTRATIVA — É urgente a sua actualização
- * UMA EXPERIÊNCIA DE DESCENTRALIZAÇÃO — Os